

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JOÃO BAPTISTA DE JOVITA

A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA E AS ESTRATÉGIAS ATUAIS

**UBERLÂNDIA-MG
2017**

JOÃO BAPTISTA DE JOVITA

A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA E AS ESTRATÉGIAS ATUAIS

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia - UFU como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Política Internacional

Linha de Pesquisa: Política Externa e Instituições Internacionais

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Isabela Gerbelli Garbin Ramazini

UBERLÂNDIA-MG

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

J86p
2017

Jovita, João Baptista de, 1989
A política externa de Angola e as estratégias atuais / João Baptista de Jovita. - 2017.
115 f. : il.

Orientador: Isabela Gerbelli Garbin Ramanzini.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais.
Inclui bibliografia.

1. Relações internacionais - Teses. 2. Política internacional - Séc. XXI - Teses. 3. Angola - Relações exteriores - Teses. 4. Angola - Política e governo - Teses. I. Ramanzini, Isabela Gerbelli Garbin. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais. III. Título.

CDU: 327

JOÃO BAPTISTA DE JOVITA

A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA E AS ESTRATÉGIAS ATUAIS

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia-UFU como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Aprovada em: Uberlândia, 25 de julho de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr^a Isabela Gerbelli Garbin Ramazini - Orientadora

Universidade Federal de Uberlândia – IERI- UFU

Profa. Dr^a Cristine Koehler Zanella

Universidade Federal do ABC - UFABC

Profa. Dr^a Sandra Aparecida Cardozo

Universidade Federal de Uberlândia – IERI-UFG

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação é resultado de diversos contextos conjugados de infinitas provações de fé, perseverança e amor no âmbito acadêmico e pessoal, do qual devo o meu profundo agradecimento ao *Nzambi-a-Mpungu Tulendo*, que por intermédio de meus ancestrais: *Tata Gonda Wasilua Wangitukulu*, *Tata Simón Kimbangu* e *Mama Kimpa Vita*, me consagraram a vitória com infinito amparo e amadurecimento espiritual na base da “Igreja Cristã União Espírito Santo/ECUSE (*Mpeve-ya-n'longo*) e Testemunhas de Jeová” aos quais dedico esse título.

Agradeço à minha orientadora Professora Doutora Isabela Gerbelli Garbin Ramanzini, pela experiência e excelência, amizade, acessibilidade, disponibilidade e interesse em orientar estudante estrangeiro cuja temática se constituiu de desafio e superação, confesso que o sucesso dessa dissertação deve muito ao seu grande empenho pessoal professora!

De igual modo agradeço xs Professorxs: Cristine Koehler Zanella, Filipe Mendonça, Haroldo Ramanzini Júnior e Sandra Aparecida Cardozo, ao colega Laurindo Tchinhamba e ao amigo Heitor Ambrósio pelas reflexões, leituras e recomendações minunciosas deste trabalho.

O ambiente de família e amigos que partilhei desde a infância, conferiu-me determinação em prosseguir esse projeto acadêmico, acreditado e financiado por minha irmã Isabel João Baptista de Jovita, que investiu com uma bolsa mensal de US\$ 800 (dólares americanos) neste mestrado (...) obrigada irmã! (...) você é exemplo de vida e admiração (...) você é Mestra da minha vida.

Axs irmxs da família: “Jovita” em especial axs: Nsimba J.B. de Jovita, Nzuzi J.B. de Jovita, Celestina J.B. de Jovita, Albertina J.B. de Jovita e Pedro J. B. Jovita por compartilhar e me possibilitar uma infância segura e feliz!! apesar de todo contexto vulnerável que o país (Angola) atravessou; á família “*Makwanza*” axs amigxs: André Niami, Arnaldo Makwanza, Patrício Mawete, Justina Makiesse, Rita António e Rosa António por terem me aceite com prazer de irmão divino; axs irmxs, amigxs e primxs: Tekasaka e N’longi Makubikua, Paulo Luvaika, Amador António, Jaime, Sara e Quézia da Silva, Yara e Afonso Morais, Mirian Macedo, André Manassa, Verónica Manuel, Célio e Irene Filipe, Francisca Chitula, Neide Fernandes, Bibiana Pereira, Regina Diogo, Alcídia Bungo, Luzia Mário, Aldimiro Domingos, Gabriel Pimenta, Pedro

Carvalho, Dádiva dos Prazeres, Sandra Sarah, Angelina Caiva, Esperança Zinga, Daniel Alfeu, Videira Teca, Carnos Mário, Manuel Mlanvu, Cabingano Manuel, Domingos e Albertina Tungo, Suzana Mayembe, Kinkela Paulino e às Tias *Mary muke*, Luisa e Antonieta, por me permitirem viver ao vosso lado com muita felicidade.

Às sobrinhas, Adelina, Ía, Encarnação de Jovita, Nelma, Linda, Jovita, Gêmeas, Isbra de Jovita, Rosa de Fátima aos *Eternos* Bozi, Nelly, Dulce e Descartes de Jovita.

Ao exército da linha de frente, meus pais divinos: Afonso Makwanza Miguel, Rosa Cristina António, *Témbwa Zozo*, Isabel Pobre, Elisa *Dilu*, pastor Gabriel António Agostinho, Garcia Rafael (*Massuama*), Samuel Miranda, Honorine Pinto, Celso S. Miranda, Melo Jinga, Nelson Cosme, Rodrigo de Sousa, Rosário de Ceita, Domingos Buanga, Maria da Silva, Pedro Aberto, Sylvio Andreozzi, José da Silva, Maria de Lourdes e Cláudia Rosa.

Axs companheirxs da grande Família da diáspora dos estudantes africanos no Brasil, a Embaixada e ao Consulado de Angola no Rio de Janeiro (Brasil). Ao Colégio Ilha da Verdade (2006-2010), à Sétima Turma de RI/2012-1 graduação e às 2^a e 3^a Turmas do PPGRI-IERI/UFU/2016-1 #amodimais.

A todxs xs professorxs que me inspiraram ao longo da minha formação.

Ao Estado Brasileiro que através de diversos programas de cooperação e na base da Universidade Federal de Uberlândia, tem contribuido na formação efetiva de recursos humanos altamente qualificados para Angola. Ao Instituto de Economia e Relações Internacionais, a DRII-UFU na pessoa da Profa. Raquel Santini e equipe, NEAB-UFU pelo familiarismo e aprendizado constante, a PROEXC à Profa. Gláucia Carvalho e a PROAE ao Prof. Leonardo Barbosa, ao Prof. Elmíro Santos Resende que durante a sua gestão (reitor) prestou atenção especial à estudantes estrangeiros. Aos funcionários de limpeza da UFU por nos proporcionar um ambiente sadio e confortável.

Agradeço a Edna Suzana Jinga, por testemunhar e me conferir a melhor companhia durante essa trajetória, que com muito amor, pôde me ensinar a vencer diversos obstáculos de vida, que só se tornam visíveis aos detalhes de quem nos amou nesses dias! (...) obrigada por me conferir muito amor e não ter desistido de mim.

Axs eternxs avós José Miguel N'kanga, Albertina Maria Miguel, Celestina N'lându João, António João Mavakala e Rosa Alberto.

Axs digníssimos pais João Baptista Makubikua (*Mbamanga*) e Jovita José (*Wolo*)... *N'kembo, Ngalasa ye Lusambulu kwa mbandu-mu-mbandu!*

A banca examinadora muito obrigado (*Matondo*)!

“(...) vai doer (...) mas não senta dor (...) senta prazer (...) arrisque (...) até as pequenas realizações requerem maiores empenhos”

Diplomata: Rodrigo Bernardo de Sousa - PhD

RESUMO

A presente dissertação objetiva estudar as estratégias atuais da política externa angolana, considerando os 41 anos desde sua independência. O estudo apresenta dois modelos para analisar duas formas de inserção internacional angolana. O primeiro modelo se aplica ao período de 1975 a 1991, o qual enfatiza a agenda de defesa, paz e segurança que levou Angola a buscar por uma inserção internacional mais isolada, tendo em vista as Guerras Fria e Civil. Já o segundo modelo se aplica ao período de 1992 a 2016, que analisa como Angola procurou se adequar ao novo contexto internacional no Pós-guerra Fria e Civil. O trabalho questiona como Angola formulou seus interesses estratégicos ao longo desses períodos e quais são seus reflexos para as estratégias atuais. A maioria dos estudos anteriores caracteriza Angola apenas como “receptor” de políticas externas das grandes potências. Esse trabalho não nega tal premissa histórica, mas argumenta que as relações construídas com as grandes potências configuraram fator fundamental para proposição das próprias dinâmicas regionais do país, transformando, ao longo do tempo, Angola em um ator proeminente das relações internacionais, tanto no plano regional, quanto global.

Palavras-Chave: Política Externa. Angola. Parceiros Estratégicos. Agenda Regional

ABSTRACT

This dissertation aims to study the current strategies of Angolan foreign policy, considering the 41 years since its independence. The study presents two models to analyze two forms of Angolan international insertion. The first model applies to the period from 1975 to 1991, which emphasizes the agenda of defense, peace and security that implied Angola to seek for a isolated international insertion, face of the Cold and Civil Wars. Already the second model applies to the period from 1992 to 2016, which analyzes how Angola sought to adapt to the new international context in the post-Cold and Civil Wars. The research questions how Angola formulated its strategic interests throughout these periods and what are its reflexes for current strategies. Most of the earlier studies characterize Angola only as the "recipient" of the major powers' foreign policies. This study complies with this historical premise, but argues that the relations built with the great powers have formed a fundamental factor in proposing the country's own regional dynamics, transforming, over time, Angola in as a prominent actor in international relations, both at the regional and global levels.

Key words: Foreign Policy. Angola. Strategic Partnerships. Regional Agenda.

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS E FIGURAS	X
LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS	XI
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	XII
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – ANGOLA NAS RELAÇÕES INTENACIONAIS.....	17
1.1-Caracterização Geopolítica de Angola.....	18
1.2- Contextos Histórico- social e Política Externa	22
1.3- Considerações Parciais do Capítulo	33
CAPÍTULO II- IDENTIDADES E MODELOS DE POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA (1975-2016).....	34
2.1- Primeiro Modelo de Política Externa Angolana (1975-1991)	35
2.2- Segundo Modelo de Política Externa Angolana (1992- atual).....	17
2.3- Considerações Parciais do Capítulo	55
CAPÍTULO III - AS PARCERIAS ESTRATÉGICAS DE ANGOLA.....	58
3.1- Relações Extrarregionais de Angola.....	65
3.1.1- Relações Angola-Brasil.....	69
3.1.2- Relações Angola-Rússia.....	77
3.1.3- Relações Angola-Estados Unidos da América.....	82
3.1.4- Relações Angola-República Popular da China.....	89
3.2- Relações Intrarregionais.....	97
3.3- Considerações parciais do capítulo.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	108

MAPAS E FIGURAS

Mapa 1: Mapa geográfico de Angola	19
Figura 1: Primeiro modelo de política externa angolana (1975-1991)	43
Figura 2: Segundo modelo de politica externa angolana (1992-atual)	52

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1: Evolução do intercâmbio comercial Brasil e Angola (2006-2015)	75
Gráfico 2: Grupos de produtos de exportações angolana para o Brasil em 2015.....	75
Gráfico 3: Grupos de produtos de exportações brasileiras para Angola em 2015.....	76
Gráfico4: Os Dez principais parceiros de importações angolanas (2016)	76
Tabela 1: Projetos habitacionais benéficiários da linha de Crédito Angola-China (2008-2014).....	90

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APE	Análise da Política Externa
AU	African Union
CA	Constituição Angolana
CEEAC	Comunidade Econômica dos Estados da África Central
CIA	Central Intelligence Agency
CIF	China International Fund
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CIRGL	Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos
DPA	Divisão Político-Administrativo
FAO	Found Alimentary Organization
EUA	Estados Unidos da América
FAA	Forças Armadas Angolanas
FALA	Forças Armadas de Libertação de Angola
FAPLA	Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FNLA	Frente Nacional para Libertação de Angola
FMI	Fundo Monetário Internacional
INE	Instituto Nacional de Estatística
MIF	Monetary International Fund
MAT	Ministério da Administração do Território
MIREX	Ministério das Relações Exteriores
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MPLA-PT	Movimento Popular de Libertação de Angola-Partido no Trabalho
MINPLAN	Ministério do Planeamento de Angola
OIs	Organizações Internacionais
OEA	Organização dos Estados Americano
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPEC	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas

OUA	Organização da Unidade Africana
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PNA	Polícia Nacional de Angola
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PRN	Plano de Reconstrução Nacional
PEA	Política Externa Angolana
PEB	Política Externa Brasileira
PEX	Política Externa
PTD	Processo de Tomada de Decisão
RDC	República Democrática do Congo
RIs	Relações Internacionais
SADC	Southern African Development Community
TPA	Televisão Pública de Angola
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UA	União Africana
UEA	União dos Escritores Angolanos
UNAVEM	United Nation Angola Verification Mission
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

A Guerra Fria e as consequências de seu término induziram a geopolítica africana a dinâmicas mais complexas do que as vividas até então no continente. Adicionada à nova conjuntura, a lógica da globalização, implacável quanto à inclusão/exclusão de países e regiões em função da dinamicidade político-econômica, forjou uma realidade multifacetada, que promove novos desafios para os estudiosos das Relações Internacionais, principalmente, aqueles dedicados aos estudos do continente africano.

O presente trabalho aceita o desafio de estudar a política externa angolana, propondo-se ao exame de uma possível transformação da capacidade propositiva da política externa do país ao longo do tempo. Pretende apontar características que permitem identificar Angola enquanto ator proeminente das relações internacionais no contexto intra e extraregional africano, considerando uma revisão sobre os 41 anos de sua independência (1975-2016).

Antes de se tornar um Estado independente, em 1975, Angola atravessou 27 anos ininterruptos de conturbação socioeconômica, política e infra-estrutural, provocadas por elementos externos (Guerra Fria, 1945-1989) e internos (Guerra Civil, 1975-2002). A finalização desses conflitos, somada aos efeitos da globalização a partir dos anos 1990, impulsionaram novas oportunidades para Angola. Uma dessas dinâmicas se dá justamente no âmbito de sua política externa. A pretensão de se avançar os entendimentos sobre a política externa angolana, a partir de uma perspectiva nova e com potencial de empoderamento e reconhecimento dos esforços de Angola para se inserir no cenário internacional, possui não apenas relevância científica, mas também social.

Após longo período de isolamento acadêmico angolano, dadas às circunstâncias domésticas conturbadas, esse estudo se soma a outros tantos desenvolvidos pela juventude angolana que anseia pelo desenvolvimento humano pautado na educação. Assim, pretende-se buscar, (re) construir e questionar conceitos, caminhos, possibilidades e alternativas que corroborem para, no futuro próximo, Angola se caracterizar como proponente também de estudos das Relações Internacionais.

No intuito de garantir o cumprimento dos objetivos desse trabalho, a dissertação está estruturada em três capítulos.

No primeiro capítulo, apresentamos uma contextualização do Estado angolano. Entendemos que, para melhor compreender e analisar os estudos da política externa angolana é necessário examinar suas dinâmicas geopolíticas e estratégicas, bem como os contextos políticos e histórico-sociais em que este esteve envolvida, do qual se destacam a influência dos elementos sistêmicos e domésticos revelados pelos conflitos (Guerras Fria, 1945-1989 e Civil, 1975-2002) e processos globalizantes no pós-guerras Fria (1989-atual) e Civil (2002-atual) tais como o acelerado crescimento econômico e estabilidade político institucional de forma conjuntural.

No segundo capítulo, propomos e aplicamos dois modelos que contemplam os possíveis direcionamentos externos de Angola nos 41 anos de sua independência. A intenção de se apresentar esses modelos se justifica por permitir melhor compreensão e servir de elemento-chave na compreensão tanto da ação externa angolana, como também forma que nos permitiu conduzir nosso raciocínio.

Em linhas gerais, o primeiro período (1975-1991) se caracteriza pelos “limites de autonomia”, isto é, os condicionamentos e os contextos Guerras Fria e Civil restringiram sua política externa durante esse período, tendo se limitado à defesa e manutenção da soberania e integridade territorial, ou seja, seus esforços ao protagonismo regional, embora desejado, os contextos sistêmicos e domésticos condicionavam qualquer possibilidade de expansão e efetivação em meio a sobrevivência interna e externa.

Em movimento diverso, no segundo período (1992-2016), a política externa angolana se caracterizou com um “pragmatismo propositivo” condicionado pelo fim da Guerra Fria e Civil e aos processos de globalização - com a inclusão de novos atores (diversificação de parcerias bilaterais sem vínculos ideológicos, ONGs, OIs, etc), temas (defesa, paz e segurança) e agendas doméstica (crescimento econômico e reconstrução nacional), bilateral (parcerias estratégicas), regional (protagonismo regional na SADC e CEEAC) e multilateral (aumento de sua presença em fóruns multilaterais – União Africana, Opep, CPLP, CIRG, etc.). Neste, destaca-se, ainda, o acelerado crescimento econômico condicionado pelas exportações do petróleo e os processos de reconstrução nacional e as tentativas de restauração da imagem externa de Angola.

O capítulo ainda constata que, as rupturas geopolíticas observadas no novo contexto internacional desde os anos 1990 serviram de aprendizados para atual diplomacia angolana.

A suscetibilidade a contextos conturbados fez de Angola buscar as relações bilaterais para moldar suas bases de inserção internacional, visto que o uso estratégico das relações bilaterais com potências mundiais por Angola amplia o seu *status* internacional para sua inserção nas relações intrarregionais. Atualmente, considera-se que a política externa angolana, se conduz pela diversificação de parcerias com propósito de construção e consolidação de parcerias bilaterais estratégicas nos âmbitos extras e intrarregionais.

Por fim, o terceiro capítulo busca qualificar os processos e as dinâmicas das quatro parcerias bilaterais de Angola no âmbito extrarregional, destacando-se Brasil, Rússia, EUA e China e faz uma breve avaliação da inserção intrarrgional de Angola na África em específico na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC).

CAPÍTULO I – Angola nas Relações Internacionais

Esse trabalho busca construir elementos para afirmar que Angola tem se mostrado um ator de destaque nas relações internacionais, especialmente nas relações internacionais africanas. Historicamente, o país se caracterizou por ser um país “receptor¹” de políticas externas, geralmente de natureza militar, de diversas de potências grandes e médias, tendo sido objeto em períodos diversos, de direcionamentos das políticas externas de Portugal, Brasil, Estados Unidos da América, União Soviética, Cuba, África do Sul e China. Se observado a partir de olhares diversos, identifica-se que o relacionamento de Angola com esses países – ainda que em posição menos privilegiada – acabou se confirmado de fator fundamental para o “aprendizado” do país sobre como transformar a natureza de sua atuação na política internacional, bem como a respeito da construção de suas estratégias de inserção.

Esse raciocínio nos permite apresentar como argumento central dessa Dissertação que, desde a independência até o momento atual, Angola possui características que permitem identificá-la como ator proeminente das Relações Internacionais, tanto no plano regional, quanto no plano global. Em que pese a existência de diversos exemplos empíricos que corroboram o argumento de novas dinâmicas da sua política externa, a academia angolana carece de estudos e produção bibliográfica que qualifiquem o país enquanto ator proeminente da sua ação externa.

Nesse estudo apontamos duas as razões que explicam porque Angola tem pouca participação na produção acadêmica dos estudos das relações internacionais. A primeira consiste no fato de que, embora já esteja consolidada em outros lugares do mundo, a agenda de estudos sobre as relações internacionais em Angola ainda é muito recente, dada a sua recente conquista de independência, com todas as instituições em processo de construção e em busca de afirmação do *status* de Estado. A segunda, é desdobramento da primeira, corresponde ao avanço da academia angolana apenas com o processo da reconstrução nacional no pós-conflito, quando o Plano Nacional de Formação de Quadros, se destacou para formação de recursos humanos qualificados.

Essa Dissertação, portanto, se constitui de grande desafio.

¹ Nesse trabalho o uso desse termo “receptor” se refere a país ter sido destinatário de diversas medidas de políticas externas decididas por outros países como: Portugal, Brasil, EUA, URSS, África do Sul, China, etc.

1.1- Caracterização Geopolítica de Angola

Angola, oficialmente denominada como República de Angola, é membro dos 54 países que compõem o continente africano, localizado na região ocidental da África Austral do hemisfério Sul. (ATLAS DE ANGOLA, 2013; ANGOLA, 2015).

Possui uma linha costeira através do Oceano Atlântico, a Oeste, com 1.650 km de extensão, que a permite uma dinâmica econômica e geoestratégica fluída com o mundo, tendo em conta a vitalidade de seus portos e de sua costa em geral. Quanto à sua fronteira terrestre, esta se estende por cerca de 4.837 Km, incluindo a província de Cabinda. Conta com os seguintes Estados transfronteiriços

Ao Norte e Leste, mantém fronteira com a República do Congo e a República Democrática do Congo (RDC), com o qual partilha numa extensão fronteiriça de 2.185 Km, mantendo relações político diplomáticos e econômicos relativamente estáveis conduzidas nos âmbitos multisetoriais, embora, com atritos históricos pela invasão zairense ao território angolano em 1975 e pequenos atritos também no ano de 2008, quando a RDC resolve fazer um repatriamento compulsivo de cidadão angolanos residente naquele país.

Ao Sudeste, partilha a fronteira com a República da Zâmbia por 1.010 km, com o qual mantêm boas relações oficiais desde suas independências e ao Sul com a República da Namíbia, também com o qual partilha uma linha de fronteira de 1.264 Km, e mantêm boas relações multisetoriais; o que se somado a todos os países Angola perfaz uma fronteira com quatro países africanos, tal como se pode observar no mapa abaixo (ATLAS DE ANGOLA, 2013:4-9; ANGOLA, 2015).

Mapa 1: Mapa geográfico de Angola



Fonte: THE WORLD FACTBOOK, 2017.

O Censo de 2014 realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) estimou a população angolana em 25.789.024 milhões de habitantes, número atualizado em 28 milhões, conforme apurados pela mesma instituição em 2016. Constatase que sua população é majoritariamente jovem, perfazendo uma divisa percentual em: 43% que concentra entre idade de zero a quatorze anos e 30% entre idades dos 25 a 64 anos de idade. O elemento Guerra Civil angolana (1975-2002), forçou grande concentração urbana e litoral da força de trabalho, avaliada em 44% até ao ano 2015, condição essa, que coloca e obriga o país dentro de um crescimento urbano mais acelerado, colocando Luanda dentre os maiores centros urbanos e capitais mais internacionalizados no continente africano. Esse crescimento e internacionalização têm gerado demandas por uma melhor inserção externa angolana, a fim de buscar menor vulnerabilidade nos mais diversos âmbitos. Associadas a estas preocupações, adverte-se ainda que, sua população é majoritariamente jovem, com baissíssima qualificação profisional e acadêmica, fator esse que coloca em causa o desenvolvimento humano necessário e urgente no país (ANGOLA, 2015; INE, 2016; WORLD FACTBOOK, 2017).

Quanto às condições climáticas, Angola possui predominantemente duas estações das quais: a das chuvas que corresponde o período mais quente do ano, que ocorre entre os meses de setembro e maio e a do Cacimbo ou seca que corresponde ao inverno e menos quente, que ocorre entre meados do mês de maio a meados de setembro. Com isso, as boas condições climáticas favorecem suas potencialidades agrícolas, que desde sempre tem a base da economia pré-colonial (ATLAS DE ANGOLA, 2013:4-14; ANGOLA, 2015).

O país possui uma situação geográfica peculiar, por se encontrar numa região tropical e subtropical do hemisfério sul e próximo do mar; pelas especificidades do seu relevo que compreendem a região do litoral e a do interior, suas temperaturas médias rodam entre 27° C máxima e 17°C mínima, representando um patrimônio natural rico diversificado em flora e fauna para as atividades turísticas. Angola possui um subsolo riquíssimo em recursos minerais predominantemente o petróleo, diamantes, mármores, fosfato, ferro, cobre, manganês, fosfato, sal, chumbo, ouro, prata, platina, estanho, entre outros (ANGOLA, 2015).

A exploração e exportação de recursos minerais cordenada pela Sonangol² por meio de concessões a diversas multinacionais estadunidenses (Esso e Chevron Texaco), Francesa (Total), Britânica (Shell, BP), têm se transformado no principal instrumento de barganha da política externa angolana atual (ATLAS DE ANGOLA, 2013:4-14; ANGOLA, 2015; SONANGOL, 2017).

No que tange a sua organização econômica, apreende-se que até os anos 1970, sua base caracterizava-se predominantemente agropecuária com ênfase nos cultivos de: café, cana-de-açúcar, sisal, milho, gado bovino, suíno e caprino, entre outros. O fim da Guerra Civil tem vindo a reativar fatores relevantes de sua base agrícola, outrora abandonada por razões da instabilidade interna, o que por sua vez, a apostila profunda pelo programa de desminagem em âmbito nacional, tem conferido novas dinâmicas ao setor agrícola angolano que conhece as novas técnicas mecanizadas. Esse dado se combinado às novas descobertas de grandes reservas de petróleo em quase toda região costeira angolana, tem colocado o país dentre os principais grandes produtores de petróleo em nível regional africano (1º) e mundial (15º), ou seja, a produção petrolífera tem conferido, um alto valor agregado na economia angolana e tem um papel

² Sonangol é uma empresa estatal do ramo petrolífero, responsável pela administração e exploração do petróleo e gás natural em Angola.

preponderante no aprofundamento de sua diplomacia quer seja econômica, ou securitária (ROQUE, 2013; ANGOLA, 2015; INE, 2016).

Segundo o Banco Mundial (BM) (2013) e Worldfactbook (2013) no mesmo ano, o país ocupava o 6º lugar entre as economias africanas e o 3º na África Subsariana, ou seja, apenas atrás da Nigéria e África do Sul, onde Angola tinha um PIB estimado em US\$131 bilhões de dólares e um *stock* em ativos com cerca US\$ 70 bilhões de dólares. José (2011), Roque (2013) e Ginga (2014) enfatizam que “esse sucesso se deve ao advento da paz militar de 2002 que faz do país de um importante *regional player* dentre as economias africanas”.

No que tange à organização administrativa, a Constituição angolana estabelece as bases legais para organização político-administrativa no seu artigo 5º e suas respectivas *alíneas 1, 2, 3, 4, 5 e 6*, segundo as quais o território divide-se entre: províncias, municípios, distritos, comunas, aldeias (povoações) e agregados de povoações (CONSTITUIÇÃO DE ANGOLA, 2010). Em que pesem as subdivisões internas para fins políticos e administrativos, a alínea nº 6 do mesmo artigo enfatiza a indivisibilidade do território:

“O território angolano é indivisível, inviolável, sendo energicamente combatida qualquer acção de desmembramento ou separação de suas parcelas, não podendo ser alienada parte alguma do território nacional ou dos direitos de soberania que sobre ele o Estado exerce” (CONSTITUIÇÃO DE ANGOLA, 2010).

Os dados do Ministério da Administração do Território (MAT) e do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que até 2015, a divisão político-administrativa angolana compreendia: 18 províncias, 164 municípios, 619 comunas e 15 principais cidades, sendo Luanda a maior em termos de concentração populacional. (INE, 2014; MAT, 2015).

O final da Guerra Civil angolana em 2002, condicionou uma nova dinâmica ao país, com isso, tornava-se necessária e urgente, uma nova divisão político-administrativa em conformidade com a constituição de 2010, o qual deveria adequar Angola aos novos padrões universais urbanísticos e ambientais, recomendados, adotados e ratificados por Angola em validade internacional (MAT, 2015).

1.2 – Contextos Histórico-social e Política Externa

A história pré-colonial e de independência de Angola remonta dos povos Khoisans, Vatuas e Pigmeus e foi dinamizada com a chegada e fixação sócio-política e organizacional dos povos migrantes Bantu distribuídos em todo atual território na forma de reinos do: Kongo, Matamba, Ndongo, Bailundu, Ndongo, Império das Lundas, Benguela, Kuanhama entre outros (ALEMIDA, 2011; ANGOLA, 2015).

A presença e o contato europeu entre 1482-1975 reconfigurou esse contexto precedente, unificando-os por meio da colonização, que posteriormente se reconfigurou no atual território angolano, contexto este que embora hoje estável, mas Hugon (2009) adverte que a ocupação arbitrária, a escravidão e colonização unificada destes reinos e impérios implicaram consequências a esses povos e nações, visto que após a independência a dinâmica colonial permaneceu na lógica de ordenamento territorial eurocêntrico, ou seja, não teve a revisão e/ou tratado de novas fronteiras tal como já se constituiria antes do colonizador (HUGON, 2009; ANGOLA, 2015).

Por sua vez, do ponto de vista do entendimento da construção do Estado contemporâneo, essa multiplicidade étnica e cultural num só Estado-Nação, se traduziu nos aspectos sócio-históricos e políticos da atual República de Angola, do qual hoje, compõe nove grandes grupos etnolinguísticos sendo eles: Mbundu, Ovimbudu, Bakongo, Lunda Cokwe, Nhaneka-Humbe, Ovambo, Herero, N'ganguela e os Afro-europeus, e sua subdivisão conformam um total de mais de 90 etnias/tribos. O português é a língua oficial e a mais falada em todo território angolano, seguindo-se do Umbundu e Kikongo, além destes é possível comunicar-se em mais de 60 subdivisões linguísticas (ANGOLA, 2015).

Segundo Bengui (2012), essa complexidade étnico e cultural ao mesmo tempo em que se traduz como riqueza do ponto de vista étnico-cultural, também se configura num problema no processo da construção de identidade política (princípios de normas) do Estado.

A história contemporânea angolana mostra que, muito antes da sua colonização e independência de Portugal, o atual território angolano sofreu diversas as invasões e ocupações arbitrárias das potências expansionistas europeias, visto que, Angola cumpria o papel de principal rota do tráfico negreiro Atlântico, de colônia e palco de resistências contínuas anti-colonial (ALMEIDA, 2011; COSME; 2015; MOREIRA LIMA, 2015).

Sua história nas relações internacionais e enquanto ator soberano se dá com a conquista da sua independência de Portugal, tal qual, Malaquias (2011), José (2011), Pascoal (2013), Ginga (2014), Cosme (2015), Moreira Lima (2015) e Vizentini (2016) argumentam que sua inserção internacional, deu-se num dos piores cenários, tal como aconteceu com outros países africanos, não só pelas implicações de diversos fatores sociopolíticos e históricos específicos ao seu passado, mas também pela continuidade das consequências dos eventos que precederam sua independência tais como: as duas grandes Guerras Mundiais(1914 e 1945), a Guerra Fria/bipolaridade (19451989), as permanentes Revoluções anti-independência³, que demarcavam a resistência contra o colonialismo e que buscava se legitimar interna e internacionalmente.

Esse processo também se traduziu numa longa Guerra Civil no pós-Independência (1975-2002), que mergulhou o país numa dinâmica de violência militar doméstica generalizada, no âmbito intra e extrarregional, na pilhagem de recursos naturais⁴ e não só, a ausência e insuficiência de formação sólida da nova elite política⁵ implicaram o processo da construção às novas instituições de afirmação do Estado angolano, tal como José (2011) traz esse panorama quando observa que:

“Depois da Segunda Guerra Mundial, os EUA e a URSS, polarizaram o poder no sistema internacional, formando dois blocos distintos (...) os demais Estados procuraram enquadrar-se nas órbitas de influência (...) e a África não teve outra opção (...) na África a rivalidade bipolar apresentou expressão bem visível (...) onde a transição de país colonizado a Estado livre se processava com dificuldade (...) esses países foram abandonados pelas grandes potências após da Guerra Fria (...). Angola era um palco perfeito para o *low intensity conflict* (...) a situação análoga ocorreu em países como Moçambique, Etiópia, RDC, Nigéria e Nicarágua, em facções apoiadas (treinadas, municiadas e financiadas) por cada uma das superpotências (...) com guerras que não reverteu benefícios para os Estados que dela participaram” (JOSÉ, 2011, p.69).

³ Ao contrário de muitas colónias na África, a independência de Angola foi conquistada e antecedida por diversas revoltas armadas e massacres, só para destacar o Massacre da Baixa de Cassange, revolta de 4 de Fevereiro de 1961, 15 de Março de 1961, etc.

⁴ Vide ao documentário: *Blood Diamonds Forever (UK) Angola In: BBC (2003)*.

⁵ As restrições de políticas educacionais coloniais agravariam esse quadro, vide os Estatuto do Indigenato (N'GANGA, 2008, p. 46 e 87).

N'ganga (2008), Wesseling (2008, p.13), José (2011), Cosme (2015, pp. 45 e 49) e Moreira Lima (2015) argumentam que, esses conflitos internacionais, combinados às revoluções nacionalistas africanas com ênfase independentistas guiadas pelas ideologias do Movimento dos Não-Alinhados⁶ e pela aproximação das potências bipolares na forma competitiva e influenciadora, dificultavam cada vez mais o início do processo decisório voltado para ação externa anagolana tal como observado por Malaquias (2011):

“Since gaining independence from Portugal in 1975, Angola has faced severe domestic, regional and international challenges. Angola’s dominant domestic reality for the first 27 years was civil war. It faced an unfavorable regional environment dominated by two enemies, namely Apartheid South Africa and Mobutu’s Zaire; and it was an important Cold War battleground” (MALAQUIAS, 2011, p.5).

Vizentini (2016, p.111) e Perreira (2016, p.7,113-117) convergem em suas posições ao enfatizar que acontecimentos como de Angola, se dão de duas perspetivas: a primeira em meio às crises que afetaram os países centros e se transformaram “na janela de oportunidade” (*ponto positivo*) para os movimentos revolucionários e a segunda pela intervenção e envolvimento das superpotências e potências médias conjugado pelo idealismo (*zonas de influência bipolar*) e pragmatismo (*apoio militar, financeiro e humano*) servindo de (*ponto negativo*).

Ainda segundo Vizentini (2016), o cenário africano se torna emblemático e espetacular no contexto internacional, porém, preocupante pelas seguintes razões:

“Em (1974), durante a crise do petróleo, dois acontecimentos, aparentemente desconexos, sacudiram o continente africano e o colocaram no centro da agenda internacional (...) a Etiópia, ocorreu um golpe militar (...) marcando o início de uma revolução e de um regime socialista (...) também foi (...) Revolução dos Cravos (...) Angola, Moçambique e os enclaves lusitanos na África obtiveram sua independência, sob a liderança de movimentos (...) de orientação

⁶ Segundo Lumumba (1960) *apud* N'ganga (2008, p.87) (...) "para nós, não há bloco ocidental ou comunista, mas nações, que em função do seu posicionamento com a África nos ditarão nossa atitude (...) neutralismo positivo é a única política válida (...)".

marxista (...) a luta armada de quinze anos nas ex-colônias portuguesas deu lugar, em 1975, a guerras civis e a um conflito internacional na África Austral, envolvendo Cuba e o Pacto de Varsóvia em apoio aos novos regimes, e a África do Sul e nações da OTAN ao lado de insurgentes (...) o Chifre da África, igualmente, se transformou em um ponto quente da Guerra Fria. Revoluções se convertiam em conflitos inter-estatais” (VIZENTINI, 2016, p.111).

Pinheiro (2004, p.45), N’ganga (2008, p.25), Almeida (2011, p.37-40) e Pascoal (2013, p.31), enfatizam que o fracasso e a exaustidão das potências europeias saídas da Segunda Guerra Mundial e a falta de recursos para a continuidade na manutenção das colônias que obrigou a França e a Inglaterra a procederem à concessão da autonomia jurídica, política e territorial de suas ex-colônias. Esse movimento já se encontrava, do qual se viram motivados pelo direito da autodeterminação dos povos, anunciados na Carta de São Francisco da Organização das Nações Unidas (ONU). Mas, mesmo no pós-Independência, os antigos colonizadores tiveram um envolvimento direto nas novas dinâmicas africanas.

Diferentemente dos ingleses e franceses que conduziram o processo de transição das independências na África, na maior parte dos casos por vias pacíficas, Portugal procedeu de forma diversa, isto porque, Pinheiro (2004, p. 43, 45) e Moreira Lima (2015, p.16-19) apontam que, a dependência dos recursos financeiros provenientes de suas colônias, obrigou Portugal buscar nelas sua manutenção econômica até 1974, e a sua não participação direta na Segunda Guerra Mundial, lhe possibilitou condições de continuar com as colônias sem desgastes institucionais, tal como se observou em outras potências. E não só, Portugal tinha vários apoios institucionais de dar continuidade às suas colônias na África (justificando-se pelo princípio Ultramar e das teorias lusotropicalistas⁷) e até o apoio do Brasil⁸.

Diante dessa conjuntura, a reivindicação, a transição e a inserção internacional angolana enquanto Estado independente não foi desejo de Portugal e de muitas outras nações. Essa razão traduzia a necessidade ao início das grandes revoluções armadas para a independência de Angola. Hannah Arend *apud* Vizentini (2016) observa que, o

⁷ Tais teorias, a fim de justificar a permanência portuguesa nos territórios Ultramar, afirmavam que o relacionamento de Portugal com suas colônias é de irmandade e não há maus tratos nem práticas desumanas que interferisse tal relação e viezassem o Princípio da autodeterminação dos Povos da ONU.

⁸ Ver Spektor (2004, p. 212).

debate das revoluções nos países do Terceiro Mundo à época se constituiram como questões periféricas na agenda internacional, mas o fato é que, essas tiveram importantes contribuições em conjugação das crises que transformaram a economia e o método de segurança no sistema internacional da época.

Halliday (1983) *apud* Vizentini (2016, p.112) enfatiza que “o impacto das revoluções fruto da Guerra Fria, se constituiram tão relevantes para o estudo das RIs” não só pela sua emplosão, expressão regional que “gerou tendências e contra-tendências na internacionalização das guerras civis”, mas sim por “afetarem o sistema internacional no seu todo, contribuindo com mudanças profundas nas RIs”.

Para o autor, a necessidade de compreender que as revoluções nesses países tiveram na busca de sua autonomia internacional, constitui-se de atitude pragmática e consistente do ponto de vista das relações internacionais considerando que:

“Sem a autonomia internacional lograda por suas revoluções, China e Vietnã não teriam o desenvolvimento que agora possuem. Sem a construção do Estado, de elites dirigentes e das transformações sociais promovidas por processos revolucionários, a situação de Angola (...) não teriam permitido o atual protagonismo internacional dos mesmos” (VIZENTINI, 2016, p.112).

Para Silva (2008), Almeida (2009), Simão (2014) e Vizentini (2016), esse processo demonstrou responsabilidade e habilidades dos *policymakers* angolanos (SANTOS 2013; CARVALHO, 2015a; 2016b).

Nesse sentido, o estudo destaca ainda que, com base na organização da bibliografia em torno do assunto a qual ajuda clarificar esse problema de pesquisa, tal como observado por Malaquias (2011), José (2011), Ginga (2014), Pintinho (2015), Cosme (2015), Castellano da Silva (2016), Vizentini, (2016) e Pereira (2016) que são exemplos de estudos de Política Externa Angolana (PEA), que constatam o profundo reordenamento do sistema internacional determinado pela Guerra Fria (1945-1989) e a sua relação com o continente africano: novas dinâmicas combinadas de revoluções armadas domésticas, intra e extrarregionais, e a presença de diversas forças militares estrangeiras no território.

No caso de Angola, os conflitos foram múltiplos: intra-estatal entre o MPLA e a UNITA (1975-2002), interestatais com ex-Zaire (1975), com a África do Sul (1987-

1988) e a presença massiva de diversas forças militares estadunidenses, soviéticas, cubanas, das Nações Unidas (UNAVEM⁹ I, II e III). Foi com essa base que o país buscou traçar as diretrizes de sua política externa independente.

A partir do contexto político-espacial ao caso de Angola, esse estudo entende por política externa às perspectivas e concepções trabalhadas por Wilhelmy (1988) *apud* Oliveira (2005, p.5), Hermann (1995, p.5), Rosati, (1994) *apud* Freire, (2011, p.17) e Milani (2013, p.37), que consideram a política externa como referência prioritária e exclusiva às ações do Estado, isto é, partindo do pressuposto de que a análise de política externa (APE) "tem como objeto a política externa de um determinado governo, ou seja, a política e as ações de um Estado direcionadas a outros Estados ou fenômenos observados no sistema internacional" (SPOSITO, 2011, p.4).

O importante ainda é ressaltar que, apesar de preferencial a perspectiva acima apresentada, não se coloca única e exclusiva no desenvolvimento desse trabalho, mas possui maior ênfase analítica por tornar o estudo viável e se adequar ao contexto que se pretende trabalhar. Reconhecendo que tal não seja única por considerar a relevância e indispensabilidade de outros atores¹⁰, o estudo inclui outros aportes teóricos-conceituais, na sua perspectiva analítica, na medida que eles corroborem com o objetivo de entender como a materialização de diversos contextos e contribuirem para a atual conjuntura da política externa angolana. Por ora, importa apresentar algumas particularidades da política externa angolana sob concepções de diversos autores.

Ferreira (2005), Malaquias (2011), José (2011), Silva (2008) e Cosme (2015), consideram que para um entendimento claro sobre a inserção internacional angolana, importa exclarecer dois importantes elementos desde seu marco aos dias atuais por torná-la tão conturbada e complexa, do qual os autores apontam como primeiras sendo as consequências da Guerra Fria entre 1975-1991, os processos da globalização no pós-Guerra Fria entre 1992-atual, e segundo como consequência dos primeiros, destacados

⁹ Singla em inglês: *United Nations Angola Verification Mission*

¹⁰ Nesse estudo consideramos “outros atores” os Partidos políticos e seus aliados e a sociedade civil como: o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA) partido político no poder, força militar e aliado ao bloco soviético, a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional para Libertação de Angola (FNL) ambos com capacidade de militar e categorias de Partidos políticos, aliados ao bloco capitalista e não só, seus aliados (URSS, EUA, Cuba, China, África do Sul, ex-Zaire, etc) e respectivamente outros que se seguem como complementaridade indispensável da ação interna e externa angolana tais como: a sociedade civil (Organizações Internacionais, Organizações Não-Governamentais, Igrejas, etc).

no âmbito doméstico, elencados pela Guerra Civil entre 1975-2002 e o crescimento econômico.

Essa conjuntura agregou maior clareza na definição dos objetivos e limites da qual Angola almejava para sua inserção internacional, condição essa, da qual exigia meios suficientes que lhe conferisse atores com habilidades que buscassem caminhos menos arriscados, considerado como requisito primordial a inserção internacional, tal como aponta Almeida (2009, p.3) que “a execução de políticas externas dos países exige habilidades específicas de seus atores políticos e todos que nela estão envolvidos”, porém, o autor adverte que tais habilidades que não devem se limitar pela busca da definição dos “objetivos e limites”, mas também na quantificação de meios que permitam a viabilidade de toda agenda diplomática deste país.

O marco político-doméstico angolano, se deu com ênfase marxista-leninista (socialista) durante 1975-1992, cujos processos decisórios nesses governos se dão de forma autoritária¹¹, ou seja, esse contexto fundador de política externa angolana se adequa aos parâmetros realistas conforme espelhados em determinadas correntes da APE, os quais entendem os Estados como sendo únicos e absolutos frente a ação externa, ou seja, o Estado projeta-se como ator unitário, com cunho militar-estratégico em detrimento das demais condicionantes domésticas, quer sejam elas econômicas, políticas e sociais. Destaca-se homogênio na ação externa do Estado justificada pela busca de poder e segurança, isto é, de modo a verem afastados os demais grupos de interesses no seu processo decisório de afirmação doméstica. Durante muitos anos, em Angola esse processo se deu no mesmo limiar, condição essa que aproxima esse período a uma análise de política externa mais voltada aos parâmetros realistas das RIs (WALTZ, 1988; LIMA, 2000, p. 270; J.V.SILVA, 2002, p.86; M.M.SILVA, 2008, p.31).

O contexto acima tem tornado cada vez a política externa angolana insulada no governo e longe dos outros atores domésticos, ou seja, segundo Savite (2014, p.237) “esta ainda se vê restrita a alguns âmagos do aparelho estatal” o que muitas vezes impede um pleno envolvimento de outros atores principalmente a academia. Pois, a caracterização da política externa angolana nestes moldes, confere-nos ênfase a abordagem realista de política externa, por causa da influência dos elementos sistêmicos presentes em seu percurso, e não só, como também por nos ajudar a esclarecer

¹¹ Silva (2008).

determinados direcionamentos nestes moldes pesem embora para uma discussão completa, a abordagem realista se constitui insuficiente, como já referido acima.

Malaquias (2011), José (2011), Ginga (2014), Pintinho (2015), Cosme (2015), Castellano da Silva (2016), Vizentini, (2016) e Pereira (2016) enquanto exemplos de estudos de política externa angolana (PEA) constatam que o profundo reordenamento do sistema internacional determinado pela Guerra Fria (1945-1989) e a sua relação com o continente africano gerou novas dinâmicas combinadas de revoluções armadas domésticas, intra e extrarregionais, e a presença de diversas forças militares estrangeiras no território.

E quanto ao caso de Angola, os conflitos foram múltiplos classificando-se em: intraestatal entre o MPLA e a UNITA (1975-2002), interestatais com ex-Zaire (1975), com a África do Sul (1987-1988) e a presença massiva de diversas forças militares estadunidenses, soviéticas, cubanas, das Nações Unidas, por meio das Missões de Verificação das Nações Unidas em Agola (UNAVEM I, II e III).

Outros contextos associados aos de cima e que implicavam o processo de efetivação e alcance aos principais objetivos de inserção internacional angolana citam-se: a herança colonial, a limitação de recursos econômicos e a ausência de instituições políticas consolidadas que aprofundavam o país num estado de calamidade extrema.

Autores como José (2011), Roque (2013), Savite (2014) e Pintinho (2015) argumentam que a diversidade conturbada desses contextos, combinaria o aprendizado de que Angola traçou suas bases e diretrizes de sua política externa durante e no pós-guerra Fria, que inicialmente se destacou pela defesa e segurança em consequência as Guerras Fria e Civil e, mais tarde, associam-se outras agendas: doméstica, pautada pelo desenvolvimento nacional, bilateralismo (parcerias bilaterais seletivas e estratégicas), regionalismo (protagonismo regional na Comunidade para Desenvolvimento da África Austral – SADC e na Comunidade Econômica dos Estados da África Central - CEEAC) e no multilateralismo que o país se destaca pelo aumento da sua presença em fóruns multilaterais tais como: na União Africana, CPLP, Opep, Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos - CIRGL) e de temas como defesa, paz e segurança tanto do ponto de vista doméstico como aos processos da integração intrarregional africanos impulsados pela globalização marcada pelo fim das Guerras Fria (1989) e civil angolana (2002).

Hugon (2009, p.84), Savite (2014, pp. 238 e 268), Keylor (2001, p.551) tal qual Vizentini (2016, p.117) observam que ficou evidente que a concorrência ideológica

bipolar durante a Guerra Fria (1945-1989) liderada pelos Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que buscavam ampliar sua influência de forma direta aos novos Estados independentes na África, da qual Angola é parte, por meio de apoios militares e logísticos à fações e grupos de interesses divergentes e que quase sempre culminou em conflitos intra e interestatais, impactou de forma direita e menos ampliada à margem de manobras da inserção internacional angolana nos planos intra e extrarregionais.

Essa condição colocou a independência de Angola dentre os elementos-chave na compreensão da política intrarregional militar africana, por envolver um jogo multiatores conduzida pela lógica de um lado “ideológica” (Guerra Fria), ou seja, na África subsariana – o caso de Angola - passa a ser concebido no palco efetivo na corrida ideológica bipolar que se traduzia em violência militar generalizada sustentada na base dos conflitos civis, isto é, com o envolvimento de duas grandes superpotências de ambos os pólos e seus aliados, tal como apontado acima.

A presença da ex-URSS e Cuba, de orientação marxista-leninista e socialista como aliados estratégicos o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA) por António Agostinho Neto, em contraposição dos EUA, da China, da África do Sul e do ex-Zaire¹², de orientação capitalista, que buscava um envolvimento indireto na base de suas alianças como é o caso da: União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) liderado por Jonas Savimbi e com a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA) liderado por Álvaro Holden Roberto, associados a estes estavam atores estatais como o ex-Zaire e a África do Sul, aprofundaria a dinâmica desses conflitos, impactando diretamente em toda ação política angolana, traduzindo suas motivações ideológicas e materiais (ALMEIDA, 2011, p.40; PEREIRA, 2016, p.113).

O entendimento “material” se traduzia no fato de que as superpotências de ambos os polos se encarregavam em conceder apoio técnico, logístico militar (mercenários, armamento, paramilitares, telecomunicações) e financeiro aos movimentos independentistas que representavam seus interesses ideológicos e materiais na região e no país (Angola), do qual o MPLA se aliava aos interesses do bloco socialista soviético e fortemente suprido pela Ex- URSS e Cuba, e a UNITA e a FNLA se aliavam e

¹² Atual República Democrática do Congo (RDC), lembrar que quanto a este dá-se como exceção, visto que houve controvérsias/ambiguidade quanto ao seu posicionamento ideológico diante a Guerra Fria, considerando que, sob liderança de Mobuto, o país aspirava orientações capitalistas com práticas socialistas.

representavam os interesses capitalistas na região e no país (Angola), de onde também eram municiados e supridos pelos seus aliados como: EUA, a China, a África do Sul e o ex-Zaire (atual RDC) e respectivamente (SÁ, 2011, p. 1; ALMEIDA, 2011, p. 40-44).

Sá (2011, p. 1) por sua vez entende que a combinação das vertentes materiais às ideológicas, se aprofundaram com “o envolvimento dessas duas superpotências no território angolano entre (1974-1976) e a descolonização do mesmo” que coincidia com a crise da Détente Bipolar” do qual segundo o autor os EUA entendiam que “depois da derrota no Vietnã, urgia o restabelecimento da demonstração de seu poder com a vitória na guerra angolana e se possível para a Europa”. Além disso, associam-se as condições pontenciais geoestratégicas e políticas das quais Angola detinha no jogo político dessas potências, que para ambos os lados deveria se traduzir em ganhos ao vencedor¹³.

Segundo Sá (2011, p.1), Almeida (2011, p.41) e Jovita (2015, p.10), esse ganho por sua vez se dava tanto pela busca de zonas de influência do mundo bipolar, como pelo controle dos recursos naturais (petróleo e diamantes) abundantes em Angola, principais e indispensáveis ao jogo político internacional da época somado a outros, tais como: ouro, solos férteis, recursos hídricos (fluviais e marítimos) e do seu contexto geoestratégico na região central e austral africana, que facilitaria as operações técnico-militares – implantação de bases militares, prospeção e pesquisa, - do mundo bipolar caso necessário.

Esse caráter, por sua vez, se constituia de fator fundamental para ambas as superpotências, ou seja, “a aposta certa do mundo bipolar na região austra africana” essa corrida transformava o país no pivô das grandes potências (ex-URSS e EUA) e a disputa certa de seus vizinhos (ex-Zaire e África do Sul) na região (ALMEIDA, 2011).

Tal como já referido nas abordagens anteriores, que as atividades diplomáticas de Angola emergem num contexto altamente conturbado onde a crise da sociedade do pós-Guerra Fria manifestava-se dando lugar ao processo de aceleração de mudanças para um mundo unipolar e, não só, combinado de outros fatores internos e intrarregionais, todas essas lições do passado se formalizaram na base sólida sobre quais os caminhos Angola deveria trilhar buscando menor vulnerabilidade, com isso dentre as

¹³ O entendimento de sair vencedor se colocava tanto aos movimentos quanto às potências nela envolvidas, visto que a inclusão de Angola no mapa político mundial em uma das possíveis correntes ideológicas resultaria num ganho político e geopolítico de alto nível no novo desenho de influências das potências, ou seja, Angola passa a ser a carta que definiria o jogo de influências das potências na Região austral africana.

prioridades em sua política externa, buscou definir uma base sólida de parcerias bilaterais ao multilateralismo, e em outras prioridades.

Em síntese, destacamos os elementos mais trabalhados no estudo para compreensão da política externa angolana, tais quais nesse trabalho se colocam no exame de cinco principais deles tais como:

1. Conflitos: as Guerras Fria (1945-1989) e Civil angolana (1975-2002) como condicionante à inserção e posturas mais isoladas da política externa angolana;

2. Retomada da estabilidade doméstica (1992-2002), como momento decisivo e determinante dos processos de estabilização doméstica e externa angolana, nos pós-guerras Fria e civil, impulsionados pelos processos da globalização que incluia novos temas, atores e agendas no sistema internacional, tais como já destacados os quais, passaram a se definir pela ausência de inimigos ideológicos. Pelo que o conjunto desses acontecimentos induzia a – redirecionamentos, ajustes e mudanças da ação externa angolana voltando-se assim, para o desenvolvimento nacional e integração intrarregional africano e pela diversificação de parcerias bilaterais estratégicas extrarregionais;

3. Reconstrução nacional (Plano de Reconstrução Nacional e Desenvolvimento (PRND) (2002-2013 e 2013-2017) – para atender as demandas recorrentes a sua agenda nacional de desenvolvimento, Angola privilegiou as parcerias bilaterais estratégicas extrarregionais;

4. Crescimento econômico fomentado pelas exportações do petróleo “diplomacia econômica” (2002-2014) – a diplomacia econômica passou a ser sustentada, pelos altos índices de exportações do petróleo, elemento este que se converteria no principal instrumento da política externa angolana, trazendo a todos a cooperação nos variados setores estratégicos do país, independente de orientação ideológica, ou seja, o petróleo se colocou como triunfo da política externa angolana durante as últimas décadas;

5. Estabilidade institucional nacional e regional “diplomacia securitária” as lições do passado, conferiam a Angola que o elemento chave de sua prosperidade estava na estabilidade nacional¹⁴ e regional, do qual o país, buscou engajamento regional em temas como: defesa, paz e segurança com finalidade de neutralizar diversas forças que em tempos de crise doméstica (militar e política) aprofundavam a situação angolana nos

¹⁴ Os processos de modernização das Forças Armadas Angolanas (FAA) e da Polícia Nacional de Angola (PNA) e demais agentes de segurança interna e externa confirmam esse dado.

anos de Guerra Fria e civil; também se destaca a presença angolana em fóruns multilaterais, pela mediação e resolução de conflitos, treinamento técnico militar, assessoria política, crises eleitorais, etc, no âmbito da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) e Comissão do Golfo da Guiné, adicionados estes, destaca-se sua proeminência no âmbito da União Africana (UA).

Em que pese esses elementos, essa foi a conjuntura a definir as bases iniciais da política externa angolana.

1.3- Considerações parciais do capítulo

Ao abraçar o desafio de dissertar sobre a Política Externa Angolana, a primeira e a maior dificuldade encontrou-se em identificar qual seria o modelo mais apropriado para explicar diferentes perspectivas e momentos que compõem a política externa angolana.

Com o objetivo de contribuir com a recente produção bibliográfica no assunto, propomos-nos, nesse capítulo, a contextualizar a política externa angolana e as especificidades do qual Angola se constrói e reconstrói. Desta forma, reconhecemos que o estudo não pretende trazer elementos inéditos ou desconhecidos, mas sim, propõe interpretá-los por outras perspectivas, concebidas pela política externa.

Em suma, a intenção deste capítulo foi de contextualizar e trazer uma ampla revisão dos instrumentos e a bibliografia existente.

Para uma análise mais completa no assunto, no seguinte capítulo apresentamos dois modelos diversos de possíveis direcionamentos externos de Angola nesses períodos.

CAPÍTULO II- Identidades e Modelos de Política Externa Angolana (1975-2016)

Nesse capítulo propomos e analisamos dois possíveis modelos que contemplam os direcionamentos da política externa angolana em dois momentos diversos dos 41 anos de sua independência. A intenção de se trabalhar com modelos se justifica por nos permitir melhor compreensão e servir de elemento-chave na compreensão da ação externa dos Estados, tal como frisado por Almeida (2009), Xavier (2011) e Simão (2014), os quais propõem que “a identificação dos modelos de inserção internacional dos Estados se constituem de elementos-chave, na definição e expressão dos objetivos da política externa”.

É nesse sentido que entendemos que todo e qualquer governo que pretenda a formulação e execução de uma política externa própria precisa definir questões sobre “o quê, como, onde, quando e porque o país pretende no cenário internacional”, questões essas que, com base nas respostas obtidas, os tomadores de decisão, geralmente atores políticos, buscam identificar meios para elaboração e execução da política externa de um Estado, por meio desses modelos, onde qualificam e quantificam suas ações.

Tal como Freire e Vinha (2011, p.19) e Raimundo (2012, p.140) apontam como indispensável o estudo de política externa com base nos modelos, por estes possibilitarem aos analistas e pesquisadores, melhor compreensão dos eventos políticos internacionais e não só, a fim de que por meio destes, os agentes políticos envolvidos consigam identificar fatores e mecanismos determinantes e relevantes das ocorrências e circunstâncias em que de acordo com os contextos os casos tomam rumos diferenciados.

Dado a isso, ainda Freire e Vinha (2011) e Milani (2011, p.34) entendem que "a complexidade à análise de política externa, enquanto área de estudos, implica a necessidade de múltiplas variáveis relativamente aos seus níveis de análise, atores, processos e resultados" o que de alguma forma para os autores, os modelos enquanto instrumentos auxiliam os pesquisadores e analistas a correrem menos riscos de interpretação.

Constando a possibilidade de se trabalhar com modelos, o estudo enfatiza dois modelos de política externa angolana, adequados em seus respectivos contextos. Para entender o marco da inserção internacional angolana, bem como suas transformações, esse estudo sugere a uma divisão da política externa Angolana por meio de dois principais momentos/ períodos dos quais consideramos como principais modelos com

temas específicos e características diversas de direcionamentos externos. O primeiro modelo comprehende os anos entre 1975-1991, o qual se caracteriza por “limites pela autonomia” por trazer enfoques sobre como se deu o marco dos processos da construção de parcerias bilaterais de Angola com outros países. Nesse período, embora constatado o pragmatismo angolano em sua ação externa, elementos conjunturais ideológicos e materiais o limitavam como tal. Essa limitação por sua vez, se traduzia em uma inserção internacional menos expansiva do ponto de vista de agendas e temas. Alías, observa-se que sua prioridade se afunilava na autopreservação, manutenção da independência e da integridade territorial.

A descrição sobre o segundo momento/periódico ou modelo (1992-atual) caracteriza-se pelo “pragmatismo propositivo¹⁵”, isto é, o pós-Guerra Fria implicou a agenda externa e doméstica angolana, obrigando ao país reconsiderações de sua ação externa. Os processos globalizantes incluíam novas agendas (doméstica, bilateral, regional e multilateral), temas (desenvolvimento nacional, defesa, paz e segurança nacional e intrarregional) e atores (novos parceiros estratégicos, ONGs, OIs, etc), momento pelo qual Angola se relança pela diversificação de parcerias estratégicas possibilitando assim, redirecionamentos, ajustes e inflexões interna e externa. Como condição estratégica avaliada pelos seus *policymakers* diante da nova conjuntura internacional.

Nesse período, por sua vez, Santos (2013) e Chicoti (2016) destacam que “contata-se maior expansão e ativismo de Angola na condução e consolidação de agendas e temas regionais responsáveis” com a finalidade de se buscar “uma estabilidade regional em matérias de paz, segurança e integração econômica e infraestrutural” (ALMEIDA, 2011; JOSÉ, 2011; CASTELLANO DA SILVA, 2016).

Pascoal (2013), Roque (2013), Ginga (2014); Savite (2014) e Cosme (2015) também apontam que, apesar de Angola ter se pautado inicialmente sob pressupostos mais isolados, o final da Guerra Fria inverteu tal condição, tendo-lhe conduzido a redirecionamentos que favoreceram muito ao país, por lhe possibilitar uma ação externa mais ativa, expansiva e pragmática, com base nas parcerias bilaterais e multilaterais estratégicas diversificadas, conferindo-lhe as bases a um protagonismo regional africano.

¹⁵ Por sua vez, o pragmatismo se dá no âmbito das parcerias bilaterais estratégicas extrarregionais e propositivo se dá na condução e diversificação de temas como defesa, paz e segurança.

2.1- Primeiro Modelo de Política Externa Angolana (1975-1991)

Apesar do carácter interdisciplinar que poderia guiar nossa abordagem, entendemos que a perspectiva da APE se constitui de instrumento e método viável na análise e compreensão do contexto angolano, embora não seja nosso objetivo trabalhar com a aperspectiva da APE em específico nesse estudo, mas por nos auxiliar na análise e compreensão dos dois grandes períodos em destaque e nos permitir observações de carácteres e personalidades não reveladas pela abordagem sistêmica das RI.

O debate da escola realista¹⁶ nas RI propõe que a busca pela inserção internacional dos Estados não só se torna de elemento-chave para sua sobrevivência, como também de difícil realização e definição de objetivos, diferentemente da escola liberal que vêem a na cooperação/interdependência com base nas instituições e regimes internacionais como instrumento que facilitaria tal processo (WALTZ, 1979; KEOHANE; NYE, 1988).

Almeida (2009, p.3) responde que “a definição e realização da política externa, poderá proceder nos moldes passivos e/ou ativos, ou ainda combinados”, para isso os Estados se utilizarão de estratégias disponíveis e executáveis em cada contexto e objetivo por alcançar.

Sousa (2005) *apud* Simão (2014, p.46) a partir da perspectiva realista, observa que "o Estado nas suas acções e decisões externas, procuram dominar e influenciar o comportamento dos outros de modos a alcançar posição de destaque internacional", característica essa revelada como indispensável na Política Externa Angolana desde o seu marco.

Com isso, as identidades e os modelos de política externa de um determinado país estão em algum momento marcados quer na forma explícita e/ou implícita nas relações discursivas à materialidades, isto é, intricada por fatores ideacionais e materiais, tal como observa Wendt (1999). Nesse aspecto, relativamente quanto a isso, Santos (2013), Cosme (2015) e Chicoti (2016) convergem que “Angola buscou na sua

¹⁶ Para essa análise, vale ressaltar que a corrente realista, construtivista e outras Tanto Waltz (1979), quanto Wendt (1992 e 1999) seu foco nunca se baseou em dissertar sobre política externa no seu caráter específico, mas sim, o primeiro buscou como preocupação a construção de uma teoria da política internacional e o segundo preocupou-se com uma teoria social da política internacional. Segundo Salomon e Pinheiro (2013), este propósito não invalidam tais perspectivas para a análise de política externa, muito pelo contrário, serviu-se de base analítica para as abordagens da APE de cunho com realista.

política externa, trazer alguns desses pressupostos discursivos e refletí-los à materialidade com base nas suas ações/práticas, desde o âmbito doméstico ao externo”.

Essa relação discursiva e material é melhor analisada por Hansen (2006) *aupd* Reis Dias (2011, p.1) ao aferir que "a política externa é, portanto, uma prática discursiva intricada por fatores materiais e ideias", ou seja, os "discursos de política externa são construções analíticas – e não objetos empíricos –através das quais podemos estudar a construção de identidade e política e a ligação que existe entre ambas".

A construção de identidade sempre esteve, está e estará de alguma forma implícita ou explícita na ideia ou na materialidade perante suas representações (discursivas, jurídico, práticas diárias, arquitectura, etc).

No caso angolano este exemplo é bem patente se observarmos dentre algumas frases que marcaram o discurso de Neto no ato da proclamação de independência “Angola é e será por vontade própria a trincheira firme da revolução em África” (NETO, 1975). Ao discurso se associam ainda algumas estrofes do hino nacional que enfatiza entranhamentos e vínculos do seu complexo processo histórico o que se analisados nesta perspectiva, que ao longo dos anos têm se traduzindo em representações e construções de identidade fomentada aos atores que têm vindo a participar de tais processos:

“Lenvatemos nossas vozes libertadas (...) para glória dos povos africanos... marchemos combatentes angolanos... solidários com os povos oprimidos... orgulhosos lutaremos pela paz com as forças progressistas do mundo (...)" (CONSTITUIÇÃO DE ANGOLA, 2010).

Esses são dentre os poucos exemplos que enfatizam o entranhamento de vínculos do complexo processo histórico que se traduzem de representações e construção de identidades dos atores políticos que participaram do processo decisório e na condução política interna e externa de Angola nos últimos anos, apesar de algumas divergências internas em determinados temas¹⁷.

José (2011, p.70) adverte que essa situação nem sempre se aplica em todas as relações e contextos, pelo fato de que muitas vezes, serem proferidos em momentos que não se ligam, ou seja, a idealização e a materialização nem sempre se efetivam de forma

¹⁷ Essa afirmação é questionável na medida em que se observa a opinião de muitos partidos políticos e até mesmo muitos acadêmicos que divergem sobre.

simultânea, sua aplicação é muito difícil, visto que as relações dos Estados são extremamente dinâmicas.

Considerando tais dificuldades, em alguns casos as construções materiais e discursivas são abandonadas ao longo do tempo, tanto por desinteresse, quanto por inaplicabilidade, por exemplo: a política externa alemã de 1939 é extremamente oposta a atualidade (2017) e a política externa dos EUA na Guerra Fria se difere da atualidade (2017) e vice versa, ou seja, os conceitos mudam de acordo com os seus contextos, o que não se difere ou se diferenciou ao caso angolano ao longo dos seus 41 anos de independência e de política externa.

Para Williams (2007, p.96) os contextos foram e são decisivos em cada assunto, observe por exemplo, ao se referir dos estudos sobre segurança, o autor adverte que este processo/debate nunca foi linear entre o tempo e espaço, sempre teve *tops* e *downs*, considerando que durante a Guerra Fria as questões de segurança eram tratadas na base das concepções realistas devido aos temas e agendas desenvolvidas e reproduzidas pelos contextos, o final dela teve outro rumo diferente e respectivamente com o início da guerra ao terror, retomaram a lógica anterior.

Já no que concerne aos casos de países africanos, nota-se que, nem sempre o fator se dá aos anteriamente mencionados, mas sim, muitos deles, deve-se pelos limites de autonomia internacional como também pelo desinteresse tal como observa José (2011) que “a maioria dos países africanos, após suas independências nem mesmo conseguiram criar identidades” ou vínculos nas suas relações socio históricas, ou seja, “há muita ausência de identidade política própria na maioria das elites dos países da África subsariana, esta relação se enfatiza pelo elevado índice de corrupção e desconhecimento dos reais interesses do Estado para com as lideranças” e não só (JOSÉ, 2011; PINTINHO, 2015, p.52; COSME, 2015,p.49; CHICOTI, 2016).

Com poucas exceções nos países africanos, tal como se observou e se observa ao longo desse processo da construção de identidade em política externa angolana, nota-se que o país buscou e tem se destacado proativo, embora na forma equidistante no que diz respeito de suas relações intrarregionais, ou seja, apesar de Angola buscar influência na região africana, este apresenta uma identidade menos regional, ao mesmo tempo em que este buscou se revolucionar sob perspectiva africana, mantém pouca afinidade com região, tal como já observamos os exemplos de Neto e as estrofes do hino nacional.

Vale ainda ressaltar que o prioneerismo brasileiro no reconhecimento da independência angolana em 1975, representou grande relevância no marco das relações

internacionais de Angola¹⁸, o país não pôde a caminhar por si e para si, mas foi graças a solidariedade prestada e que tem prestado aos povos da região em situação de opressão e não só, tal como foi o exemplo do combate ao regime segregacionista na África do Sul e na independência da Namíbia (PINHEIRO, 2004; SPEKTOR, 2004; SILVA, 2008; SANTOS, 2013; COSME, 2015).

Em meio ao contexto altamente conturbado protagonizado pelo dilema de segurança doméstico, intra e extrarregional, conferia clareza aos *policy makers* angolanos, que não bastava a obtenção da independência, mas sim a obtenção e sua manutenção, e expandir sua autonomia/reconhecimento internacional nas formas implícitas ou explícitas a fim de construir bases de uma identidade de política externa angolana (PEA) própria, tal como aponta Almeida (2009), que para uma política externa responsável é necessário traçar e expressar seus objetivos¹⁹ os quais definirão sua posição de ator no cenário/ “jogo diplomático” internacional.

Repectivamente, essa articulação se procedeu em meio ao discurso de Neto, sinalizando perante a África e o mundo, que Angola prosseguiria firme, reunindo esforços, através da solidariedade internacional tal como procedeu com o Brasil e demais países nos âmbitos intra e extrarregionais africano. Para Neto, a necessidade pela busca de autonomia/reconhecimento internacional angolano, deveria se guiar pela salvaguarda aos interesses nacionais e servir de modelo revolucionário africano²⁰ (PINHEIRO, 2007; SILVA, 2008; SANTOS, 2013; COSME, 2015).

Como apontado anteriormente, pela literatura no assunto (Malaquias, 2011; José, 2011; Roque, 2013; Pascoal, 2013; Ginga, 2014; Ambrósio, 2014; Savite, 2014; Pintinho, 2015; Castellano da Silva, 2016) observam duas particularidades na política externa angolana: os desdobramentos do contexto Guerra Fria (1975-1991) e a Guerra Civil angolana (1975-2002). Alguns (Malaquias, 2011; José, 2011; Pascoal, 2013; Ginga, 2014; Cosme, 2015; Moreira Lima, 2015; Vizentini, 2016) enfatizam que o

¹⁸ Quanto ao caso de Angola, o Brasil jogou um papel preponderante, não só por reconhecer sua independência, mas também por conferir estrutura a ele, via Organização dos Estados Americanos (OEA) com exceção dos EUA, fator incentivo de que outros povos do mundo, também se solidarizassem com Angola ainda que em plena guerra civil (SANTOS, 2013; COSME, 2015).

¹⁹ Qualquer política externa responsável em meio a sua inserção internacional, deve responder sobre: o quê, como, onde, quando e porque pretende no cenário internacional.

²⁰ Esse ponto refere-se no combate e o repúdio do regime *apartheid* na África do Sul, contra a invasão do território angolano das tropas zairenses (atual RDC), a intervenção e a condução angolana da independência da República da Namíbia e a condução unilateral do processo de paz via *Memorando de Paz de Luena* em 2002, serviram de exemplos práticos na construção de identidade da política interna e externa via representações práticas e discursivas (LACLAU;MOUFFE, 2015).

marco da inserção internacional angolana deu-se num dos piores cenários, tal como ocorreu em outros países africanos na época.

A qualificação desse cenário não se deu somente pelos conflitos contemporâneos, mas em razão da sequência de eventos conflitivos de alta intensidade que precederam a própria independência de Angola, tais como: as duas grandes Guerras Mundiais, a Guerra Fria, as permanentes Revoluções anticolonialistas, os inúmeros conflitos intra e extrarregionais africanos, e a guerra civil angolana, que fizeram do país um dos principais campos das operações militares da região austral africana.

Esse contexto induziu o país numa dinâmica multi-atores: grandes potências, atores domésticos, atores intra e extra-regionais, todos, de certa forma, envolvidos em ações de violência militar, pilhagem de recursos naturais²¹, somados à ausência e insuficiência de formação da nova elite política²², que daria o procedimento às novas instituições de afirmação do Estado (MALAQUIAS, 2011; GINGA, 2014; VIZENTINI, 2016).

Vizentini (2016, p.111) e Perreira (2016, p.7,113-117) por sua vez, ressaltam que todas as conquistas resultantes aos atuais Estados africanos só se tornaram possíveis graças às revoluções abarcadas pelos movimentos nacionalistas nestes países, que por sua vez se converteriam “na janela de oportunidade” (*ponto positivo*) para os movimentos revolucionários que buscavam soberania internacional e com a intervenção e o envolvimento das superpotências e potências médias conjugados pelo idealismo que os transformou em (*zonas de influência bipolar*) e pragmatismo (*apoio militar, financeiro e humano*) esses sim serviram de (*ponto negativo*) para os países periféricos e o seu sistema de segurança. Ainda segundo Vizentini (2016), nesta mesma época, o cenário africano se torna emblemático e espetacular no contexto internacional.

Castellano da Silva (2016, p.573), por conseguinte, enfatiza que a independência de Angola, em 1975 e os condicionamentos da sua ação externa sempre esteve implicado na lógica histórica, isto é, tendo inaugurado suas bases ideológicas e materiais como herança nos resquícios sistêmicos e domésticos, que vinha se desenvolvendo desde o fim do regime de Salazar e/ou a Revolução dos Cravos²³, da

²¹ Vide ao documentário: *Blood Diamonds Forever (UK)* Angola In: BBC (2003).

²² As restrições de políticas educacionais coloniais na província Ultramarina Portuguesa Angola, agravaram este quadro no pós-independência, vide Estatuto do Indigenato (N'GANGA, 2008, p. 46 e 87).

²³ Apesar de pouco mencionado na história da política externa angolana, a revolução dos Cravos que põe o fim ao regime/ditadura de Salazar, confinou novos arranjos para o caso angolano viabilizando as bases materiais e ideológicas para a independência de Angola em 1975 o qual lhe conferia o *status de ator*

Segunda Guerra Mundial em 1945²⁴, a independência da Índia em 1947²⁵, da Guerra Fria com o desmembramento da ex-URSS em 1989²⁶, as crises na China e da Guerra no Vietnã (1965-1973)²⁷, a guerra de independência (1961-1975) e civil (1975-2002) e outros fatores aqui não mencionados (SILVA, 2008, p.141; ALMEIDA, 2011, p.41- 43; CHABAL, 2014, p.72; SAVITE, 2014, p. 198; JOVITA, 2015, p.3):

“(...) the political pillar of the order was based on the heritage of the colonial system through the territorial status quo and the principle of defense of sovereignty by the state’s own means (...) in the sphere of security, there was a primacy of the national security idea (...) In the case of Angola, factors such as state-building and the interests and security of the elite also deeply influenced foreign policy after independence (...)” (CASTELLANO DA SILVA, 2016, p.573-74).

Em meio ao cenário internacional bipolar e doméstico conflitivo, Angola privilegiou uma identidade de política externa de autopreservação²⁸, evidenciada por direcionamentos pragmáticos, pela condução simultânea de relações diplomáticas com bloco tanto com o bloco Ocidental, quanto com o Soviético-Oriental. Em relação ao

soberano das relações internacionais a partir dos Acordos de Alvor firmados entre os movimentos de libertação nacional e o governo português (PINHEIRO, 2007; SILVA, 2008; JOVITA, 2016)

²⁴ O continente africano atravessou as duas guerras mundiais ainda no estatuto colonial, até 1945 poucos países viram alcançar suas independências apesar das fortes resistências internas por vários movimentos independentistas em quase todo continente, a criação da ONU no pós-guerra enfatizaria acelerando tal processo.

²⁵ A independência da Índia, constitui marco e importante ator na articulação da cooperação Sul-Sul com base nos pressupostos do Movimento dos Não-Alinhados, este evento apesar de constituir-se importante para os arranjos de ênfase Sul-Sul e do nacionalismo africano, parecia numa pedra angular e refúgio das novas nações em meio ao mundo bipolar, por se mostrar na terceira opção de inserção na política internacional destes. Todavia, todos serviam de zonas de concorrência e influências comunistas e capitalistas de cunho militar e de intermináveis guerras supostamente denominadas civis (SILVA, 2008, p.141; SAVITE, 2014, p.198; RAMANZINI JUNIOR *et al*, 2015, p.19; PEREIRA, 2016, p.113-117).

²⁶ O fim da Guerra Fria que marcou o desmembramento da ex-URSS, constitui-se um momento conturbado aos países aliados a ela, tal como é o caso de Angola, pelo fato deste ter servido de parceiro base nas suas relações externas, a redefinição geopolítica para a nova Rússia, aprofundaria um novo redirecionamento político interno e externo para Angola, constituindo a transição do mono ao pluripartidário (MAIA, 2012 *apud* Savite, 2014).

²⁷ Embora localizados em diferentes contextos geopolíticos, as consequências da guerra Fria vividas por Vietnã afetaram de forma reproduzida ao caso de Angola (ALMEIDA, 2011, pp.41-43; VIZENTINI, 2016, p.117).

²⁸ Condicionada ao contexto ultra-conturbado por elementos conflitivos, a ausência de meios (instituições, financeiros, etc) sua ação externa se colocava aos “limites pela autonomia”, ou seja, sua autonomia foi muito limitada por estes elementos.

bloco Ocidental, as relações com Angola foram marcadas exclusivamente pela agenda econômica, notadamente pelos interesses em torno da extração de recursos naturais (petróleo e diamantes).

Esse relacionamento com o bloco Ocidental (França, Espanha e Portugal) com exceção os EUA²⁹, foi mantido por uma aproximação cordial, difuso e vulnerável na Política Externa Angolana. Em relação ao bloco Soviético-Oriental³⁰, Angola buscou alinhamento ideológico declarado, em favor da manutenção dos assuntos políticos e militares/segurança (SILVA, 2008; JOVITA, 2015; 2016; PEREIRA, 2016, p.7 e 113-117).

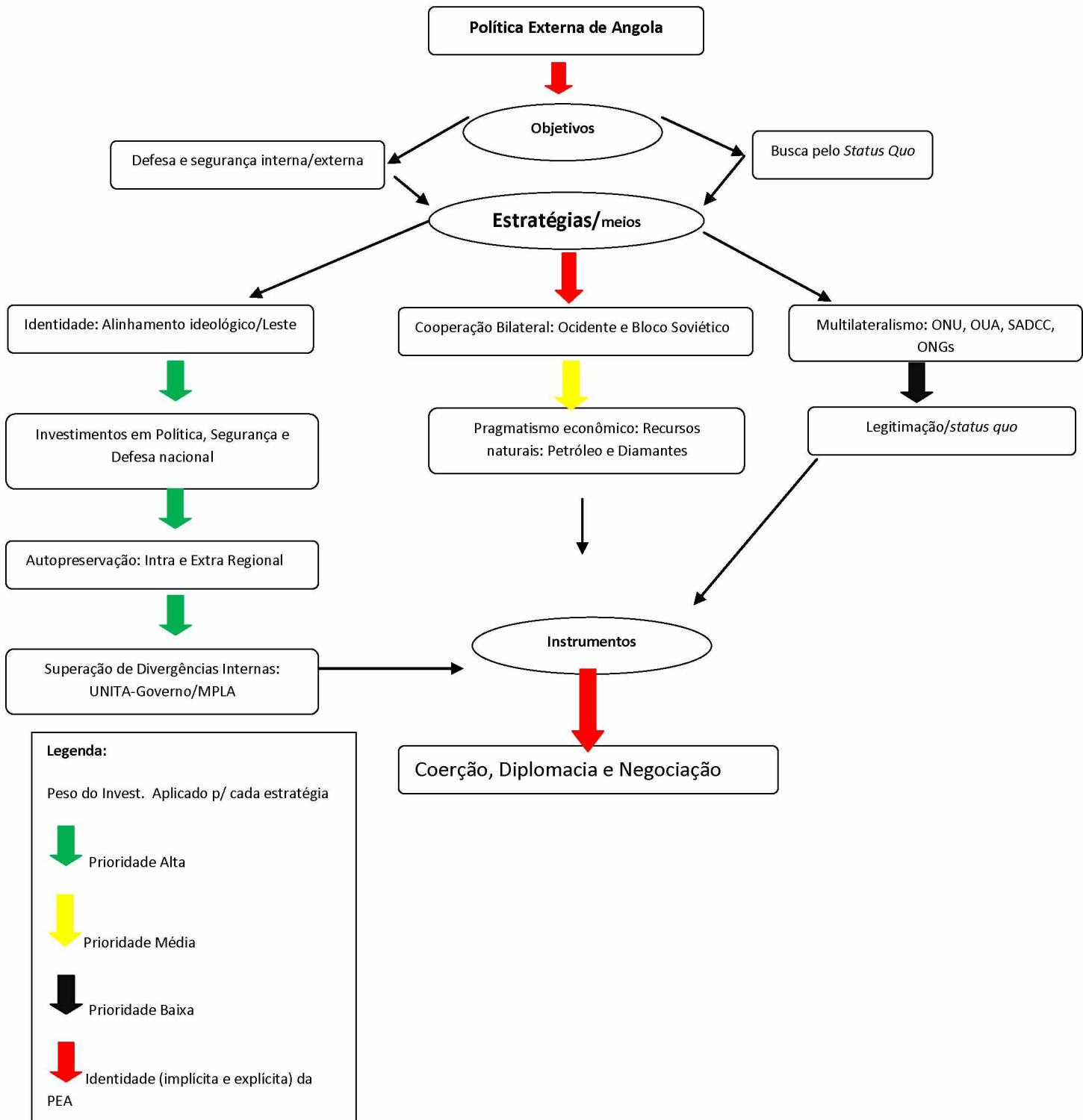
Esse movimento duplo no que se refere ao posicionamento internacional angolano na época da Guerra Fria demonstrou as habilidades dos seus *policymakers* na compreensão do jogo político e das perspectivas de atuação no cenário internacional (FERREIRA, 2005, pp. 74 e 81; PASCOAL, 2013, p.32; GINGA,2014, p. 121; PINTINHO,2015, p.50; PEREIRA,2016, p.113-117).

As dimensões da estratégia da política externa nesse período podem ser mais bem captadas com base no modelo de política externa elaborado por N'ganga (2008), Simão (2014) e Castellano da Silva (2016), reformulado no esquema que se apresenta abaixo.

²⁹ Reveladas as condicionalidades ideológicas contrárias de que Angola manteve com Moscou durante a Guerra Fria, os EUA, só viriam manter suas relações oficiais com Angola em 1993 em razão da transição do regime político doméstico na base das eleições realizadas em 1992.

³⁰ Essa relação foi melhor confirmada e aprofundada com a ex-URSS e a Cuba de formas mutisectorial.

Esquema 1: Primeiro modelo de política externa angolana (1975-1991)



Fonte: elaboração própria com base N'ganga (2008) e Simão (2014) e Castellano da Silva (2016)

Com base no esquema apresentado, o estudo atenta que esse direcionamento se deve em razão da autopreservação da própria política externa angolana (PEA) nesse período, ou seja, a opção/direcionamento por uma política externa mais isolada de cunho realista das RIs, que se protagonizava pela maximização ganhos e minimização de custos³¹, segundo Silva (2008) Almeida (2009), Simão (2014) e Visentini (2016) demonstrou responsabilidade e habilidades dos *policy makers* angolanos, evidenciando que qualquer país nas mesmas situações, cuja se considere responsável na sua ação externa e interna, procederia nos mesmos moldes (SILVA, 2008; SPOSITO, 2011; SANTOS, 2013; SIMÃO, 2014; CARVALHO, 2015a, 2016b).

O carácter se pautava por uma identidade de uma política externa conduzida de “limites pela autonomia” vislumbrada pelos *policymakers* angolanos e que do ponto de vista da compreensão acadêmica, Krause e Williams (1997, p.39) comentam que se explica não só pelo próprio contexto, mas também pelo fato de que o paradigma das relações internacionais dominante nessa época buscava respaldo ao neorealismo, que enfatizavam a segurança nos parâmetros de ação dos Estados, tal como adotados por Angola, que considerou a segurança como elemento base para as relações entre os Estados.

Desse modo, pondera-se que os pressupostos inaugurais da política externa angolana se fundaram em pressupostos passivos – limites pela autonomia³² - com ênfases político-militares reservadas na manutenção da independência e da integridade territorial. Porém, novos arranjos do sistema internacional induziriam-na a redirecionamentos e ajustes em sua política externa, em direção a uma maior proatividade tal como procede na seção seguinte (JOSÉ, 2011, p.69; SANTOS; 2013; GINGA, 2014, p.122; MOREIRA LIMA; 2015, pp.17-23; COSME, 2015, pp.45-46; PI INTINHO, 2015, p. 52; CHICOTI, 2016).

³¹ Simão (2014) e Castellano da Silva (2016) consideram que o modelo de inserção internacional inicial de Angola pautou na defesa da independência e integridade territorial ou auto preservação/isolacionismo, que tomaria redefinições nos últimos anos com orientações mais extensas (bilateralismo, regionalismo e multilateralismo).

³² O carácter menos expansiva na PEA, foi revelada não pela falta de direcionamentos e condução propositiva de seus *policymakers* mas sim, pela combinação de diversos elementos e instrumentos (meios e contexto) que vinham agudizando tais limites em sua inserção internacional nessa época.

2.2- Segundo Modelo de Política Externa Angolana (1992-atual)

O esgotamento das circunstâncias estruturantes nos primeiros momentos (1975-1991) enquanto modelo tal como estruturado na seção anterior, daria lugar aos novos arranjos que combinamos como segundo modelo na política externa angolana aqui denominada de – Pragmatismo propositivo - isto é, considerando a inclusão de novos temas e atores nos âmbitos domésticos e externos.

Os aprendizados construídos em torno da sobrevivência a momentos difíceis e contextos diversos permitiram que Angola reconfigurasse os objetivos primários de segurança e prosperidade econômica em torno de uma diplomacia securitária, econômica e de ativismo bilateral, regional e multilateral, configurando assim uma política externa nas bases de um – pragmatismo propositivo – isto é, desvincula-se parcialmente das bases ideológicas enquanto objeto condicionante das relações políticas internacionais que configuravam o mundo bipolar.

Com isso, Angola pôde promover nessas bases uma política externa voltada para dentro, ou seja, uma diplomacia que fosse capaz de suprir de forma profunda as necessidades da implementação dos Planos de Reconstrução de Reconstrução Nacional (PRN e posteriormente de Desenvolvimento, PND) como importantes instrumentos de desenvolvimento do Estado angolano, entendida como razão imprescindível nos Pós-guerras Fria e Civil (JOSÉ, 2011; GINGA, 2014; CHICOTI, 2016).

Dado a isso, o pragmatismo propositivo na política externa angolana passa a ser influenciado com a queda do Muro de Berlim pondo fim a ex-URSS parceiro político estratégico de Angola, com os processos de globalização revolucionados desde os anos 1990, o final da guerra civil em 2002, que coincide com o ápice da economia mundial no início dos anos 2000. Combinado às exportações dos recursos petrolíferos abundantes no país, resultou no aumento significativo do volume das reservas financeiras, condicionando desta forma o acelerado crescimento econômico do país. A condição macroeconómica favorável ao país iniciado desde 2004 se transformou nos últimos 10 anos para Angola no principal instrumento tanto para alocação e atração de grandes investimentos públicos e privados³³ que conferissem bases de sustentação do

³³ Nos setores públicos e privados, assistiu-se a ligação aérea, rodoviária, ferroviária, marítima e fluvial entre as principais capitais das províncias com a capital do país Luanda, construção de grandes centros residenciais (centralidades), hidrelétricas, pólos industriais (através de Zonas Econômicas Especiais/ZEE) e o processo de crédito de pequenos e médios produtores, atendendo o processo da diversificação da economia, a desminagem, etc.

relançamento de Angola enquanto ator proeminente das relações intrarregionais africanas (N'GANGA, 2008; JOSÉ; 2011; AMBRÓSIO, 2014; GINGA, 2014).

Almeida (2011, pp.76-79) e Ambrósio (2014, p.111-112) enfatizam que as reconfigurações geopolíticas mundiais trazidas como consequências do “desmembramento da ex-URSS, importante aliado e parceiro de Angola, a inclusão de novos atores na ordem global, regional e doméstica, configuraram aspectos positivos”, não só “por ajustar e redirecionar a ação externa angolana, mas por permitir uma transição política³⁴ mais ajustada do país ao novo contexto internacional”.

Tal consideração se sustenta com base Putnam (1993), Moravcsik (1997), Vigevani e Cepaluni (2007, p.274) e Carlsnaes, (1993) e Rosati, (1994) *apud* Sposito (2016, p.39-41), segundo os autores, em política externa os redirecionamentos/inflexões e mudanças, são muitas vezes influenciadas por fatores sistêmicos e domésticos. Krause e Williams (1997), por sua vez consideram que diante, de tais mudanças de agendas e temas, principalmente no campo da segurança, a reformulação das políticas externas e seus instrumentos tornaram-se debates quase que obrigatórios em todas as dimensões visto que:

“(...) the end of Cold War (...) optimists have declared that the end of century is ushering in a new era of peace and cooperation, based variously on liberal democracy, transnational capitalism, international organizations, or a combination of the above”
(KRAUSE; WILLIAMS, 1997, p.33).

Sob mesma perspectiva, Racy e Onuki (2001) enfatizam que “A mudança do modelo de sistema internacional obrigou, não apenas à reformulação de posturas dos países em relação ao mundo, mas à reformulação dos conceitos que antes o definiam”.

Para Angola, os anos (1990) foram cruciais nesse movimento propositivo em sua política externa, não só pelos ajustes e intronização de novos temas em convergência às principais agendas, mas sim, por se instituir de instrumentos-chave nos arranjos domésticos em torno de questões como: paz, segurança e desenvolvimento nacional, ou seja, preocupados com a transição e a restauração da imagem externa de Angola, os

³⁴ Segundo Almeida (2011, p.77 e 87), Castellano da Silva (2016, p.581) e Jovita (2016,p.13) o acordo de Bicesse em maio de 1991, se constituiu de instrumento base para a compreensão da transição do sistema político doméstico do país, que deu lugar à Segunda República que conferia o status de Estado democrático de direito e ao aprofundamento da guerra civil angolana até 2002.

policymakers buscavam, de maneira menos arriscada/vulnerável, o processo de transição político doméstico e da restauração da imagem externa de Angola (SAVITE, 2014; ANGOLA, 2015; CASTELLANO DA SILVA, 2016).

Vale destacar figuras decisivas nesse processo dos 41 anos de PEA: inicialmente Holden Roberto, Agostinho Neto, José Eduardo e Jonas Savimbi, os dois últimos sendo os principais atores nesses direcionamentos (SILVA, 2008, pp.141-160; N'GANAGA, 2008, pp.22-23; CASTELLANO DA SILVA, 2016, p. 576).

Apesar dos avanços conquistados durante o armistício, na aceleração do processo político, a economia estava cada vez mais agravada durante todo primeiro quinquénio (1991-1995) (AMBRÓSIO, 2014). O fator guerra-civil impactou de forma profunda as crises políticas, econômicas e sociais, impondo aos decisores políticos compreender que o país não só precisava da paz entre os angolanos, mas sim, a combinação dos fatores paz e desenvolvimento, tendo como a base a solidariedade internacional tal como já se havia procedido no governo Neto (ANGOLA, 2015, PINTINHO, 2015, p.53).

Segundo Angola (2015), Pintinho (2015) e Jovita (2016), o elemento mais considerado pelos *policymakers* no processo de transição política entre (1991 a 2002) foi a consolidação da paz e estabilidade interna. Nessas circunstâncias é que se realizam o lançamento de programas de reabilitação produtiva de grande impacto econômico e social.

Por sua vez, enfatizada pela abundância dos recursos petrolíferos e combinada à necessidade chinesa à matriz energética (petróleo) da qual Angola possui papel de destaque na produção mundial e regional, - o petróleo - passa a ser o instrumento-chave na política externa angolana, permitindo canalizar o maior volume de financiamento já negociado na linha de crédito da China e alargou as parcerias de formas seletivas: bilaterais, regionais e multilaterais e de forma pragmática integrando a todos no seu ambiente, com finalidade de atrair o maior volume possível de investimentos diretos externos necessários na reconstrução e a construção do país (PAUTASSO, 2008; ROQUE, 2013; GINGA, 2014; SIMÃO, 2014; ANGOLA, 2015).

Analizando o caso angolano, Ferreira (2005, p.75) entende que, apesar de inicialmente o processo que deu marco a atual identidade externa angolana durante as décadas de (1970) e (1980) possuir caráter ambivalente, esse – caráter - serviu de elemento intrínseco nas rupturas que conduziram novas e mais conducentes dinâmicas das relações internacionais do país até os anos 2000.

Nesse sentido, o segundo modelo de política externa angolana aqui formulada, entendemos que se expressa pela inserção internacional estratégica seletiva e ativa, ou seja, pelo pragmatismo propositivo, com ênfase nas relações bilaterais extra e intrarregionais que dariam sustentação as demais relações e articulações internas e externas principalmente das agendas (domésticas, bilaterais, regionais e multilaterais) com respaldo dos temas como: diplomacia securitária e econômica. Tal como observa Roque (2013):

"(...) Strategically, greater influence on the continent may give Luanda considerable's way with the West and Emerging Powers/BRICs as they engage with Africa as competing or cooperating investors (...) Angola will continue to play a crucial role in Africa as an investment partner, in terms of military cooperation, but also as a diplomatic counterweight capable of exerting direct influence over governments in the region" (ROQUE, 2013, p.1-2).

Tal perspectiva ainda é assegurada por Luz e Matias (2013, p.1) que observam que "Angola (...) optou por reforçar a sua participação nas alianças regionais africanas e fortalecer as suas estruturas internas de defesa e segurança". Do ponto de vista da sua atuação regional na construção de parcerias bilaterais estratégicas, Chicoti (2016) e Castellano da Silva (2012) *apud* Castellano da Silva (2016) observam que:

"On the one hand, winning the civil war positioned Angola as an emergent regional power. With high economic growth after 2002, the modernization of armed forces, and increasing military expenditure and personnel, Angola for the first time significantly reduced the gap vis-à-vis South Africa in terms of aggregate material capacity (...) On the other, Angola became increasingly isolationist, because of its focus on maintaining internal security and consolidating state-building, with the help of increasing relations with China and Brazil, in order to implement 'a Marshall Plan to rebuild the country'" (CASTELLANO DA SILVA, 2016, p. 581).

Ainda de acordo com Xavier (2011) e Simão (2014, p.47) tal ativismo se sustenta em formas *hard* e *soft*. De forma prática, a política externa angolana nesse período, tem conciliado ambas estratégias, visando, ao mesmo tempo que busca uma inserção (*regional soft power*) na forma de protagonista intrarregional africana, se responsabiliza (*regional middlepower*) – na criação, fomento e manutenção de novas instituições no âmbito regional e sua representação em fóruns multilaterais intra e extrarregionais (ONU, UA, EU, OPEP, etc) e ainda na forma ambivalente, verifica-se que ao mesmo tempo que o país, busca se abrir para abordar temas e criação de agendas de impacto regional, busca se isolar dentro das linhas de fronteira, posição essa, justificada e advertidas por Castellano da Silva (2016,p.582) e Chicoti (2016).

Analizando o segundo modelo aqui apresentado, Simão (2014) salienta que a ação externa de Angola procedeu efetivamente em três seguimentos necessários, com objetivos de alargar o seu raio de ação, isto é, pela atuação: bilateral, regional e multilateral buscando neles enquanto instrumentos mais adequados ao momento em meio às suas aspirações internacionais, tal como acrescenta Simão (2014) e Castellano da Silva (2016):

“Alargar o raio de ação de um Estado no sistema internacional é tarefa extremamente difícil, requer empenho, recurso (...) por parte das instituições que se responsabilizam pelo desenvolvimento destas atividades (...) o Estado angolano sempre prestou atenção para questões regionais, (...) Angola apoiava e exigia que países pertencentes a sua região se libertassem da opressão colonial” (...) (FREIRE, 2012 *apud* SIMÃO, 2014, p.61; CASTELLANO DA SILVA, 2016, p.575).

Nessa tarefa ao qual se propôs em alargar seu raio de ação internacional, de acordo com Pautasso (2010), Seabra e Gorjão (2011), Pascoal (2013), Roque (2013), Nasch (2007) e Simão (2014, p.52) de forma geral, Angola mantém parceria estratégicas comerciais extrarregionais com o Portugal, Índia, Coreia do Sul, Espanha, Reino Unido, França e Brasil; em defesa e segurança com a Rússia; na saúde e educação com Cuba; e parcerias multisetoriais com a República Popular da China e os EUA. Porém, qualificam-se como prioritárias e basilares as parcerias com Rússia, os EUA e China, estes países se colocando como parceiros de extrema relevância para a política externa angolana (CAMPOS; VINES, 2008).

Relativamente às relações bilaterais, Angola mantém cooperação privilegiada intrarregional africana com a “*Southern African Development Community*” (SADC), com África do Sul, República Democrática do Congo (RDC), República da Namíbia e da Zâmbia e com os países da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) (JOSÉ, 2011; AMBRÓSIO, 2014; GINGA, 2014; SIMÃO, 2014).

Respectivamente, Ginga (2014) aponta por três seguimentos possíveis da PEA, definidos por:

1. Relações clientelares³⁵, vinculadas e mantidas pela aproximação a ex-URSS e parceiros, a qual se deu "pela dependência dos apoios políticos e militares da parte do Moscou ao longo da história angolana", com isto, "apesar das relações bilaterais terem esmorecido entre a URSS e Angola no pós-Guerra Fria, nunca houve rotura evidente" entre Luanda e Moscou;
2. Aproximação com a China como principal parceiro e aliado a reconstrução e desenvolvimento nacional (PASCOAL, 2013, p.32; GINGA, 2014, p.121). Por sua vez José (2011) e Pavia (2011) enfatizam que:

“Ascenção da China como potência mundial, exigiu uma expansão de seus laços de amizade e parceria com os países produtores de petróleo, sobretudo os africanos, como é o caso de Angola que é o segundo fornecedor e parceiro comercial da RPC no continente (...) a dependência infuncional da China pelo petróleo angolano, torna Angola num inimigo improvável da China” (PAVIA, 2011; JOSÉ, 2011, p.120).

3. Processo de democratização do país e a sua relação com os EUA e demais países da União Europeia.

Pintinho (2015, pp.54-55) e Pascoal (2013, p.31) advertem que, apesar de ter sido constrangida no contexto pós-independência (1975) em virtude da desunião das forças políticas³⁶, a política externa angolana nesse período buscou mais aspirações nacionais do que externa. Já no período pós-guerra civil, esta passou a promover uma política externa mais atuante, consistente e organicamente sustentada nos objetivos do

³⁵ Tal como já destacado no primeiro modelo descrito neste estudo.

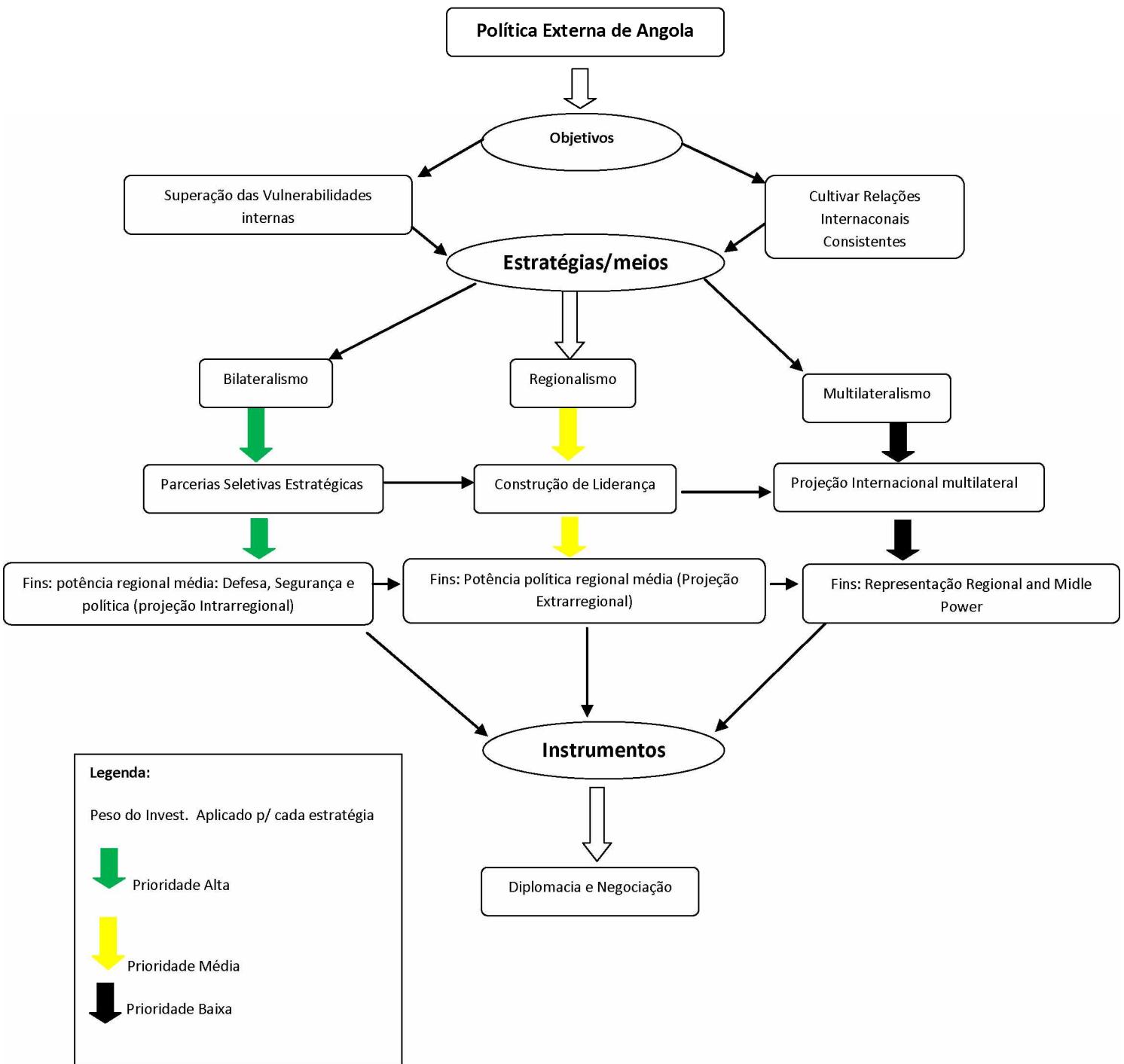
³⁶ Frente Nacional da Libertação de Angola (FNLA), da União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) e do Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA).

desenvolvimento nacional, de inserção regional do qual seu peso econômico passa a conferir-lhe grandes responsabilidades na participação ativa em matérias de segurança internacional³⁷.

Abaixo, ilustramos uma representação desse segundo modelo de política externa angolana.

³⁷ A Missão de Paz de Angola (MISSANG) a partir de 2010, a Patrulha conjunta da ZOPACA no Golfo da Guiné, a sucessiva presidência da Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos, a Missão de Paz e estabilização na República Centro Africana e sua eleição de membro não permanente no Conselho de Segurança da ONU, passam a ser dentre os pontos máximos revelados dos arranjos da PEA (PINTINHO, 2015; CARVALHO, 2016; CHICOTI, 2016).

Esquema 2: Segundo modelo de política externa angolana (1992-atual)



Fonte: Elaboração própria com base Simão (2014) e Castellano da Silva (2016).

A construção desse segundo modelo, nesse período de política externa ao longo dos últimos anos, guiado pelo pragmatismo propositivo, permitiu a Angola conciliar e ajustar novos temas de ação externa, com base nas convicções, aspirações e articulação de uma agenda: securitária, econômica, aprofundamento das relações bilaterais e a presença angolana em fóruns multilaterais, enfatizando a restruturação conjuntural e fortalecimento de suas instituições no âmbito doméstico, pela diplomacia de responsabilidade regional (*Regional player or regional PayMaster*) da qual busca consolidação e reconhecimento intra e extraregional (JOSÉ, 2011; SANTOS, 2013; GINGA, 2014; CHICOTI, 2016; JOVITA; 2016).

Argumenta-se ainda nesse período, que a política externa angolana se constituiu de instrumento de continuidade da política doméstica no contexto internacional, revelada por uma dinâmica que conferiu ao país impactos positivos (PASCOAL, 2013; ROQUE, 2013; PINTINHO, 2015). Segundo Pintinho (2015) é inegável que o fator implusionador da política externa angolana tenha sido o término da guerra civil, pelo fato de que:

“Terminada a guerra e conquistada a paz a 4 de abril de 2002, tornaram-se imperiosas as tarefas de reconstrução nacional e a estabilidade económica, pelo que a vertente económica da política externa tornou-se uma mais-valia no processo de interpretar e maximizar o interesse nacional” (PINTINHO, 2015, p.53).

A diplomacia angolana tem vindo a promover estratégias na captação de investimentos estrangeiros, apostando nas potencialidades econômicas, financeiras e turísticas, criando e explorando de igual modo oportunidades para as empresas angolanas. Tal esforço constitui-se dentre as manobras do relançamento da política externa angolana na primeira década do século XXI, tal como destacou o ministro das Relações Exteriores George Chicoti em uma sessão acadêmica no Conselho Argentino de Relações Internacionais (CARI) (ANGOP, 2013; PINTINHO, 2015, p. 53).

O reforço das relações com o Ocidente (União Europeia e EUA), com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)³⁸, com a China, Rússia e a construção de liderança regional na África, em especial: o empenho pela independência

³⁸ Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e observadores.

da Namíbia, do fim do *apartheid* na África do Sul, na Comissão do Golfo da Guiné (CGG-2008), da Missão Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG-2010), a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL)³⁹ em 2013 e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)⁴⁰ em 2011. E não apenas: em 2006 Angola passou a integrar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) a qual presidiu em 2009, participou na Cimeira do G8 no mesmo ano realizado na Itália, apenas para citar alguns os esforços da trajetória angolana (SANTOS, 2013; PINTINHO, 2015, p. 53 e 64; ANGOLA, 2015; CHICOTI, 2016).

É importante ressaltar que, as transformações ocorridas na sociedade angolana no pós-guerra civil, resultaram do seu atual perfil externo, tanto da aceleração ao crescimento económico quanto às aberturas e ampliações das relações bilaterais e multilaterais, ou seja, o peso económico que o país adquiriu conferiu-lhe maior atuação e responsabilidades internacionalmente plausíveis e visíveis.

Porém, apesar de ter lhe conferido sucessivas conquistas até os finais de (2014), os anos que se seguiram (2014-atual) se apresentaram com grandes desafios na condução da política externa angolana, visto que esta se segue desorientada, para buscar soluções que aprofundaram a crise cambial e financeira abrupta provocada e justificada pelo governo, como efeito da queda do preço do petróleo nos mercados internacionais, recurso cujo, peso sempre se fez de instrumento crucial e barganhador na política externa angolana - em outras palavras – diga-se que “o sucesso que refletiu a política externa angolana entre (2002-2014)” estava na base da exploração, exportações e pela alta dos preços da exportação dos recursos petrolíferos constituindo-se de elemento-chave desta (CHICOTI, 2016; COSME, 2016; VIERA DE SÁ, 2016).

Em suma, esses elementos distintivos permitem a visualização de dois possíveis modelos de inserção da política externa de Angola. Em que pese a divisão dessas formas de atuação, repartir a análise da política externa angolana não diminui o argumento de que Angola desde a sua independência se colocou como ator pragmático e propositivo no cenário internacional. Pelo contrário, reforça o argumento, no sentido de

³⁹ Composto por 12 países-membros: Angola, Burundi, República Centro Africana, República do Congo, República Democrática do Congo, Quênia, Uganda, Ruanda, República do Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia e Zâmbia: Disponível em: «<https://www.icglr.org/index.php/en/>» acesso aos, 18. mai.017.

⁴⁰ Compõe 14 Estados-membros: África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malaui, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábwe: Disponível em: «<http://www.sadc.int/>» acesso aos 18. mai. 017.

sua capacidade de diversificar parcerias e estratégias para a continuidade de sua inserção cada vez mais qualificada e ativa no plano internacional.

2.3- Considerações parciais do capítulo

Com objetivo de apresentar como Angola tem formulado seus interesses de política externa desde a sua independência (1975-2016), este capítulo se orientou em demonstrar, onde e porquê Angola resolveu prosseguir com algumas agendas, temas e estratégias em detrimento aos demais disponíveis na época.

Partindo do pressuposto de Lima (2008, p. 1, 10) da qual entende por política externa como sendo “a expressão material e ideacional da estrutura doméstica de um país que se traduz nas questões de soberania e aspirações da nação, conjugado pelas forças múltiplas e pelo conflito de interesses entre os diversos atores interno e externos” e com isso, “deve se ter um entendimento claro e a responsabilidade de seus formuladores”.

Esse trabalho entende que, Angola não se desvincula de tal perspectiva, considerando Martins (2003) e Simão (2014), dos quais apontam que, “o marco da política externa angolana se dá pela conquista da independência e seu reconhecimento”, e subordinado aos elementos do seu processo histórico (Guerras Fria e Civil) que o condicionou buscar por uma política externa mais isolada e menos propositiva, denominada neste estudo como período do qual o país se encarregou por uma política externa pautada por “limites pela autonomia” considerada a necessidade da autopreservação, a manutenção da independência e a manutenção territorial vulnerável de invasões e pilhagem de recursos territoriais/naturais, etc.

E que os momentos posteriores prosseguiriam por um profundo pragmatismo propositivo, protagonizado de novos arranjos (temas, atores, agendas, etc, tais como destacaos ao longo do trabalho) permitidos pelas inflexões de elementos sistêmicos e domésticos nos finais dos anos (1990-atual), onde o país vem se colocando sob perspectiva mais expansiva em matérias de defesa, paz, segurança e integração regional econômica e infraestrutural com ênfase na reconstrução e desenvolvimento nacional, codição revigorada pelo acelerado crescimento econômico que lhe foi conferida pela produção, exportações e a alta dos preços de petróleo nos mercados internacionais.

O estudo de forma objetiva constata que, a atitude do governo de Neto no pós-independência em assumir unilateralmente o controle de todos os órgãos do Estado

excluindo outros atores domésticos de grande influência política e militar tais como: a UNITA e FNLA constituem-se dentre os fatores principais que perpetuaria o conflito civil angolano pautado por vínculos ideológicos.

Tal como observado por Milani (2011) e Salomon e Pinheiro (2013), que o envolvimento de dinâmicas complexas, nesse jogo, doméstico, deve-se às incertezas do ambiente político, *trade-offs*, variabilidades das estruturas de decisão, das difusões das autoridades políticas, nelas observadas, o que de fato tenha mergulhado o contexto doméstico e externo angolano, por consequências drásticas de violência combinada e sucessiva (ROQUE, 2013; VIDAL; ANDRADE, 2007 *apud* SIMÃO, 2014, 27).

De fato, o debate vinculado a este capítulo, permitiu-nos uma revisão e adequação bibliográfica necessária para análise da inserção internacional, a partir de elementos gerais e específicos condicionado pela própria dinâmica a qual estava inserida, ou seja, o foco do capítulo se constitui em analisar e compreender: quando e porque Angola optou por determinadas vias em detrimento de outras.

Nossa perspectiva, se vincula no seguinte: aspirando por uma inserção regional africana protagonista e privilegiada, Angola tem buscado com base nas parcerias bilaterais estratégicas extrarregionais, a restauração e consolidação de suas instituições domésticas, a fim de lhe conferir habilidades, na construção, inclusão e consolidação de agendas afins, em busca de reconhecimento representativo regional e respeitabilidade das *High politics* na condução e manutenção regional em matérias de defesa, paz, segurança e integração regional econômica e infraestrutural.

Lamentavelmente, as novas dinâmicas de crises geopolíticas e econômicas vislumbradas no cenário internacional em finais de 2014, afundou e aprofundou Angola com uma precipitada introdução de políticas restritivas no âmbito macroeconômico, afetou de forma consequente o mercado financeiro.

A queda abrupta do preço petróleo enquanto principal instrumento de sua política externa da qual tem colocado o país num importante *regional and global player* da matriz energético fóssil (petróleo). Espera-se que Angola aprenda que as políticas de isolamento/conteção profundo constatadas no seu mercado financeiro tem se constituído no principal fator desestabilizador na ampliação do seu de ação e como base de redução de seu protagonismo regional, o que por sua vez não só retarda seus compromissos externos como também fez estagnar o mercado interno, condição desfavorável para o país que se almeja, responsável e protagonista no processo de integração econômica e infraestrutural regional.

De fato, a conjuntura marcada desde o início nos finais de 2014-2016, demonstrou a Angola que, apesar de se mostrar consistente, em suas agendas externas e da sua política externa ter exercido um protagonismo que conferiu uma dinâmica indiscutível, chega o momento de repensar suas estratégias de inserção considerando que, o cenário não permaneceu o mesmo e nem a seu favor. O que naturalmente Angola precisa se abrir para novos ajustes e/ou redirecionamentos, isto é, caso o país pretenda prosseguir enquanto protagonista regional em temas e agendas já em consolidação.

CAPÍTULO III – As parcerias estratégicas de Angola

O objetivo deste capítulo consiste em apresentar o conceito de “parceria estratégica”, qualificar e identificar as parcerias estratégicas de Angola como resultado aos destaques dos temas, atores e agendas que corresponderam e correspondem aos direcionamentos externos de Angola nos contextos intra e extrarregionais africanos.

As rupturas geopolíticas observadas no novo contexto internacional desde os anos 1990 serviram de testes e aprendizados para a diplomacia angolana. Ao mesmo tempo em que novos arranjos se apresentavam enquanto janela de oportunidades para se relançar, também se configurava de cenário desafiador em si, considerando as enormes dificuldades em que o país atravessava na busca da consolidação da paz, segurança e estabilidade interna e na projeção de uma inserção internacional mais consistente e menos vulnerável, ou seja, Angola tem na sua política externa de todas as formas evitar a repetição de cenários que o impunham a limitações e vulnerabilidades durante as Guerras Fria e civil.

Esse contexto fez de Angola buscar nas relações bilaterais suas bases de inserção estratégica internacional, visto que o uso estratégico das relações bilaterais de Angola, amplia o *Status* internacional do país e que por sua vez se utiliza desse elemento para ampliar sua inserção nas relações intrarregionais. Considerado o contexto, a política externa angolana, a partir desse período, passa pela diversificação de parcerias com propósito de construção e consolidação de parcerias bilaterais estratégicas nos âmbitos extras e intrarregionais.

Nesse estudo, para melhor compreender e qualificar quais seriam as atuais principais e parcerias bilaterais estratégicas de Angola, entendemos por apresentar e problematizar algumas considerações históricas e conceituais sobre ao termo “parceria estratégica”, enquanto elemento nos direcionamentos externos do qual o país tem vindo a celebrar desde o final da Guerra Civil em 2002.

José (2011), Pascoal (2013), Ginga (2014) e Angola (2015) identificam China, Portugal, Rússia, EUA, Índia, Brasil, Reino Unido, Espanha e Coreia do Sul dentre as principais parcerias bilaterais estratégicas no âmbito da política externa anagolana. Pascoal (2013), Simão (2014) e Chicoti (2016) por sua vez, enfatizam que, em torno dessa diversidade de parcerias, destacam-se a China, Rússia e os EUA, e, em âmbito intrarregional associam-se a África do Sul com ênfase comercial e relativamente a

República Democrática do Congo (RDC), a Namíbia e a Zâmbia com ênfase política, defesa e segurança.

Nas relações político-diplomáticas, empresariais, na academia e áreas afins o uso do termo “parceria estratégica” tem se tornado cada vez é comum, para se referir a determinados acordos, e/ou entre outros arranjos relevantes entre atores envolvidos em neste e/ou naquele projeto, tema, etc. Essa realidade não se difere aos demais autores que trabalham a política externa angolana em toda sua conjuntura, sejam acadêmicos, diplomatas e empresários.

Porém, Lessa e Oliveira (2013), entendem que o uso comum da terminologia “parceria estratégica” tem merecido sua colocação de forma incorreta em diversas situações e relações o que isso, faz com que o uso correto ao termo passa a ser concebido como problemático, adverso e difuso entre acadêmicos, diplomatas, administradores, jornalistas, economistas, agentes políticos e de marketing.

Nessa seção importa-nos problematizar o real significado do termo, os princípios que regem o relacionamento de parceria estratégica, ou seja, como e quando qualificar uma parceria enquanto estratégica e quais as consequências de qualificar uma parceria em estratégica?

Os esforços evidados em torno da literatura apontam por uma multiplicidade de significados e apropriação específica ao termo “parceria estratégica” em determinados contextos tal como Lessa e Oliveira (2013, p.9) observam que:

“a expressão de parceria estratégica se converteu, ao longo dos últimos anos, em uma ideia importante das políticas externas de muitos países (...) e que o uso intenso da expressão (...) pode-se explicar pela necessidade que as diplomacias enfrentam de dar sentido prioritário a determinados relacionamentos bilaterais projetando para o debate político e para o consumo público de agendas que se pretendem apresentar como densas e revestidas de alta relevância política e econômica” (LESSA;OLIVEIRA, 2013, p.9).

Com isso, os autores advertem que a significação da terminologia é de maior relevância. Porém, sua vulgarização, esvazia o seu sentido real, passando assim a desempenhar um efeito contrário a sua significação – geralmente negativa – ao invés se apresentar quanto relevante, urgente, preminente, importante e essencial, ou seja, os

autores observam que sua vulgarização não só esvazia, negativa o sentido real do termo, como também transforma a “expressão em recurso fácil a linguagem diplomática” – nos discursos de “chanceleres e primeiros mandatários” – o que por sua vez deixa de “traduzir a exatidão de sua relevância política e econômica bilateralmente construída e almejada”, visto que quando essa perspectiva é simplesmente denotada e conotada em discursos e debates, e não nos arranjos de construção de parceria em si, o termo e os arranjos de as parcerias estratégicas envolvidas passam a ser concebidas pelos analistas como sendo apenas relação de conveniência e ocasional ou tentativa de manter cordialidade oficial e não a necessidade da construção efetiva da mesma em si.

Ainda acerca da origem e o real significado do termo, Farias (2013) enfatiza que o uso constante do termo em diversas disciplinas tais como economia e administração, é muitas vezes traduzido como sendo sinônimo de alianças estratégicas, com o qual nessas disciplinas é definida como parcerias entre firmas com finalidade de trabalharem juntas podendo atingir um determinado objetivo estratégico, ou seja, de outras formas o termo nessas áreas de conhecimento define-se como sendo “qualquer acordo de cooperação iniciado entre firmas que envolva troca, compartilhamento, desenvolvimento e que inclua contribuições dos parceiros em capital, tecnologia e outros recursos”, o autor por sua vez adverte que não podemos limitar o uso do termo “à relação de firma-firma”, visto que a literatura tem demonstrado a existência de uma pluralidade de atores com capacidade de celebrar e manter parcerias estratégicas sejam eles públicos ou privados.

Para o autor, tanto na economia quanto na administração não há consenso sobre o significado real de parcerias estratégica, tampouco a existência delimitada de padrões e atores de como deve ser o relacionamento entre parceiros estratégicos. Quanto ao uso do termo nas relações internacionais Faria (2013) constata que a bibliografia produzida pela economia e administração em torno do assunto, tem guardado grande distanciamento com a linguagem e a ontologia do termo para a área. Porém, apesar desse pequeno entrave, é possível acatar ensinamentos valiosos em suas contribuições.

Ao contrário como se verifica na economia e administração, nas relações internacionais o termo parceria estratégica e alianças estratégicas se diferem em sua ontologia e linguagem.

Liverani (2000) *apud* Farias (2013, p.18) observa que a centralidade da política internacional se dá pelas alianças e sua utilização enquanto instrumento de política

externa é tão antiga tal como os próprios registros escritos de tratados, diplomacia e relações intertribais, o que não se difere aos dias atuais⁴¹.

Para o autor a centralidade e o protagonismo do paradigma realista nas RIs, fez com que o termo ganhasse o significado em “uma relação relação estruturada em torno da dimensão militar da política internacional”, ou ainda “um acordo entre dois ou mais Estados para trabalhar juntos em assuntos de segurança” isto é, decorrendo como motivo primário a guiar os Estados a sobrevivência, ou seja, em um sistema internacional sem autoridade supranacional que garanta a ordem e paz entre Estados, os Estados buscarão a segurança se armando e formando alianças, em que Martin Griffiths e Terry O’Callaghan destacam a origem das alianças referindo-se as ameaças externas e na busca de segurança relativa com relação a Estados de fora de aliança, podendo esse instrumento ser formal ou informal (WALTZ, 1979 *apud* FARIAS, 2013).

O segundo conceito/significado sobre alianças nos parece mais conveniente e viável ao nosso estudo visto que agrupa mais elementos analíticos, o que por sua vez nos permite ampliar nosso entendimento com relação, aos outros segmentos não revelados pela abordagem realista das RIs. Para isso, apresentamos a perspectiva de Cesa (2011) *apud* Farias (2013) em que o autor define a aliança como sendo uma “associação formal entre duas unidades políticas para o avanço de seus interesses comuns”, que segundo o autor, envolve quatro elementos essenciais sendo, desde de:

“a) - sua natureza formal (baseada em um tratado assinado por Estados), b) - sua dimensão cooperativa (Estados concordando juntar forças para perseguir um objetivo comum), c) - sua orientação externa (alianças são geralmente contra outros Estados) e d) - seu caráter militar (cujo o conteúdo da cooperação é relacionado a segurança)” (FARIA, 2013, p. 19).

As distinções e nuances conceituais apresentadas acima conferem-nos a crença de que a “criação e manutenção de alianças se inscrevem no esforço de sobrevivência estatal, isto é, com finalidade político - militar” e não só.

⁴¹ Com isso, o autor observa que a produção bibliográfica é tão profusa no assunto – alianças – e que talvez o tema passou a ser o mais examinado da área tanto em abordagens que vão desde as teorias do jogos aos estudos quantitativos, mas que isso não implicou necessariamente a melhor precisão terminológica, pois não há consenso sobre o significado na literatura (FARIAS, 2013, p.19).

Farias (2013) tal como Lessa e Oliveira (2013) obeservam que a criação de alianças nas RIs tem sido, desde os tempos mais remotos, um execício legalista “que demanda algum grau de formalização em tratados” que a partir destes, atualmente temos um amplo registro sobre alianças, o que possibilitou um “complexo de estudos sobre sua estrutura, existência, evolução e fim” ou seja, é possível a partir desse material afirmar que alianças variam quanto a sua duração, isto é, dependendo da natureza com as quais foram criadas, sejam por percepções sobre dada ameaça, similaridade de sistemas políticos e/ou existência de poderes hegemônicos.

Ainda segundo Farias, não há como saber se as alianças geram ou não maior segurança no sistema internacional, mas o fato é que o principal fator para se moldarem são as ameaças externas. O autor adverte que “apesar de sua função predominante na área de segurança”, os aspectos militares não são únicos que as moldam, com isso, Walt (1985) acrescenta que “ a ajuda econômica, propaganda e penetração política, são dentre outros aspectos a serem considerados”.

Respectivamente Dingman (1979), Morrow (1991), Starr (1994) *apud* Farias (2013, p.21) enfatizam que “mudanças nas preferências políticas domésticas têm grande impacto na escolha de aliados, mesmo quando a distribuição internacional de poder se mantém constante”, ou seja, os teóricos liberais amparados na literatura econômica, consideram que os Estados buscam outros mecanismos para manter sua segurança, dentre eles destacam as instituições e regimes internacionais, por proporcionarem maiores incentivos a cooperação reduzindo as incertezas contratuais.

Farias (2013, p.21) constata que a razão que difere a linguagem e a ontologia de aliança ao de parceria estratégica é simples para o autor “ o termo aliança por valorizar a área de segurança, não explica diversas interações bilaterais e multilaterais no mundo contemporâneo”.

Para o autor, a redução parcial da relevância de determinados conceitos decorre em conformidade às mudanças do próprio sistema internacional, ou seja, as regras, normas e práticas da política internacional mudaram e diminuíram a importância do balanço de poder conflitivo e competitivo, dando lugar ao concerto e ao equilíbrio político entre as potências. Nessa senda as estratégias de segurança e o fortalecimento de capacidade armentistas são cada vez complementados por práticas não coercitivas de interação, surgem novas formas de interações como *soft balancing*, outros aspectos como migração, saúde, meio ambiente e comércio, tomam cada vez proeminêcia nos

relacionamentos bilaterais, considerando que recursos econômicos são essenciais na garantia da segurança, prosperidade e grandeza nacional.

Para melhor entendimento, o autor examina em primeira instância advertindo que “uma parceria estratégica não é um estado de harmonia de interesse” neste caso, considera que “contatos maiores e mais complexos entre duas sociedades distintas ensejam naturalmente mais conflitos, mas esses são administrados em um contexto pacífico e institucional” e ainda assim, parceria estratégica pode degenerar em conflito aberto caso ocorram mudanças bruscas de posições, percepções e expectativas” (FARIAS, 2013).

Dessa forma, a diversidade e a falta de consenso na literatura quanto ao conceito de parceria estratégica, diversos autores tais como Emerson (2001, p.45) define parceria estratégica como um tipo de relacionamento que “*involves two actors that are powerful and capable of taking strategic action together*”, a Enciclopédia Routledge de Economia Política⁴² (2001) por sua vez alude-a como sendo uma relação entre Estados “uma forma de politicamente se facilitar uma intensificação/ aprofundamento ou formalização de um relacionamento bilateral, para definir formas de ações coordenadas com objetivos de concretizar determinados interesses fundamentais partilhados entre as partes.

Os autores ressaltam que a maioria das escolhas realizadas pelos atores políticos sempre buscam definir seu relacionamento de forma mais cuidadosa, ou seja, precisa se ter muito cuidado para determinar uma parceria enquanto estratégica, visto que, esta poderia ao mesmo ser designada em “cooperação” ou “relacionamento especial”.

Farias (2013) por sua vez aponta pela necessidade de compreender alguns aspectos específicos para se tratar do conceito de parceria estratégica, o autor afirma que:

“Riscos e oportunidades são presenças constantes em uma situação em que a sobrevivência depende de relações de cooperação com atores estratégicos. Mas essa cooperação é distinta de simples alianças, pois estas são formadas (...) sob ameaças, parcerias estratégicas, mesmo criadas em ambiente de insegurança, são articuladas com base em percepções de oportunidades (FARIAS, 2013, p. 23).

⁴² Ver “o Conceito de parceria estratégica” In: PUC-Rio Certificação Digital, nº 0710396/CA, pag. 43.

O autor apresenta duas peculiaridades sob as quais opera o conceito de parceria estratégica, onde o primeiro deve-se pelo fato da vulgarização do termo tanto por autoridades diplomáticas quanto por acadêmicos, com isso o autor chama atenção de que “o acadêmico não pode aceitar tal retórica de face” visto que “uma parceria estratégica decorre de padrões específicos de comportamento diplomático e não de atribuições emanadas do discurso oficial”.

A segunda com a qual trabalha deve-se à compreensão conceitual com base ao entendimento histórico do próprio conceito, com isso, o autor aponta pela dificuldade de se trabalhar com o termo “parceria estratégica decorre de sua pouca aplicação nos instrumentos jurídicos de direito internacional” Farias, entende que o cunho analítico ao termo é tanto quanto de difícil determinar com maior precisão, mas é certo afirmar que parcerias estratégicas são formadas com base na forma específica de aprendizado que:

“Ocorreu entre as elites políticas de um Estado, em especial se identificam como lições da história (...) mas que vale ressaltar também que essa parceria quando se estabelece sob relação de assimetria entre ambos ela é mais assegurada e promovida pela parte mais fraca (...) o certo ainda é que a parceria estratégica deve ocorrer com base na expressão formal, pois serve de sinalização interna e externa (...) dificilmente tem data de conclusão (...) consubstancia a convergência de dois Estados, mas não gera obrigações” (FARIAS, 2013, p.25).

Ao final desse item vale ressaltar que, a revisão da literatura em torno do termo “parceria estratégica” conferiu-nos subsídios relevantes para análise e qualificação específica ao contexto angolano. A literatura de base converge na falta de consenso do conceito de parceria estratégica, mas converge parcialmente sobre como, quando qualificar um relacionamento enquanto parceria estratégica. A vulgarização ao termo e falta de cuidados para conceituar de forma adquada e precisa por diversos atores e setores da sociedade têm colocado em causa a precisão do termo.

Conquanto a todos esses aspectos Farias (2013, p.28), chama atenção de que os dos aspectos fundamentais para determinar a natureza de uma parceria estratégica é a percepção de reputação, credibilidade e compromisso pelas partes” e claro nelas, “não são necessariamente comprehensivas, no sentido de abranger toda amplitude de tópicos da

agenda bilateral⁴³, os temas podem ser de maior ou menor amplitude dependendo dos objetivos em as partes pretendem estabelecer e esta pode e deve envolver não apenas atores governamentais, mas que este, deve servir de arcabouço político e jurídico para adequar os demais.

Com isso, recomenda-se uma dinâmica comum de interação autossustentável, ou seja, as autoridades devem atuar como “mobilizadores dessas redes de relacionamento”. Em suma o autor averte que “a construção de uma parceria estratégica demanda recursos elevados, além de tempo e habilidade política, e mais dependem de muita atenção das lideranças empresariais, políticas e recursos materiais envolvidos”.

Enquanto isso, Lessa e Oliveira (2013, p.10) enfatizam que a construção de parcerias estratégicas bilaterais se tornou imperativo aos Estados partir dos anos (1990), com o rompimento de vínculos ideológicos, houve a necessidade de densificar a projeção dos Estados ao novo contexto internacional.

3.1- Relações Extrarregionais de Angola

A política externa é o principal instrumento de inserção internacional dos Estados, e é com base nela que Angola desde sua independência, tem celebrado incluindo suas parcerias nos diversos temas e agendas de sua firmação internacional, que pudessem viabilizar seus interesses domésticos e externos. Diante dos contornos e contextos adversos tal como referido nos capítulos anteriores, nada melhores para Angola do que aproveitar novas oportunidades para habilitar seus *policymakers* na articulação de tais agendas na forma mais eficiente e menos vulnerável.

Para tal, esse capítulo deseja analisar quais os principais parceiros bilaterais de Angola e como qualificar tais relacionamentos em “parceria estratégica” visto que o uso estratégico das relações bilaterais de Angola amplia o *status* internacional do país, que se utiliza desse elemento para ampliar sua inserção nas relações intrarregionais. É nessa senda que o país tem privilegiado a cooperação bilateral, com as grandes potências (Rússia, EUA e a União Europeia), associadas a mesma lógica, estão alguns países

⁴³ Farias (2013, p.29) aponta alguns aspectos importantes quanto a esses arranjos, pelo que entende a parceria pode ser útil para várias funções mas, primeiro deve sinalizar para terceiros países sobre a convergência em ampla gama de assuntos de agenda internacional, promover interação nas áreas estratégicas das economias, dar suporte aos fluxos originários da própria sociedade, endereçar desafios e problemas comuns a serem trabalhados com articulação mais robusta e o mais importante, informar inicialmente sobre os interesses nacionais que podem ser gerados nela e condicionar sua viabilidade.

emergentes enfazitada pela cooperação entre iguais (cooperação Sul-Sul) dos quais citam-se: o Brasil, a Índia e China (JOSÉ, 2011; GINGA, 2014; SIMÃO, 2014; XAVIER JUNIOR *et al*, 2016).

Essa perspectiva é mais bem captada por José (2011) quando observa que:

“a política externa angolana, não se confina a uma única região nem se restringe a uma única dimensão, visto que Angola contribui para construção da ordem regional africana e mundial pacífica e solidária fundada no Direito e nos princípios do multeralismo, consciente do seu peso territorial, econômico, cultural e de sua democracia” (JOSÉ, 2011, p.12).

O protagonismo político, econômico e militar construído por Angola com base nas parcerias bilaterais estratégicas, têm conferido maior margem de manobras ao país, na construção de uma ordem regional consistente no âmbito intrarregional africano nomeadamente para a região da SADC e CEEAC. A inserção angolana na África subsariana se dá nos pressuposto de uma possível futura ponteira regional média em emergência, condição essa que o coloca enquanto oportunidade para se apresentar ao mundo de relevante ator das relações intrarregionais africanas, porém, com inúmeros desafios.

Condição essa, tal qual Pintinho (2015) e Chicoti (2016) consideram a necessidade da construção de relações bilaterais da parte de Angola, para dar consistência na sua política tanto de sobrevivência, quanto de reinserção, internacional angolana, ou seja, Chicoti enfatiza que, “num sistema em que o ambiente é predominantemente anárquico, a identificação de parceirias consistentes/especiais e/ou estratégicas devem ser de objetivo número um (1)” na uma inserção internacional angolana “para que com maior rigor e assistência se qualifiquem o papel de cada no âmbito da reconstrução e desenvolvimento nacional de Angola, enquanto prioridade dentre as políticas de Estado vigentes”.

Com isso, os últimos 15 anos de paz, marcados pelo fim do conflito armado em 2002, Angola tem se conduzido sua política externa na base de pragmatismo propositivo, institucionalização e adensamento das relações bilaterais extrarregionais das quais tem lhe conferido a materialização da sua ação doméstica e aspirações

externas (intra e extrarregionais) com maior consistência e responsabilidade na integração regional africano e sua presença em fóruns multilaterais.

Em torno desses arranjos, verifica-se que apesar de comumente os discursos políticos e diplomáticos e a mídia em si, destacarem uma política externa angolana de maior inserção intrarregional em assuntos africanos, o fato é que, as relações bilaterais com maior peso político, econômico e militar se dão no contexto extrarregional africano, isto é, com maior fluxo de cooperação aos BRICS e União Europeia do que a África propriamente dita.

Para Chicoti (2016), destaca que essa relação se dá em tal âmbito “devido à combinação estratégica angolana em evitar situações que coloquem mais uma vez o país na condição ultra-vulnerável à segurança interna e externa de Angola”, cisto que:

“O início do século XXI foi inaugurado por diversos eventos de alto risco que se conformam desde migração em massa descontrolada, tráficos de recursos naturais, drogas, seres humanos, terrorismo, etc e não só, Angola se encontra numa região cuja estabilidade regional é um tanto e quanto conturbada do ponto de vista da segurança em todos os âmbitos” (CHICOTI, 2016).

Ainda segundo Chicoti, a política de integração regional africana, durante seus anos de guerra entre 1975-2002, sempre isolou/excluiu Angola de diversas e importantes participações e arranjos político e doméstico do continente, mesmo que por diversas vezes solicitada com frequência a participação angolana nesses arranjos, então qualquer decisão que envolva uma relação mais densa no contexto africano que bilateral ou bilateral ainda servirá de aprendizado para Angola. Respeitivamente Santos *apud* Vandunem (2010) enfatiza o passado recente de relacionamento intarregional africano foi muito difícil para Angola visto que “que até custava encontrar um simples parcerio firme no âmbito regional” que pudesse confirmar uma parceria relativamente especial com Angola. Ainda nessa época o então presidente angolano José Eduardo dos Santos em (1985), discursava com intuito de atrair mais parcerios regionais para Angola ao aferir que:

“Foram levadas a cabo iniciativas diplomáticas para normalizar as relações da República Popular de Angola com o Senegal e com a República da China, podendo reforçar o prestígio e o conhecimento

correcto da realidade nacional na Europa Ocidental e para diversificar e ampliar as relações económicas com todos os países de interesse com base na reciprocidade de vantagens” (SANTOS, 1985 *apud* VANDUNEM, 2010).

A necessidade pela diversificação de parceria no âmbito da política externa anagolana, não se deu apenas como simples consequência do pós-Guerra Fria, mas sim, enquanto base de sobrevivência do Estado em si, ou seja, Angola tem buscado desde a sua independência privilegiar as parcerias bilaterais, podendo através delas conduzir uma política externa mais consistente com base na solidariedade, igualdade e compromisso.

Condição essa que o final do conflito armado em 2002 favoreceu Angola no qual pôde formular uma política externa pragmática e seletiva, isto é, pragmática no intuito de cooperar com todos e seletiva podendo selecionar parceiros que pudessem corroborar os interesses nacionais alavancando as bases da reconstrução nacional no pós-conflito, combinado como suporte às aspirações regionais e extrarregionais de Angola no âmbito da política externa, o que segundo Santos (2013) “não é e nunca foi fácil”.

Tal como já discutido por Farias (2013) que a construção de parcerias estratégicas exige maiores recursos, a necessidade de Angola se reerguer e firmar seu protagonismo aos arranjos intrarregionais africanos, nomeadamente na SADC e na CEEAC, o mesmo exigia do país grandes contornos na ação diplomática, militar e econômica, visto que todas essas particularidades careciam de desempenho efetivo, e não só, associada à carência de recursos e instituições sólidas para o efeito.

Tal qual argumentam José (2011, p.12) e Roque (2013, p.3) que Angola é um país rico em recursos naturais, mas o pós-conflito ainda se mostrava cedo para se firmar enquanto tal, considerando que a essa época mais da metade da população se encontravam em situação de extrema pobreza, mas que, os anos seguidos ao pós-conflito reverteriam tal situação embora de forma não tão profunda e tal como esperada no setor social. Porém, o fato é que suas potencialidades – o petróleo – contornavam tal situação combinado por um “tripé diplomático articulado” com base na diplomacia (securitária econômica e a diversificação seletiva e inclusiva de parcerias bilaterais).

Segundo José (2011), Roque (2013), Ginga (2014) e Jovita (2016), é com base nesse tripé diplomático, que o país pôde conduzir e desfrutar-se de uma inserção internacional relativamente consistente e fluida até os finais de 2014, ano em que se

assiste o abrandamento profundo da sua ação externa, por ora justificada pelo governo como crise da queda dos preços do petróleo nos mercados internacionais, mas que de fato segundo Ferreira (2005) e SIC (2016), essa situação deve-se muito mais como resposta de disputas institucionais envolvendo Angola, EUA, FMI e o Banco Mundial com o bloqueio de fornecimento de divisas (dólar norte americano) a Angola, da qual estas últimas instituições acusam o país de práticas ilícitas institucionais nos mercados financeiros internacionais.

O conjunto de todos os avanços e retrocessos verificados ao longo destes anos na política externa angolana, Sousa (2005) *apud* Simão (2014, p.52) adverte que todo sucesso registrado por Angola se deve “em função dos progressos marcados nas relações bilaterais estratégicas fora da região, associadas as questões ideológicas e de personalidades nelas envolvidas solidários com Angola e demais elementos que se fizeram relevantes, mas que tão cedo de se revelar em função do tempo”.

Confirmada a relevância das parcerias bilaterais estratégicas no âmbito da política externa angolana, resta-no verificar com base nos subsídios teóricos e analíticos apresentados no início deste capítulo, para, no entanto compreender como e porque diversos autores em torno da literatura da política externa angolana e o corpo diplomático de ambos os governos qualificam as relações de Angola com a: China, Índia, Rússia, EUA, Brasil, Reino Unido, Espanha, Portugal e a Coreia do Sul como sendo “parcerias estratégicas”. Esse estudo em específico, se basea na literatura em torno do assunto – “parceria estratégica” – a qual nos auxilia como avaliar o Brasil, Rússia, China e os EUA enquanto tais.

3.1.1- Relações Angola-Brasil

A ação externa angolana desde a sua independência, tem se dedicado na construção de relações internacionais mais consistentes, do qual sua agenda busca privilegiar diversos temas voltados para a cooperação bilateral com maior ênfase a parceiros fora da região africana, prioridade essa que vise a recuperação e o aprofundamento de instrumentos importantes no âmbito da reconstrução nacional, do qual Angola tem buscado ao Brasil maior viabilidade na concretização de uma possível parceria bilateral estratégica, principalmente desde os anos 2002, com o final do conflito em Angola.

As relações entre Angola e Brasil merecem uma atenção especial nesse estudo, visto que a bibliografia em torno do assunto tem crescido e que diversos autores tais quais: José (2011), Angola (2015) Cosme (2015), Chicoti (2016) e Brasil (2016) qualificam o relacionamento de ambos, como sendo “parceria estratégica”.

Mas que uma avaliação conceitual mais profunda em torno da mesma, aclaranos que o pragmatismo de Gisel em 1975 não foi suficiente para se chegar a este estágio, considerando que as mesmas, sempre foram marcadas com resistências de aproximações e afastamento ao longo dos últimos 41 anos.

Com o final do conflito angolano e a diversificação de parcerias tanto por Angola quanto pelo Brasil, que também concide com a Diplomacia presidencial dos governos Lula da Silva e relativamente com os governos de Dilma, o aprofundamento de novas agendas⁴⁴ e temas davam azo de uma nova dinâmica nas suas relações que culminaram com a assinatura do “Acordo de Parceria Estratégica” em (2010), que oficializava a condução das relações entre Angola e o Brasil nesses parâmetros.

Pinheiro (2007), Silva (2008), José (2011) e Cosme (2015) argumentam que, essa virada se dá de duas razões, a primeira é pela tentativa de resgate dos laços históricos de ambos os povos, associado a ela esteve a sinalização positiva do lado de Angola com o fim da Guerra Civil, que se demarcava com o acelerado crescimento econômico sustentado pelos recursos petrolíferos e pela diversificação de parcerias estratégicas das quais Angola buscava com o intuito de promover a reconstrução do país no pós-conflito; a segunda e do lado brasileiro, também concide com a diversificação de parcerias tal como visto desde Geisel (1974-1979) à diplomacia presidencial de Lula, associada a ela verificam-se as demandas sociais do movimento negro afrobrasileiro⁴⁵ pela retomada e aproximação do Brasil com o continente africano.

E não só, ainda com base nesses pressupostos históricos, Angola busca maior consideração ao pionerismo brasileiro no reconhecimento de sua independência, que Segundo Santos (2013), Cosme (2015) e Chicoti (2016) estabelece o marco das relações político e diplomático entre Angola e o Brasil em 11 de novembro de (1975), de “onde

⁴⁴ Tanto para Angola quanto para o Brasil essas agendas se densificam nos âmbitos bilatéria e multilaterais envolvendo temas como desenvolvimento (Cooperação Sul-Sul, economia, segurança, etc).

⁴⁵ Ver TROITINHO, Bruna Ribeiro e CASTELLANO DA SILVA, Igor. A política externa afirmativa do Brasil: movimento negro, Estado e a política externa africana de Gisel e Lula. **Monções**. 2017.

o Brasil reconhece não só sua independência⁴⁶, mas também lhe confere direito e o *Status* de ator pleno das relações internacionais, ato inesquecível para Angola". Santos (2013) enfatiza que "esse posicionamento promovido pelo Brasil, pode até parecer de um simples ato quando observado sem o aprofundamento de contextos ou ceptismo", mas que para Angola segundo Cosme (2015) "demonstrava-se a atitude mais nobre já conferida do lado brasileiro ao longo das suas relações, o que não tira relevância de diversos e outros arranjos imporantes proveniente do lado brasileiro".

Para Angola, o Brasil tem sido um importante parceiro na sua ação externa e a altura para responder aos novos desafios e aspirações de Angola. Associada a compactibilização de interesses durante os governos de Lula e parcialmente de Dilma, Angola desde (2002), vem chamando o Brasil para uma "parceria estratégica" oficialmente confirmada em (2010) na reconstrução do país. É com base nesses pressupostos que, os governos de Lula e José Eduardo dos Santos e suas respectivas elites empresariais dão o início ao processo alargado e aprofundamento de diversos projetos até então estagnados em períodos anteriores, a eles teve a inclusão de novas áreas de cooperação quer para cooperação técnica como política e econômica (JOSÉ, 2011; ANGOLA, 2015; BRASIL, 2016).

De fato, os processos que vem moldando a parceria entre Angola e Brasil, estão na base de uma verdadeira *realpolitik*, visto que em sua pauta diplomática desde íncio em (1975) a representação diplomática brasileira em Angola na pessoa do Embaixador Ovídio de Melo, o Brasil sempre entendeu que, Angola já vinha sendo uma janela de oportunidades e porta de entrada na África e esta perspectiva não é contrária para Angola, ambos buscam se reconhecer com nos princípios de reciprocidade de vantagens (GORDONI; CIRIBELLI, 2016).

Para Angola, os anos de Lula, se tornam cruciais para melhor aprofundar a participação brasileira em Angola e do lado da elite empresarial brasileira, Angola é a grande e a melhor aposta a não perder, ou seja, o Brasil participa com grandes projetos de desenvolvimento em Angola, elemento que se traduz uma mais valia para Angola e a busca de rentabilidade das empresas brasileiras em Angola é fator crucial e aposta certa nessa parceria, tal como observa Gordoni e Ciribelli (2016) que:

⁴⁶ Vale ressaltar que o reconhecimento da independência de Angola do lado brasileiro não se vinculou a elementos ideológicos, mas sim, fora conduzido com base no "pragmatismo ecumênico responsável" (SPEKTOR, 2004).

“o discurso de “cooperação entre iguais” fez despertar os vínculos de identidade linguística para a harmonização de interesses nos dois lados do Atlântico. Com isso, Chaves (2014) caracteriza que “as relações entre Brasil e Angola passaram a ser ditadas pelo *soft power* e *hard power*, do lado brasileiro, e pela recepção otimista, do lado angolano e/ou vice e versa” (GORDONI; CIRIBELLI, 2016, p.212).

O pragmatismo angolano, desde o pós-independência em alargar seu raio de ação no cenário internacional, trazer o Brasil na sua esfera internacional não e nunca se tratou de questões ideológicas, mas sim, de uma necessidade intrínseca a Angola. Visto que o país carecia de relações diplomáticas consistentes, essa justificativa se dá pelo fato de que após a sua independência, Angola foi isolada significativamente do cenário internacional, buscando respaldo político diplomático substancial no bloco soviético (SANTOS, 2013; CHICOTI, 2016).

Esse aprendizado fez de Angola em meio às profundas crises sociopolíticas e econômicas, manter suas relações com o Brasil, ou seja, para Luanda as relações de ambos são avaliadas como sendo “Relações Permentes de Estados”, ou seja, independem de regimes políticos e de governos (SIMÃO, 2014; COSME, 2015).

Por sua vez o lado brasileiro reconhece que, “Angola é um dos maiores parceiros comerciais do Brasil na África” e “o Brasil é um dos principais parceiros comerciais de Angola em 2013 foi o quarto maior abastecedor do mercado angolano” e “muitas empresas brasileiras de construção civil têm escritório em Luanda⁴⁷ (...) entre 2002 a 2008, a corrente de comércio bilateral cresceu mais de vinte vezes chegando a US\$4.21 bilhões” com isso o Brasil qualifica “as relações diplomáticas com Angola são pautadas na “Declaração de Parceria Estratégica” assinada em 2010” (BRASIL, 2016).

O Acordo da Declaração de parceria estratégica entre Angola e Brasil assinada em 2010, define dois grandes temas sendo: bilateral e regional, onde na bilateral, destacam-se como áreas prioritárias: a Educação, saúde, cultura, agricultura, defesa, tecnologia da informação, combate a ilícitos transnacionais e assuntos migratórios e

⁴⁷ Até 2014, mais de 200 empresas brasileiras operavam em Angola.

consulares. Na agenda regional consta a revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), tal qual Goldoni e Ciribelli, (2016) observam que:

“Angola, com quem o Brasil assinou parceria estratégica em 2010, conta com aspectos relevantes nas relações bilaterais (...) a atuação de multinacionais brasileiras; a participação do Brasil no levantamento da plataforma continental de Angola, por meio do Leplac-Angola; e o papel ativo de Angola na revitalização da ZOPACAS (...) além da cooperação mútua nos campos da política e da economia com Angola (...) Também intensificou suas ações no campo da defesa e sua indústria (...) proporcionando o aperfeiçoamento técnico-profissional militar de ambos os países (...) com vagas em escolas preparatórias de oficiais a militares angolanos (...) com vista à participação de Angola em operações de manutenção da paz, exercícios navais” (...) (GOLDONI; CIRIBELLI, 2016, p.212).

A noção consistente, persistente, harmônica e resistência apreendida e divulgada desde (1975), ano marco de suas relações, apreende-nos que tais posicionamentos se deram em consonância a própria conjuntura internacional, desde momentos do detênte bipolar enfatizadas pelas incompatibilidades e incertezas ideológicas e não só, o fenômeno guerra civil angolano desacelerava cada vez tal processo (JOSÉ, 2011; ANGOLA, 2015; COSME, 2015).

Mas que Saraiva (2002, p.15) e Cosme (2015) argumentam que a nova conjuntura na inserção internacional angolana, associada de outros fatores tais quais mencionados no início deste item durante os anos (2002- 2012), direcionariam de forma conciliada e positiva o pragmatismo angolano e brasileiro na busca da consolidação de suas relações em “parceria estratégica bilateral”, tal qual Angola busca um profundo desenvolvimento nacional com base no relançamento e restauração de suas infraestruturas e suas aspirações regional e global, tal como aponta Saraiva (2002) que:

“o principal interesse dos angolanos é que o Brasil auxilie o país a desenvolver a sua própria indústria nacional de defesa, reduzindo a dependência das Forças Armadas de Angola em relação à indústria estrangeira” (SARAIVA 2002).

Com isso, se avaliada a parceria estratégica dos últimos 14 anos entre Angola e o Brasil, do qual Angola procede pela transição política, estabilidade macroeconómica, e crescimento conjuntural das infraestruturas de base produtivo, a participação brasileira nesse processo se coloca de forma crucial, visto quer para Angola quanto para o Brasil este tem sido um período de aprendizado constante de suas relações.

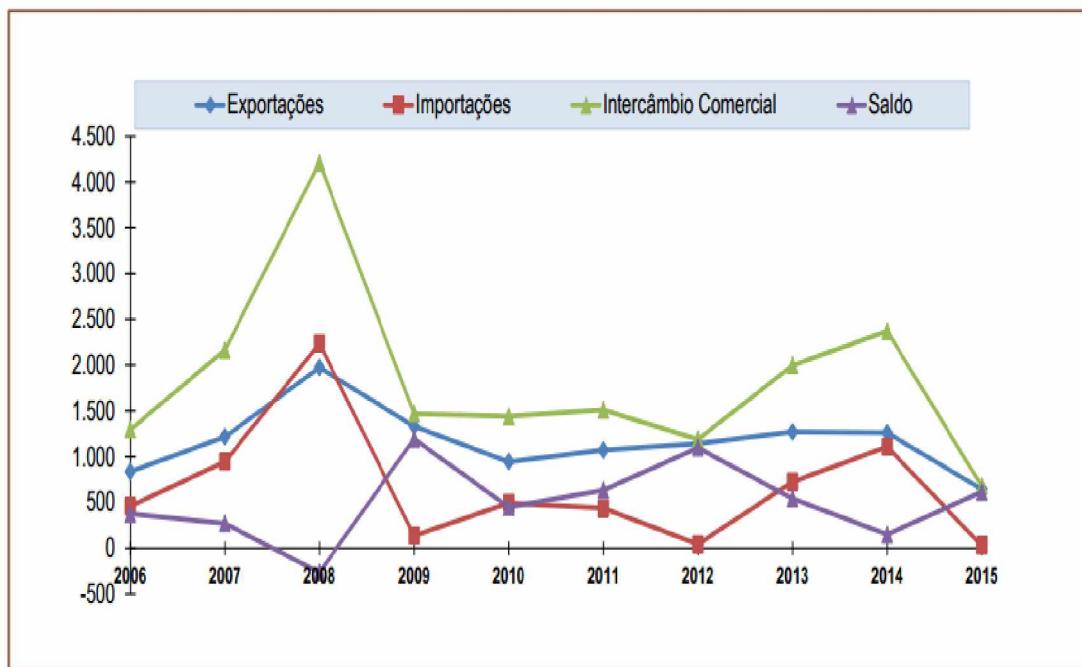
De forma bilateral e estratégica, foram definidas diversas políticas de temas com prioridades tais quais já mencionados, destacando-se a elas, as empresas brasileiras participam no processo da construção e reconstrução nacional, com grandes projetos de desenvolvimento profundo e impactos produtivo nos setores: agrícola, energia, construção e minas.

Só para constar um dos exemplos, vale destacar a participação da Odebrecht em diversas obras tais como: reconstrução da Hidrelétrica de Capanda com capacidade de 520 *megawatts* e 700 empregados, cujo orçamento não foi revelado, a construção de raiz da Hidrelétrica de Laúca a maior de Angola e a segunda em África, com mais de 7 mil empregados e com capacidade para produzir (2.067 *megawats*), avaliada em US\$ 4 biliões, que permitirá a autosuficiência energética com carência no país e fator primordial no desenvolvimento da indústria nacional, a Refinaria de Lobito para abastecer a região Centro-Sul de Angola com capacidade para processar 200 mil baris/dia de petróleo bruto e incialmente avaliada em US\$ 5 bilhões valores que até 2016 acendia para US\$ 14 bilhões com alega corrupção e superfaturamente (ANGOLA; 2015;ODEBRECHT, 2017; SONANGOL, 2017).

Associada a estas, a Odebrecht ganhou a execução das obras do “Projeto Vias de Luanda” que consistia na construção de 32 mil quilômetros de redes de água, esgoto, energia, iluminação, drenagem, arborização, gestão de lixo, recuperação de avenidas e calçadas, sinalização urbana e comunicação na capital angolana, a participação dessa empreiteira brasileira em Angola é tão grande que chega entre (2008–2012) foi a empresa privada no ramo de construção civil que mais emprega com cerca de 40 mil funcionário sendo maioria nacional (ANGOLA, 2015; ODEBRECHT, 2017).

Em termos comparativos a participação das empresas angolana no mercado brasileiro é ínfima, ou seja, Angola importa mais do Brasil do que ao contrário, a seguir ilustramos a evolução do intercâmbio comercial de ambos os países entre (2006-2015).

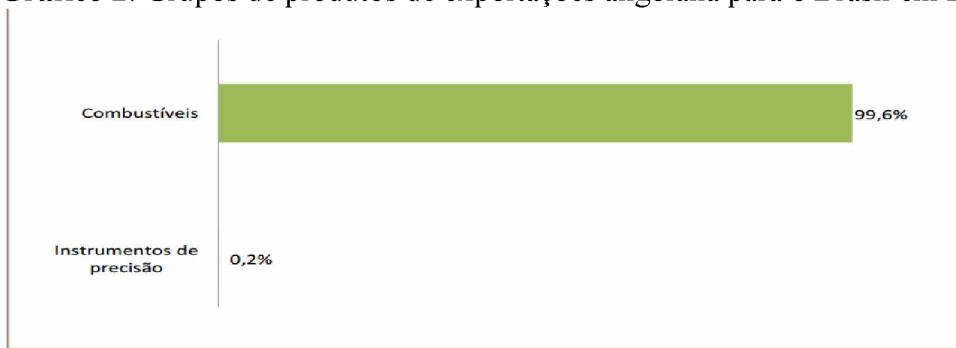
Gráfico 1: Evolução do intercâmbio comercial Brasil e Angola (2006-2015).



Fonte: INVEST & EXPORT, 2016.

Com base na análise quantitativa que nos apresenta a evolução do intercâmbio comercial ao longo desses anos, é possível afirmar que o fluxo do intercâmbio comercial em ambos os países, registou grandes quedas da qual buscavam manter constante a pauta comercial envolvente, ainda nessa relação, verifica-se Angola mais importou do Brasil do que exportou, o que demonstra grande dependência angolana e maior autonomia brasileira no intercâmbio comercial tal como se pode observar nos gráficos que sseguientes.

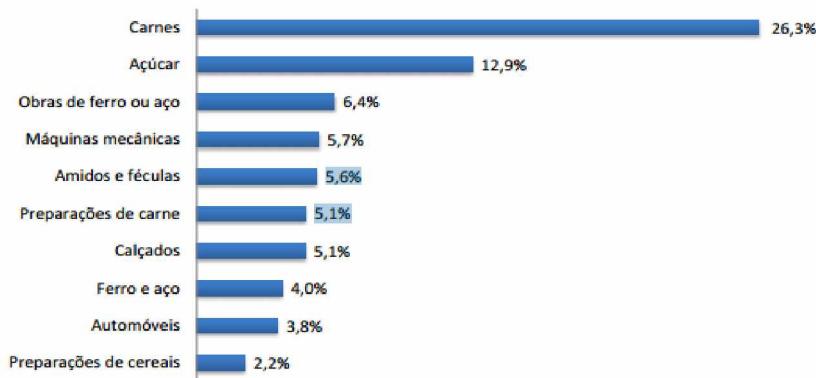
Gráfico 2: Grupos de produtos de exportações angolana para o Brasil em 2015.



Fonte: INVEST & EXPORT, 2016.

No gráfico 2, nota-se a ausência da diversificação na pauta das exportações angolana o que de alguma forma contribui com o saldo negativo na sua pauta comercial com o Brasil.

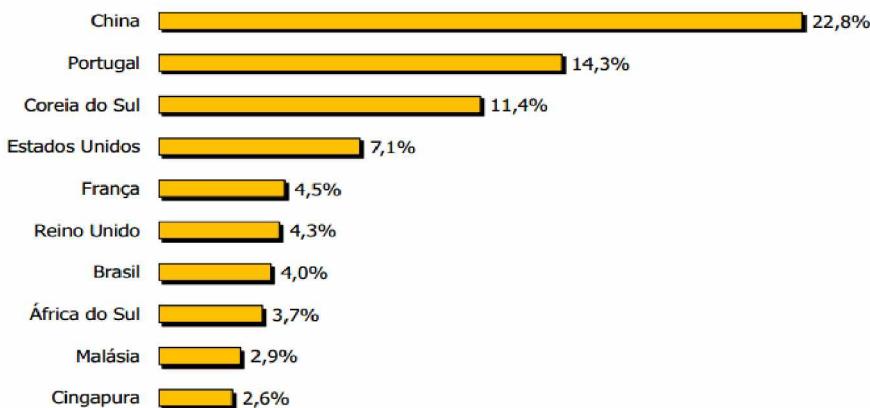
Gráfico 3: Grupos de produtos de exportações brasileiras para Angola em 2015.



Fonte: INVEST & EXPORT, 2016.

O gráfico 3, por sua vez apresenta o grupo de principais produtos da pauta das exportações brasileiras, o que de alguma forma contribuiu com o saldo positivo, da sua balança comercial com Angola. De fato, o Brasil exerce um peso comercial nas importações de Angola, razão a qual agrega a relevância de Angola nas exportações brasileiras no continente africano.

Gráfico 4: Os Dez principais parceiro de importações angolanas (2016).



Fonte: INVEST & EXPORT, 2016.

Outros arranjos ainda que valha pena destacar, são de âmbito político institucionais em contexto regionais e globais, de onde Angola apoia o Brasil em missões da FAO e de sua candidatura a membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e Angola teve o apoio do Brasil através da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) com o qual Angola coordenou a Missão de Paz na Guiné-

Bissau e de Membro Não Permanente no Conselho de Segurança da ONU no ano de 2015 (CHICOTI, 2016).

Associadas a esses, somam-se ainda outros elementos no âmbito da tentativa da construção da “parceria estratégica” entre Angola e o Brasil, como o exemplo da troca de visitas de chefes de Estados em que do lado do Brasil teve duas viagens oficiais pelo presidente Lula da Silva em (2003, 2007) e Dilma Rousseff em (2011) e do lado angolano, duas de José Eduardo dos Santos em (2010 e 2014) (JOSÉ, 2011; COSME, 2015; ANGOLA, 2015; BRASIL, 2016).

A avaliação final deste, item conferiu-nos subsídios empíricos suficientes para afirmar que houve processo que qualifica o desejo e a tentativa da construção de parceria estratégica entre Angola e o Brasil durante os Governos Lula da Silva e Dilma, isto é, com base a abordagem teórica no assunto, mas que os anos seguintes (2014-atual) e a nova conjuntura doméstica e externa em ambos os países tem reconduzido e retido tal parceria, noção essa, que dificulta nosso estudo qualificar as relações de Angola e Brasil em “parceria estratégica”, o que não exclui a relevância das relações entre ambos.

3.1.2- Relações Angola - Rússia

As relações entre Angola e a Rússia, se estabelecem pela lógica da Guerra Fria. Após a sua independência, Angola procedeu a tentativa de estabelecer relações com os EUA, mas em contrapartida, os EUA já havia estabelecido parceria com o grupo revolucionário (UNITA) com o qual entendia melhor representados seus interesses ideológicos dentro de Angola, em virtude ao contexto depois de ter sido negada a tentativa de estabelecimento de parceria entre Angola e os EUA, o governo do MPLA-PT, para garantir sua sobrevivência diante dos conturbados momentos das Guerras Fria e civil, se alinha ao ex- bloco soviético, mantendo relações especiais no âmbito da defesa e segurança com a ex-URSS e Cuba durante (1975-1989).

A insuficiência bibliográfica no assunto dificulta avaliar as relações de ambos os países, a partir de uma análise quantitativa mais precisa, visto que suas relações sempre foram mantidas em comparilhamento de informações secretas nas áreas da defesa e segurança, das quais tais informações ainda continuam de difícil acesso ao público, mas de acordo com Alves *et al* (2013), Ginga (2014) e Simão (2014), apontam por três importantes períodos que definiu o relacionamento oficial entre Angola e Rússia, sendo:

O primeiro destaca os anos de 1975-1985, definido como sendo o de maior importância para sobrevivência angolana nos contextos internos e regionais, nesta fase, as relações entre ambos se vinculavam na base da cooperação técnico-militar, em resposta às agressões externas sofridas por Angola diante do ex-Zaire em 1975 e pela África do Sul em 1987-1988, a esses se associam as superações de divergências internas – enfatizadas pela Guerra Civil - com UNITA de Jonas Savimbi.

Segundo Alves et al (2013), o papel da ex-URSS e da Cuba se definiam como sendo uma parceria de alto nível, nas relações de Angola e Rússia, isto porque segundo os autores:

“Angola continues to be a priority country in Russia’s dealings with Africa, and it embodies Russia’s current predicament in Africa. Despite Moscow’s resilient political capital on the continent which derives mostly from Soviet assistance given during the Cold War, its economic presence remains very thin in the region. Russia’s relations with Angola strongly reflect this predicament” (ALVES ET AL, 2013, p.5).

Segundo os autores, essa parceria estratégica era reconhecida tanto da parte da ex-URSS, quanto da parte de Angola, visto que Angola desempenhava um papel de extrema relevância na conjuntura geopolítica desenvolvida sob pressupostos da Guerra Fria no contexto regional africano, ou seja, Angola era o quintal da ex-URSS na África e por sua vez, Angola via na ex-URSS a melhor opção e quase que a única, que lhe pudesse conferir respaldo em tempos de sobrevivência extrema.

O segundo período do qual os autores se referem, está relacionada aos anos 1990, “momento em que se assistia a queda da ex-URSS e que viria gerar grandes impactos no sistema internacional”⁴⁸ - com o fim da União Soviética - os processos de globalização, induziram a ambos reverem suas agendas face a nova estrutura

⁴⁸ Racy e Onuki (2002), por sua vez, enfatizam que houve a necessidade urgente por parte de todos os países do mundo, em rever suas agendas e temas prioritários visto que “às transformações ocorridas no sistema econômico internacional, deu aprofundamento das relações na base da interdependência entre diversos atores internacionais (estatais e não-estatais)” e que as relações internacionais passam a ganhar novas lógicas e dinâmicas de inserção internacional aos Estados nacionais, que já estavam acostumados da antiga conjuntura moldada em assuntos *high politics* em detrimento às questões mais *low politics* frutos da globalização.

internacional tal como observa Alves *et al* (2013, p.5) que “*Since the end of the 20th century the new international conjuncture has prompted a renewed interest for strengthening Russia–Africa relations*”.

A revisão parcial de suas agendas tanto do lado de Angola quanto da ex-URSS, afetou profundamente a política externa de Angola, implicando ao país uma nova inserção doméstica e externa, buscando adequar-se ao contexto pós-Guerra Fria e aos processos globalizantes dos anos 1990.

Segundo Santos (2013) e Ginga (2014), o abrandamento das relações assistido em ambos os países não colocou Angola numa extrema vulnerabilidade no pós-Guerra Fria, visto que a parceria com a ex-URSS era simplesmente mantida em assunto militares e alinhamento ideológico, e a nova conjuntura internacional fez de Angola buscar atrair novos parceiros como necessidade da reconstrução nacional e aspirações regionais, condição essa que nos anos seguintes, vem tornando Angola num verdadeiro protagonista da política regional africana em matérias de defesa, paz e segurança.

Já o terceiro período segundo Alves et al (2013) e Ginga (2014), é marcado nos anos 2000. Justo nesse período tal como já discutido ao longo desse trabalho, que Angola busca por uma inserção internacional mais pragmática e propositiva como fomento de parcerias bilaterais estratégicas.

Nesse período, a Rússia não ficou de fora, visto que tem aprofundado suas relações com a atinga potência e a Rússia, desde os anos 2000, passo a reassumir sua posição estratégica com Angola, mantendo a agenda de defesa e segurança⁴⁹ e associado ao setor de mineração, agricultura e infraestruturas de grande porte para a reconstrução de Angola, ou seja, tanto a Rússia quanto Angola, se reconhecem enquanto parceiros estratégicos, tal como observa Alves et al (2013) que:

“*the present importance of Angola to Russia is attributed mostly to political stabilisation and economic robustness, rooted in oil and mining industries, infrastructure construction and agricultural rehabilitation, which create a number of opportunities for Russia in Angola*” (ALVEZ, ET AL, 2013, p.6).

⁴⁹ Em entrevista ao jornal Rede Angola, o embaixador russo Dmitry Lobach (2013) adverte que o comércio bilateral entre ambos é de pouquíssima expressão se comparado aos demais parceiros de Angola visto que em 2012 registrou US\$37 milhões de dólares e em 2013 US\$100 milhões. Para o diplomata, esse é um valor muito insignificante ainda ao que se pretende com Angola e existem poucas empresas russas em Angolas mas as que estão operando são de grande expressão.

E de tal forma a Rússia considera:

“Angola is one of the best endowed countries in Africa with large mineral reserves and huge hydroelectric potential, presenting a range of opportunities to Russian companies for the exploitation of natural resources. Angola also has an attractive domestic market for Russian exporters in a wide range of consumer goods, mechanical engineering equipment, and technology-intensive goods and services”(ALVES, ET AL, 2013, p.6).

O lado russo entende que sua parceria com Angola ainda se apronfundará, embora considerá-la como consolidada, os russos não são céticos quanto ao atual estágio da qual Angola ultrapassa, por isso, esperam que ao lado da Rússia e demais importantes parceiros escolhidos por Angola, este “proporcione uma estabilidade política consistente e instituições como condição *sine qua non* no fomento de cooperação tanto entre Angola e Rússia e/ou vice e versa e outras parcerias bilaterais de Angola”.

Combinado ao *boom* econômico, como condição incial na diversificação de parceiras na política angolana no pós-guerra civil, fez de Luanda aprofundar suas relações com o Moscou, pelo que Luanda acredita como viável e consistente para atender as demandas do país na reconstrução e desenvolvimento nacional.

As aspirações regionais de Angola e as questões que envolvem os laços históricos, e enquanto importante *global player*, Luanda tem Moscou como uma condição estratégica definida em termos de poder na sua inserção regional e afirmação internacional. Do qual segundo Simão (2014), “desde fim da guerra civil ao momento assiste-se o estabelecimento de contatos frequentes entre as partes, visando uma cooperação bilateral mais acertiva”, com isso, o autor destaca que “em (2006) teve a visita oficial de José Eduardo dos Santos a Moscou e em contrapartida em (2009) a visita Oficial do presidente Medvedev a Angola”.

Para Alves et al (2013) e Simão (2014), esses acontecimentos sinalizavam empenhos efetivos entre as partes, considerando que esta última foi marcada como sendo a Primeira visita de um chefe de Estado russo a Angola desde que foram estabelecidas suas relações, oficiais e não só, o autor também considera que a assinatura de diversos acordos no aprofundamento das áreas de defesa e segurança associadas às de energia, mineração e infraestruturas de grande porte, educação, ciência e tecnologia

enfatiza e sinalizando claramente os interesses de ambos na construção de uma parceria estratégica bilateral mais consistente nessas áreas em específico.

Segundo Alves *et al* (2013) Slepnev (2009) *apud* Simão (2014), se comparada aos momentos anteriores, constata-se que a parceria dos últimos 10 anos, tem sido a que mais registrou progressos, isto é, considerados os interesses russos para Angola e vice-versa constando uma série de projetos comuns, tal como aponta Slepenev (2009) *apud* Simão (2014, p.54) que “a defesa continua a ser a mais sólida dimensão da cooperação Rússia-Angola”.

Perspectiva essa que o autor entende que até a data, a Rússia continuava sendo o parceiro de cooperação militar mais estratégico de Angola (...) não só por conta de questões históricas desenvolvidas, mas por ser o único com o qual Angola desenvolve e aprofunda cada vez essa parceria, para assegurar tanto as aspirações angolanas na região, quanto em termos de sua defesa e segurança nacional em si, e não só Angonotícias⁵⁰(2013) e Simão (2014, p.54) advertem que:

“Este facto é constatável porque a maioria dos equipamentos militar e tecnológicos de Angola (em todos os ramos das forças armadas) é Russo, o que gerou, naturalmente, uma dependência técnica profunda (em assistência, modernização e manutenção). A Rússia também tem um papel de destaque na formação das Forças Armadas Angolana (FAA) ” (SIMÃO, 2014, p.54).

De fato, embora nosso estudo não pudesse fazer uma avaliação quantitativa, para qualificar a parceria entre Angola e Rússia, o fato é que, a história tem demonstrado o quanto tal parceria ainda continua sendo estratégica para ambos, e de fato a participação russa em Angola é evidente e o mesmo a de Angola na Rússia tem se tornado cada vez mais evidente no ramo da mineração do qual empresas diamantíferas russas como a Alrosa tem uma atividade plena e constante em Angola, associadas a essas estão a Kamaz, a Rail Standard Service e a Fortland Consulting Company que estão com investimentos de mais de €11 bilhões de euros na construção de uma refinaria na província do Namibe ao Sul de Angola com capacidade de processar 400 mil barris/dia

⁵⁰ Angola torna-se principal comprador de armas à Rússia, Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/40236/angola-torna-se-principal-comprador-de-armas-a-russia> acesso aos 22.09.2016.

gerando cerca de 2.100 empregos diretos para angolanos e 900 para expatriados, e uma ferrovia regional ligando (Moçâmedes e Benguela)⁵¹.

Ao contrário ao que vem acontecendo com o abrandamento das relações entre Angola e Brasil, com a Rússia estas ainda se mantêm cada vez mais aceleradas e profundas, com a construção da parceria estratégica em assuntos militares permanentes associando outras áreas como mineração da qual Angola se predispõe para Rússia, e não só, embora estejam entranhadas questões ideológicas com vínculos históricos na manutenção dessas relações, vale ressaltar que, atualmente esta não se confina somente a ele, mas sim, outros elementos são agregados por Angola, que para Luanda, enquanto a Rússia for membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e importante parceiros dos BRICS e do G20.

Angola vê seus interesses resguardados pela Rússia mantendo uma parceria estratégica com este gigante adormecido, a Rússia considera Angola como parceiro de extrema importância na região africana, visto que este possui um protagonismo regional favorável para inserção regional russa no continente em assuntos que ambos compartilham em questões globais.

De fato, esse assunto é de grande relevância e amplitude, razão pela qual fica difícil trazer uma abordagem mais específica em torno desse assunto, e não só, a dificuldade de acesso bibliográfico em torno do assunto tenta cada vez inviabilizar uma análise mais profunda.

3.1.3- Relações Angola-Estados Unidos da América

Se de um lado Angola tem a Rússia como parceiro estratégico, com os EUA não tem sido ao contrário apesar de se verificar como parceria de muita resistência, tanto no ato do seu estabelecimento, quanto ao longo destes anos, isto é, desde 1993, ano em que ambos estabelecem suas relações oficiais políticos e diplomáticos, conduzidas sob pressupostos da Guerra Fria. A estratégia da política externa angolana, tem se pautado no cultivo e estabelecimentos das relações internacionais mais consistentes, possibilitando a Angola uma maior margem de manobras na sua inserção intraregional

⁵¹ Segundo o jornal Negócios (2017) essa parceria é apenas parte ínfima do que os interesses russos estão voltados para Angola, esse projeto segundo vários economista é de grande impacto para o país, lembrando que até março deste ano Angola passava a operar como sendo o maior produtor de petróleo em África

africana e na manutenção de suas agendas doméstica (reconstrução nacional) e externa projeção regional e global, responsável.

José (2011), Ginga (2014) e Simão (2014), argumentam que as relações entre Angola e os EUA, sempre se mostraram inconsistentes e nunca sinalizaram passos efetivos se analisadas no âmbito da sua implementação, isto porque, quer do lado de Angola como a dos EUA, muitas questões históricas ainda estão pendentes, tais quais têm atrapalhado o bastante a construção de uma parceria bilateral que se qualifique como estratégica. Mas ainda assim apesar de poucos feitos, vale reconhecer alguns pressupostos que levariam as bases da construção de parceria bilateral estratégica entre Angola e os EUA, como observado por Simão (2014) que:

“Desde o reconhecimento – da independência da República de Angola – pelos EUA, em 1993, e especialmente desde o fim da guerra em 2002, as relações entre os Estados Unidos da América e Angola melhoraram significativamente” (SIMÃO, 2014, p.55).

Essa melhoria significativa, segundo o autor, não implica necessariamente, como estabelecimento efetivo de uma parceria estratégica, visto que se constatadas e analisadas afundo, verifica-se que a trajetória das relações entre Angola e os EUA, sempre se demarcaram de forma ambivalente e conflituosa, tal como observa Bender (2016):

Angola's relations with the United States were ambivalent. The United States aided the FNLA and UNITA before independence. During most of 1976, the United States blocked Angola's admission to the UN, and in late 1988, the two nations still lacked diplomatic ties (BENDER, 2016).

Ferreira (1995) tal como Bender (2016), recordam que, antes mesmo do estabelecimento das relações oficiais entre ambos, este sempre se pautou com base na diplomacia econômica⁵² – petróleo e diamantes – abundante em Angola, e não só, os

⁵² “Western Europe, like the United States, feared the implications of a strong Soviet client state in southern Africa, but in general European relations with the MPLA-PT were based on economic interests

EUA nunca havia apoiado o governo do MPLA como pelo ator das relações internacionais, mas sim, tinha apenas UNITA na pessoa de Jonas Savimbi como representante pleno e legal de Angola e o apoiou firmemente a derrubar o regime socialista do MPLA durante as Guerras Fria e civil⁵³.

“(...) United States officials offered to normalize relations with Angola on the condition that an internal settlement of the civil war with UNITA be reached (...) Political and diplomatic differences between the United States and Angola were generally mitigated by close economic ties(...)" (BENDER, 2016).

Para os EUA, suas relações com Angola em especial com o governo do MPLA se restringiam apenas por questões ideológicas na base dos contextos da Guerra Fria, mas os interesses privados norteamericanos nos recursos naturais (petróleo e diamantes) de Angola, impunham reconsiderações aos decisores políticos estadunidenses e inserir a relevância geopolítica no raio de ação dos EUA, tal como observa Bender (2016):

“American oil companies operating in Cabinda provided a substantial portion of Angola's export earnings and foreign exchange (...) this relationship continued despite political pressures on these companies to reduce their holdings in Cabinda in the mid-1980s (...) The divergence of private economic interests from United States diplomatic policy was complicated by differences of opinion among American policymakers” (BENDER, 2016).

rather than ideology. France and Portugal maintained good relations with the MPLA-PT at the same time that they provided financial assistance for UNITA and allowed UNITA representatives to operate freely in their capitals. Portugal was Angola's leading trading partner throughout most of the 1980s, and Brazil, another Lusophone state, strengthened economic ties with Angola during this period”(BENDER, 2016).

⁵³ Em entrevista ao TV Zimbo (2016), o ex- Chefe dos serviços de inteligência militar da UNITA atual presidente da Covergênciá Âmpla de Salvação de Angola (CASA-CE), Dr. Abel Epalanga Chivukuvuku, testemunhou que nunca tinha sido de interesse o estabelecimento das relações entre Angola e os EUA, alias, o corpo diplomático encarregado pelo governo do MPLA, na tentativa de estabelecimento das relações com os EUA sofreu, bastante e das várias tentativas sempre houve fracasso da parte dos EUA.

De fato, as relações entre Angola e os EUA, tomariam um rumo relativamente acertado com o fim da Guerra Fria, momento em que induzia a Angola grandes contornos na sua agenda interna e externa, no âmbito interno, o país procedeu com a transição política saído do monopartidarismo ao pluripartidarismo. Posição essa, a qual sinalizou pela realização das primeiras eleições livres e democráticas em (1992) responsáveis na construção de uma Constituição Democrática, e os EUA sinaliza tal feito com o reconhecimento e estabelecimento das relações políticos diplomáticos oficiais, que até então se limitavam nas relações comerciais com empresas norteamericanas.

Na agenda externa, Angola procura cultivar relações internacionais mais consistentes pela diversificação de parcerias, chamando assim, os EUA na sua cena internacional com o qual estabelece uma parceria estratégica em 2010 no setor da energia e segurança, tal como afirmou Hilary Clinton a quando da sua visita e assinatura de tal parceria em Angola no mesmo ano que “O sector da energia está no centro das relações angolano-americanas (...) sublinhando a importância estratégica - deste - para a política de segurança energética dos EUA” (GINGA, 2014; SIMÃO, 2014).

As relações entre Angola e os EUA vem se concretizando principalmente nos setores de energia e segurança, tal como já aferido acima, e com isso, associada a preocupação em torno da estabilidade macroeconômica, Angola tem os EUA, como importante parceiro e fator impulsor tanto das parcerias de Angola no âmbito da sua política externa, quanto na diversificação de sua economia⁵⁴, importante ressalva e orientação que Angola pretende concretizar como recomendação mais importante de seus parceiros e acadêmicos (AMBRÓSIO, 2014).

Respectivamente, este objetivo é substancialmente compartilhado pelos EUA, que seus empresários têm vindo a ampliar suas oportunidades de negócios em toda região subsariana africana, tendo como ponto de partida em Angola, ou seja, para os EUA, durante os anos 2000 – 2009 Angola passou a ser dentre os parceiros cruciais

⁵⁴ Ambrósio (2014) acredita que o desenvolvimento de Angola se daria na diversificação de sua economia, o que não lhe tornaria tão vulnerável tal como se verifica sua atual dependência aos recursos petrolíferos. Da mesma forma, muitos parceiros como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional e demais parceiros bilaterais e multilaterais vocacionados, alertam a Angola pela diversificação de sua economia como fator relevante e inibidor de sua vulnerabilidade externa pela dependência de recursos petrolíferos.

para a inserção regional estadunidense na África Negra (JOSÉ, 2011; SIMÃO, 2014; GINAGA, 2014).

Formulada a parceria estratégica entre Angola e os EUA, desde o pós-conflito em (2002), os EUA, participou no plano da reconstrução nacional de Angola com o Programa Nacional de Remoção de Minas Terrestres⁵⁵, apoio técnico e financeiro na capacitação dos profissionais da saúde em Angola, que parcialmente tem vindo a contribuir para maior inclusão no Sistema da Saúde Pública do país e na redução da pobreza extrema.

Por outro, José (2011), Roque (2013) e Simão (2014), consideram que o protagonismo regional de Angola voltado em matérias de defesa, paz e segurança, tem despertado grandes interesses dos EUA, visto que os EUA, diante da Guerra ao terrorismo têm buscado parceiros importantes e convergentes na articulação conjunta dessa agenda, do qual os EUA contribuem no atual sistema de modernização das Forças Armadas Angolanas (FAA), condição essa, que os EUA esperam de Angola maior atuação e bloqueio de ações que instabilizam a segurança regional e internacional em geral.

Todavia, Nash (2007) *apud* Simão (2014, p.57), Angola (2015) e Chicoti (2016) advertem que, o estabelecimento da parceria estratégica entre Angola e os EUA, não ainda não deu passos largos, visto que, segundo Chicoti, enquanto Angola tenta acelerar os EUA abranda e vive-versa, ou seja, se avaliadas até ao momento, constata-se dinâmicas muito frouxas daquelas almejadas no acordo oficial, Nash *apud* Simão por sua vez enfatiza que:

“Tem faltado um processo efetivo de ambas as partes, e principalmente dos EUA, na construção de um relacionamento estratégico, com ações mais intensas com Angola, capaz de ajudar o país realizar o seu pleno potencial, tanto interno quanto no continente africano” (NASH *apud* SIMÃO, 2014).

⁵⁵ Muitos analistas acreditam a que a participação norte americana no processo da remoção de minas terrestres se constitui de grande relevância, considerando que todo sistema de reconstrução nacional dependia claramente desse processo e que até 2008, Angola se qualificava no país mais minado do mundo. Porém, outros tais como partidos da oposição angolana, alegam que a intenção dos EUA foi favorável, mas o governo angolano não conseguiu administrar da melhor forma o sistema de inclusão ao sistema da saúde pública de Angola, como previsto, ou seja, muitos críticos da oposição e boa parte da opinião pública alega pela incompetência da parte do governo em não poder gerenciar melhor os recursos provenientes de seus parceiros (SAMAKUVA, 2015; CHIVUKUVUKU, 2016).

De fato, o relacionamento de Angola e os EUA, se analisado afundo constata-se que ainda carece de muitos arranjos para se qualificar estratégico, embora denominado como tal por ambos, o fato é que tal parceria não acontece como citada, limitações nos fluxos comerciais e ausência efetiva de investimentos estadunidenses em Angola e a redução nos últimos anos das importações do petróleo angolano da parte dos EUA, tem declarado um abandono ou neutralização dessa parceria como sendo estratégica para ambos. Dizer que em ambos nunca faltou o interesse, mas sim faltam ações afirmativas que pudessem impulsionar e aprofundar tal parceria para que tal seja qualificada como sendo estratégica tanto para Angola como para os EUA.

Mesmo, em condições brandas e frouxas, Angola, nota-se que Angola tem pragmaticamente insistido na manutenção e aprofundamento de tais relações visto que, este tem tentado tirar o máximo proveito com os EUA, ou seja, segundo Simão (2014):

“Angola tem os EUA como seu interlocutor internacional indispensável pelo fato de ser um grande centro de poder mundial: Conselho de Segurança, influente do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio e da Organização do Tratado Norte Atlântico” (SIMÃO, 2014, p.57).

Muitos autores como Ferreira (1995), José (2011) e Simão (2014) argumentam que o estabelecimento das relações estratégicas entre ambos os países, fez do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, reduzirem suas políticas rígidas com relação Angola, situação que nunca havia ocorrido nos períodos anteriores aliás, sabe-se que desde então as relações entre Angola e essas organizações internacionais nunca foram boas, mas com o estabelecimento da parceria estratégica com os EUA, tal situação tem sido amenizada, com isso, houve maiores e melhores empréstimos com taxas muito reduzidas dessas organizações com relação a Angola e este tem sido convidado a assumir papéis de relevância na política regional, acompanhado de outras instituições internacionais especializadas⁵⁶.

Para Angola, essa condição lhe confere responsabilidade regional e respeitabilidade das *high politics* como condição necessária na promoção e restauração

⁵⁶ Nesse caso Angola tem participado de forma protagonista na região e de forma combinada às diversas instituições da ONU.

de sua imagem externa – país da prosperidade – outrora conhecida como país de violação generalizada dos direitos humanos diante da guerra civil angolana. Ainda sob respaldo dos EUA e da União Europeia, Angola conta com o apoio dos EUA, na manutenção e condução dos assuntos de defesa, paz e segurança na região dos grandes lagos africano. Para Angola, vale a pena manter sua parceria com os EUA e o país considera que sua relação tem vindo a melhorar se avaliada sua trajetória histórica e que sua condição privilegiada na África perante os EUA o faz entender a necessidade da continuidade da manutenção dessa parceria apesar da resistência da parte dos EUA.

De forma geral, a necessidade da manutenção nos moldes da parceria estratégica entre Angola e os EUA, deve-se pelo impacto que este têm vindo a conferir na manutenção de suas agendas extra e intrarregionais, ou seja, as relações bilaterais de Angola impactam de forma direta com as suas relações no âmbito regional da sua política externa, tal como analisou Simão (2014) que:

“O governo angolano tem procurado cada vez mais expandir a sua cooperação bilateral com as potências mundiais na busca de segurança. Se por um lado a Rússia é um parceiro fundamental para Angola em questões de defesa e segurança, especificamente para aquisição de equipamento militar, formação dos efectivos militares, os Estados Unidos têm ajudado esse país a se relançar no contexto das nações e garantindo a segurança do mesmo nos ciclos internacionais, uma vez que ele tem vários interesses identificado em Angola” (SIMÃO, 2014, p.58).

Ao final dessa análise, vale a pena ressaltar que a avaliação feita por diversos autores em torno da política externa angolana que qualificam os EUA dentre os principais parceiros estratégicos de Angola, esse estudo considera e afirma tal avaliação, mas ressalta que, apesar da existência oficial dessa parceria, ela ainda continua fraca pela falta de ações mais efetivas da parte dos EUA, ou seja, enquanto Angola vê, nos EUA como parceiro estratégico este por sua vez tem, Angola ainda como importante ator com qual podem vir ascender seus interesses a longo prazo.

3.1.4. Relações Angola e a República Popular da China

As relações entre Angola e a China são definidas na base do desenvolvimento e comércio, isto é, com o final do conflito civil em 2002, foi firmada a parceria estratégica entre ambos que, segundo Angola (2015) e Jovita (2016) este período, coincidi “com o lançamento da política expansionista chinesa na África e pelo mundo, em que o setor público e privado chinês busca incluir novos mercados na sua agenda” ao mesmo tempo em que “Angola combinava sua agenda pela diversificação de parcerias voltada a reconstrução e desenvolvimento nacional”.

Constatada a convergência de interesses múltiplos, em que a necessidade da matriz energética ao petróleo angolano, a China se vê candidato a altura para atender as demandas da parte angolana que buscava o financiamento da sua reconstrução e desenvolvimento conjuntural de suas infraestruturas totalmente devastadas pela guerra civil. Condição essa que Pascoal (2013), Ginga (2014) e Angola (2015) entendem que a oficialização e o aprofundamento dessas relações se deram na base das linhas créditos financeiros disponibilizados pelos bancos chineses, tanto para Angola como caso especial como para a África em geral, como observa Angola (2015) que:

“O Governo chinês estendeu oficialmente linhas de crédito à Angola através de vários dos seus bancos estatais de investimento. A primeira linha de crédito oficial chinesa para Angola data de 2002 (...) suportado pelo petróleo (...) assinado com o Exim Bank em 2004 (...) Este tipo de assistência financeira, assegurada pelo acesso chinês aos recursos naturais angolanos, traz amarrada a compra de bens e a participação de empreiteiros chineses. Outras importantes linhas de crédito chinesas para Angola foram canalizadas através do Fundo Internacional da China (CIF)” (ANGOLA, 2015).

A participação chinesa na reconstrução nacional de Angola tem se destacado na mais importante parceria em termo de desenvolvimento nacional firmado na política externa angolana. Definida como parceria estratégica multisectorial, a cooperação entre Angola e China tem trazido resultados efetivos no âmbito doméstico e intrarregional.

No âmbito doméstico, em contrato com o governo angolano, a China tem diversos projetos de construção civil em todo país que se destacam desde grandes complexos urbanos com casas de baixa, média e alto rendimento distribuídos em todo

território nacional num total de mais de 700 mil fogos habitacionais já construídos, onde o contrato prevê a construção de 1 milhão destes, num momento em que Angola vivia a maior a carência do mercado imobiliário e um acelerado crescimento econômico e populacional.

Em síntese, destacamos algumas centralidades e complexos urbanos na tabela a seguir contruidos no âmbito da linha de crédito Angola e China, entre (2008-2014), constituindo-se como exemplo de ganhos efetivos dessa cooperação, as quais podem qualificar em parceria estratégica.

Segundo a Imogestin⁵⁷ (2017), essas centralidades e complexos urbanos, estão distribuídos em quase todo país, onde Luanda tem maior e melhor apreciação em virtude do elevado índice populacional e a necessidade de sua requalificação.

Tabela 1: Projetos habitacionais beneficiantes da linha de Crédito Angola-China 2008-2014⁵⁸.

Nº	Complexo habitacional	Nº de aptos ou casas	Nº de habitantes	Província	Custo em milhões de US\$
1	Centralidade do Kilamba	20.002 aptos +392 ⁵⁹	120.000hab	Luanda	3.5 bilhões
2	Centralidade do Sequele	10.108 aptos +185 ⁶⁰	60.648 hab	Luanda	---
3	Centralidade do Zango 8000	8.000 casas e aptos	48.000hab	Luanda	----

⁵⁷ Empresa privada contratada pelo Estado Angolano responsável pela gestão e comercialização das habitações nas respectivas centralidades.

⁵⁸ Esses projetos são penas parte dos mais de 700 mil fogos habitacionais num contrato de 1 milhão destes por se construir e também vale ressaltar que a maioria destes complexos urbanos construídos com uma autonomia de cidades, ainda estão nas suas primeiras fases, o exemplo disso é a centralidade do Kilamba, Zango, Caála, Panguila.

⁵⁹ Sendo 342 lojas planejadas, 24 jardins/parques de infância, 9 escolas primárias, 8 secundárias, dois parques comunitários e 1 praça central e outras áreas de lazer e espaços destinados a investidores privados. Vale ressaltar ainda que esse projeto compreende três fases, quando concluído contará com 82 mil apartamentos e casas e 4 vezes o tamanho da população atual. Todos os apartamentos estão totalmente mobiliados.

⁶⁰ Sendo 178 lojas planejadas para comércio, 4 edifícios administrativos, mercado local, centro comercial e espaços para igrejas, 3 jardins de infância, uma escola primária e secundária, dois postos policiais e investimentos públicos e privados

Nº	Complexo habitacional	Nº de apartos ou casas	Nº de habitantes	Província	Custo em milhões de US\$
4	Centralidade do Dundo	5.000 ⁶¹ apartos e casas	30.000 hab	Lunda Norte	----
5	Centralidade do Lobito 3000	3.000 apartos e casas	18.000 hab	Benguela	---
6	Centralidade do Quiliemba	8.000 apartos e casas	48.000 hab	Huíla	----
7	Urbanização Vida Pacífica	2.464 apartos	16.700 hab.	Luanda	----
8	Urbanização KK5000	5.000 casas e apartos	30.000 hab.	Luanda	-----
9	Urbanização Capari	4.000 apartos	24.000hab	Luanda	----
10	Urbanização KM44 Bengo	2.248 apartos e casas	13.448hab	Bengo	-----
11	Urbanização Baía Farta	1.000 apartos	6.000 hab	Benguela	----
12	Urbanização Luhongo	2.000 apartos	12.000 hab	Benguela	-----
13	Urbanização Praia Amélia	2.000 apartos e casas	12.000 hab	Namibe	----

⁶¹ Segundo a Empresa responsável pela gestão das centralidades e urbanizações públicas, este foi projetado com 20 mil fogos sendo 5 mil concluídos restando outra parte, nesta primeira fase ainda acompanha 153 lojas planejadas, hospitais, creches e escolas, sendo assim o maior projeto habitacional desta província.

Nº	Complexo habitacional	Nº de apartamentos ou casas	Nº de habitantes	Província	Custo em milhões de US\$
14	Urbanização 4 de Abril	1.002 apartamentos e casas	6.012 hab	Cabinda	----
15	Centralidade de Lossambo	2.000 apartamentos e casas	12. hab	Huambo	250
16	Centralidade da Caála	4.000 apartamentos e casas	24.000 hab	Huambo	----
17	Centralidade do Bailundo	3.000	Huambo	----
18	Projeto Panguila	+12. 000 casas sociais	Não informado	Bengo	----

Fonte: IMOGESTIN, 2017.

Nzovo (2011), Pascoal (2013), Roque (2013), destacam que além desses projetos voltados para fins habitacionais, destacam-se ainda outros de grande impacto produtivo como é os casos ainda inúmeros projetos de desenvolvimento, é o caso das estradas nacionais Luanda-Soyo, a Ferrovia de Benguela, a Refinaria do Soyo, ou seja, como mais de 3 mil quilômetros de estradas ligando as capitais das províncias e das províncias com Luanda.

Essa informação em 2017, foi associada com a inclusão de mais de 2.200 quilômetros de estradas em todo o país, 470 mil ligações elétricas domiciliadas, segundo o Jornal Negócios (2017), os investimentos chineses têm disponibilizado desde 2002 mais de US\$15 bilhões⁶² de dólares em obras de reconstrução nacional de Angola, valor este que o governo angolano pretende duplicar nos próximos anos, tal como anunciada a construção da segunda maior hidrelétrica depois de Laúca, está avaliada em US\$4 bilhões de dólares americanos. Para muitos economistas tal como Ambrósio (2014) e argumentam que “esses investimentos, são de carácter salutar, vislumbrada a necessidade da diversificação da economia, isto é, a indústria angolana só poderá

⁶² Vale lembrar segundo o jornal OUL publicado no dia 22/10/ de 2007, a China já havia aplicado cerca de US\$ 7 bilhões de dólares em projetos referente e orientados pelo Gabinete de Reconstrução Nacional de Angola disponível em: «<http://economia.uol.com.br/ultnot/lusa/2007/10/22/ult3679u2532.jhtm>» acedido aos 03 de jun. 017.

alcançar um grau de competitividade a bom ritmo se contar com uma autosuficiência energética”.

Várias estão sendo e foram as obras de reconstrução nacional de Angola com grande impacto produtivo já terminadas e em execução, nas dinâmicas entre Luanda e Pequim, das quais ainda podemos destacar algumas delas como sendo:

A construção da Hidrelétrica de Caculo Cabaça no Rio Kwanza com capacidade de 2.171 *megawats* avaliado, em US\$ 4,532 bilhões de dólares edificado pela *China Gezhouba Group Corporation* e *Niara Holding*. (ANGOP, 2016; REDEANGOLA, 2016).

A reabilitação do Caminho de Ferro de Benguela que atravessa o país ligando Angola e a RDC, Zâmbia, Moçambique e Tanzânia com cerca de 1.345 Km em Angola inclui: 86 estações que se interligam a uma cidade aeroportuária do Luau à categoria de aeroporto internacional de Luau e a cidade portuária de Lobito que é um dos maiores portos da África Austral, essa combinação geoestratégica fez do Estado angolano desembolsar cerca de US\$1.3 bilhão de dólares incluindo os US\$500 milhões provenientes do financiamento da linha de crédito da China (ANGOLA, 2015; CFB, 2016).

Dentre várias obras, destacam-se ainda a construção do Hospital Geral de Luanda e a reabilitação de muitos outros em todo país, de Institutos Médios Politécnicos para estimular a formação de mão-de-obra qualificada a curto prazo, a Rodovia Luanda-Soyo com mais de 400 Km incluindo toda infraestrutura, Luanda-Uíge, ou seja, durante 2004-2012) as empresas chinesas transformavam Angola num verdade canteiro de obra.

Ainda dentro da linha de Crédito da China foram beneficiadas as obras de construção dos Estádios que acolheram a Copa Africana das Nações (CAN-2010) com: Estádio Nacional 11 do Novembro com capacidade para 50 mil pessoas e toda sua infraestrutura incluindo a reabilitação do aeroporto Internacional de Luanda, o Estádio Nacional da Tundavala com capacidade para 20 mil, e seu respetivo aeroporto Internacional da Mukanka na Huíla, Estádio Nacional da Ombaka e a construção do aeroporto Internacional da Catumbela⁶³ em Benguela e o Estádio Nacional do Chiazi e o aeroporto Internacional de Cabinda em Cabinda (MINTRANS⁶⁴, 2014).

⁶³ Vale ressaltar que parte da construção desse aeroporto teve o financiamento de US\$110 milhões pela BNDS.

⁶⁴ Abrevetura designando o Ministério dos Transportes de Angola.

Nessa parceria estratégica destacam-se ainda a construção do aeroporto internacional de Luanda sendo o maior do país e o segundo maior de África, que irá constar na placa giratória da navegação internacional, avaliado em US\$3,8 bilhões de dólares sob-responsabilidade da *China International Fund Limited (CIF)*, de acordo com o Jornal *Redeangola*⁶⁵, associada a toda infraestrutura de apoio, o “ novo aeroporto de Luanda foi estimado em US\$6,3 bilhões de dólares” (REDANGOLA, 2016).

Para muitos analistas, entendem que, as novas dinâmicas entre Angola e China, nem sempre foram conduzidas nessa fluidez, visto que Pautasso (2011, p.111) observa que “O relacionamento da China com Angola foi muito instável por multiplas razões [...] o comportamento errático da política externa chinesa fez com que o reconhecimento da diplomacia angolana ocorresse apenas em 1983” para o autor esse contexto reduzia a qualidade da parceria entre ambos, mas que as conjunturas dos anos 2000 reverteriam essa cooperação para uma cooperação mais eficaz.

Tal como enfatiza Ribeiro (2010, p.27) que “esses elementos permitiram que ao final do “século XX, as relações se transformassem num grande salto entre os anos de 1992 a 2008, no qual a China importou de Angola, superando a média, maior que a de 100% em relação aos demais países africanos” essa relação ainda é acrescentada por MIDIC (2014) *apud* Gordoni e Ciribelli (2016) quando analisam o crescimento dado por Angola do qual é fruto da sua atual política externa combinado pelo relacionamento com seus parceiros que:

“Nos últimos anos as exportações angolanas registraram expansão de 189%, passando de US\$ 22,1 bilhões em 2005, para alcançar o nível de US\$ 63,7 bilhões em 2014, gerando elevadas taxas de crescimento para a economia angolana, devido à expansão do setor petrolífero e a retomada de atividades econômicas interrompidas ao longo de 40 anos de conflitos armados” (MIDIC, 2014 *apud* GORDONI; CIRIBELLI, 2016, p.212)

⁶⁵ Disponível em: « <http://www.redeangola.info/custo-do-novo-aeroporto-de-luanda-ja-vai-nos-usd-63-mil-milhoes/>» acesso aos 17. Jun.017.

A constatação, vislumbrada nesse *item* em relação ao estudo, atenta que apesar de inicialmente constituirem-se em relações bilaterais frouxas e ambivalentes, entre Angola e a República Popular da China, em razão dos apoios militares e logísticos que a China concedia a UNITA, no período independência e Guerra Civil angolana em contraposição ao MPLA. Atualmente muitos autores afirmam como sendo a melhor parceria já confirmada por Angola e pela China na África, tal como o mesmo considera Angola como sendo “um dos modelos de cooperação da sua política externa com a África mais eficaz”, isto é, independente de elementos ideológicos (JOVITA, 2015; CHICOTI, 2016).

Vários são os elementos para qualificar a parceria entre Angola e China como sendo “estratégica” até aos dias atuais, não só como confirmada a troca de visitas dos chefes de Estado de *Xi Jinping* (2010) e de José Eduardo dos Santos (1988, 1998, 2008 e 2015), mas sim, toda conjuntura que de fato tem assumido resultados de um trabalho árduo prestado tanto do lado angolano como chinês (RIBEIRO, 2010, p. 27; PASCOAL, 2013; SIMÃO, 2014; GINGA, 2014).

Segundo Ambrósio (2014), Angola (2015) e Jovita (2016) a rejeição da ajuda financeira pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional no pós-conflito civil, adensado pelas questões históricas de relacionamento entre Angola e das organizações internacionais em causa, fez dos *policymakers* se utilizarem de outros meios que pudessem resolver a relação lastimável em que o país se encontrava, tal qual segundo Chicoti (2016) “a China por sua vez passou a assumir o papel que essas instituições procederiam ao caso angolano em seu momento mais difícil”

De fato, o petróleo se tornou o instrumento viável da política externa angolana, que ao canalizar grandes volumes de financiamentos já negociados em sua história, o novo cenário relançaria o país em todos os setores, ou seja, o dinheiro do petróleo resolveu o problema de Angola no pós-Guerra civil.

Conde (2009) *apud* Simão (2014) por sua vez observa que:

“O Governo angolano tentou organizar uma conferência dos países doadores para ajudar a situação humanitária e a reconstrução nacional (...) esta actividade não se realizou devido as divergências que o Governo angolano teve com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Por um lado, o FMI subordina o seu apoio à existência de um programa negociado que lhe garanta um ano de bom desempenho e a

sua supervisão das finanças de Angola. Por outro lado, o Governo de Angola resguarda-se das exigências do FMI de transparência, boa governação e reformas estruturais” (SIMÃO, 2014, p.50).

Ainda segundo o mesmo autor, enfatiza que:

“Essa divergência gerou consequências graves para Angola, pois os países ocidentais e os doadores internacionais interpretaram o conflito como uma falta de intenção do Governo em assumir e cumprir compromissos para a implementação de políticas macroeconómicas necessárias às reformas estruturais, assim retraíram-se na oferta de assistência destinada à recuperação das infraestruturas angolanas” (SIMÃO, p.50).

De fato, a imagem de Angola no contexto internacional nunca esteve tão, boa desde sua independência, o que dificultava sua inserção tanto extra quanto intrarregional, tal como observa Ambrósio que “a sociedade internacional, olhava para Angola com péssimos olhos” devido a sua má reputação no sistema internacional enfatizada “nos diversos relatórios de Organizações Internacionais, que atuavam em Angola ressaltando situações de elevadíssima corrupção, desrespeito aos direitos humanos e pobreza extrema” (AMBRÓSIO, 2014; SIMÃO, 2014).

Perante a conjuntura, os *policymakers* angolanos buscavam como preocupação maior uma transição política doméstica e um pós-conflito (2002) menos vulnerável e mais consistente na restauração da imagem externa de Angola, como fator indispensável na sua projeção regional e extrarregional combinada a ela os interesses chineses ao petróleo angolano foram a jogada em que não poderiam deixar de lado.

De fato, é inegável o impacto estratégico da cooperação Angola-China, mas ainda assim, muitas são as críticas concernentes Samakuva (2016), por exemplo, considera que “o relacionamento de Angola e China é muito desigual, visto que muitos fatores foram deixados de lado e que os chineses não respeitam os angolanos como deveriam”.

Nzovo (2011), por exemplo, é outro que ressalta a importância de tal cooperação, mas adverte muitas situações com as quais entende como sendo falhas resultantes da própria, cooperação visto que:

“A falta de fiscalização trabalhista coloca a mão-de-obra angolana e chinesa em situação de exploração, constatada elevada jornada de trabalho (...) choques culturais em ambos os lados, informalidade nos negócios e falta de higiene (...) ainda nessa senda colocam-se a má qualidade de muitas obras construídas principalmente das casas sociais” (NZOVO, 2011, p.829).

A relação de conflitos é natural, segundo Farias (2013), o autor entende que o estabelecimento de parcerias estratégicas não inibe os conflitos, muito pelo contrário, eles existem, mas são solucionados institucionalmente.

Avaliando as relações entre Angola e China com base nos pressupostos teóricos apresentados por Lessa e Oliveira (2013) e Farias (2013), é plausível qualificar a parceria entre ambos como sendo estratégica, definido nos termos da cooperação para o desenvolvimento de Angola e das relações comerciais da China. É de fato salientar que apesar de várias críticas apontadas às relações Angola e China, o fato é que até ao momento a China é ainda o maior parceiro de Angola e Angola o maior fornecedor de petróleo à China, constituindo-se como fator relevante e exemplo nas relações de cooperação Sul-Sul vislumbrados com sucesso.

3.2. Relações Intrarregionais de Angola

A diversificação de parcerias na política externa angolana no contexto intrarregional africano, se confina âmbitos: bilateral⁶⁶ e multilateral⁶⁷. Porém, se avaliada afundo, constata-se que Angola tem buscado aprofundar melhor sua integração regional sob perspectiva multilateral com ênfase na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), onde também tem promovido de forma

⁶⁶ Ao contrário no acontece do país consolidar relações bilaterais no contexto extrarregional bem mais consistentes, no âmbito intrarregional Angola, tem se limitado por diversas razões, sendo uma delas é que a maioria dos países africanos dependem das divisas suportadas pelas exportações de matérias-prima e não só, muito deles não possuem grandes indústria transformadoras de grande relevância, e mais para Angola, tais relações são menos consistentes pela instabilidade regional, ou seja, muito desses países estão envolvidos com problemas que coloca em causa o complexo de segurança regional e do país em si.

⁶⁷ A opção de Angola por uma integração multilateral, segundo *policymakers*, te a ver com uma questão de segurançavista que os processos de integração regional no continente ainda apresentam muitos desafios: ausência de infraestruturas, desemprego, crises económicas galopantes que registram as profundas assimetrias regionais, descredibilidade das instituições, etc (ALMEIDA, 2011; SAVITE, 2014; SIMÃO, 2014, AMBRÓSIO, 2014).

pragmática a cooperação bilateral com a: África do Sul, Namíbia e República Democrática do Congo (RDC).

De fato, a literatura em torno do assunto vem apontando pelo protagonismo de angolano como fator relevante das relações intrarregionais africanas, tal como observa Grilo (2009) que:

“Angola surge aos olhos da comunidade africana e internacional como uma das mais proeminentes potências regionais no continente, que se reflete numa projeção de potência regional de cunho militar, na África Austral e Central entre (1975-1980) suportada políticamente pela ex-URSS e com as transformações verificadas nas RIIs a partir dos anos (1990), passa a conviver numa nova encruziliada com inerência na África Subsariana sobretudo numa perspectiva político-diplomático e militar” (GRILLO, 2009, p.1).

A mesma, foi feita por Ferreira (2005) e Roque (2013) ao apontarem que tal protagonismo, é suportado por uma combinação multifatores – onde uma delas se devia “a crescente procura do petróleo, do diamante, o crescimento econômico acelerado e o fim da guerra civil em 2002”- que lhe vinha lhe conferido condições a candidatura de potência regional⁶⁸ em temas de políticas de defesa e segurança⁶⁹, para isso:

“Angola passa por um momento de esfusiente crescimento económico, alicerçado sobretudo pela produção de petróleo (...) muitos são os recursos disponíveis (...) se no passado a etnicidade era reveladora de posicionamento partidário, e alinhava com facções em disputa pelo poder, hoje a realidade assim não o

⁶⁸ Muitos autores ainda afirmam que do ponto de vista formal, essa posição ainda é reservada para África do Sul e parcialmente a Nigéria, outros apontam que apesar da qualificação formal, não se descartar a possibilidade de Angola buscar sua candidatura na liderança regional, tendo em vista ao seu protagonismo em diversos temas de interesse regional principalmente referente na defesa de paz, segurança regional e integração económica e infraestrutural regional.

⁶⁹ Vale ressaltar que nesse âmbito Angola já é potência militar regional, graças aos efetivos militares disponíveis, a natureza moderna de determinados equipamentos que detém, a larga experiência dos 27 anos de guerra civil e a participação em alguns conflitos militares e operações de paz na região e em países vizinhos, e não só, Angola é hoje um importante parceiro para os países africanos, tido como centro de apoio e consulta, das questões geopolíticas na estabilidade da região (SIMÃO, 2014, p.65).

aparenta (...) militarmente, as suas forças armadas têm um peso e valor notório na região, quer pela sua experiência, equipamentos e até organização” (GRILLO, 2009, p.18).

Santos (2004) por sua vez já havia feito a mesma avaliação quando observou que “Angola tem condições para se transformar numa das potências hegemónicas da África Austral, e até poderá alcançar o predomínio da região”.

Nesse estudo, entendemos que as motivações políticas e militares de Angola em prol da sua afirmação regional se coloca de forma clara e objetiva, isto é, o primiro está em se resguardar das consequências históricas da Guerra Fria que promoveu a guerra civil e as invasões sul africanas e zairense (atual RDC) e por outro lado está sua competição África do Sul em estabelecer o domínio regional em matérias de defesa, paz e segurança, tal qual a África do Sul vê Angola como seu maior concorrente na liderança regional, e vice-versa, pese embora, o fato é que a África do Sul é o líder regional em diversos assuntos (GRILLO, 2009; SIMÃO, 2014; CASTELLANO DA SILVA, 2016).

Mas essa situação é ainda desafiadora, para Angola, visto que não bastará o desejo pelo protagonismo regional, mas sim para tal, Grilo (2009) adverte que “Angola precisará resolver seus problemas sociais resultantes de longas décadas de conflito e reunir recursos humanos, financeiros permanentes e parceiros regionais que o reconheçam como tal”, ademais, o autor acrescenta que, “caso pretenda assumir um protagonismo regional consistente, não basta à capacidade militar (...) associados a estes, colocam-se outros pressupostos inerentes na sua ação diplomática”.

Simão (2014) por sua vez ao analisar o protagonismo regional angolano com base nas relações bilaterais adverte que:

“Reconhece-se que Angola mantém uma cooperação bilateral privilegiada com alguns países da SADC, concretamente a África do Sul, a Namíbia, a Zâmbia e a República Democrática do Congo. Mas isto não acarreta prejuízo às boas relações com os demais países da região, porque Angola é uma nação consciente das potencialidades da guerra moderna, daí que a paz é para ela a meta moderna das suas políticas externas” (SIMÃO, 2014, p.64).

É importante salientar que, as relações bilaterais de Angola no âmbito extraregional impactam muito sua projeção regional e extraregional. O exemplo disso são suas relações multilaterais, no contexto regional, de onde se destaca na “cooperação técnica militar, equipamento e assistência médica”⁷⁰ em matérias de paz, defesa e segurança e no âmbito bilateral, e de forma pouco acertiva as atuais relações comerciais e políticas com a África do Sul, com a RDC e a Namíbia (LUZ; MATIAS, 2013; CHICOTI, 2016; LOURENÇO, 2016).

Tal como já analisado no capítulo anterior que, o conturbado contexto doméstico, intra e extraregional enfatizado pela competição bipolar, os protestos do Movimento dos Não-Alinhados por não tornar recipiente o mundo bipolar, alegando-o de não contemplar os interesses dos novos Estados independentes na África e Ásia, colocou a independência de Angola, na mira da compreensão da política militar intra-regional envolvendo um jogo multi-atores conduzida pela lógica de um lado “ideológico” (Guerra Fria), ou seja, a África subsariana passa a ser o palco efetivo na corrida ideológica bipolar que se traduziu em violência militar generalizada que se sustentava na base de conflitos civis e não só.

Considerando que a política externa de um determinado país, é muitas vezes condicionada pelos seus contextos internacional e/ou doméstico, tendo em conta sua posição e meios dos quais esse se dispõe a fim de se manter no jogo diplomático que se encontra, com isso, Maior (2009) *apud* Grilo (2009, p.19) adevetem que, diante dessa conjuntura, na maioria dos países tentam manter sua política externa linear, ou ajustada, tal como observa Sposito (2016) e Putnam (2010) que “a mudança e redirecionamentos em política externa se dão tanto pela combinação de *input* (de dentro para fora) e *output* (de fora para dentro), ou seja, elementos sistêmicos e domésticos tendem a definir e condicionar a política externa”, o que não seria diferente para Angola, em buscar ajustar sua política externa de acordo com as relações que mais afetam suas relações interna e externa.

Segundo José (2011, p.18) e Simão (2014, p.64) a permanente situação de instabilidade regional, “faz com que para sua própria segurança, Angola busque de forma permanente concertações com as referidas nações visando a adopção de medidas

⁷⁰ Discurso proferido pelo Ministro da Defesa Nacional General João Lourenço, no âmbito das comemorações do 25º aniversário das Forças Armadas Angolanas (FAA), disponível In: Cartilha Informativa da Embaixada da República de Angola na República Federativa do Brasil: Forças Armadas Angolanas, 25 anos garantindo a paz e estabilidade nacional. Brasília. 2016.

conjuntas na preservação da paz e estabilidade regional”. Para Angola, não tem como se manter potência regional enquanto a mesma continuar numa situação de permanência instabilidade, militar. É nesses pressupostos que Angola vem construindo suas bases de política externa para África como condição indispensável do seu reconhecimento regional e usufruir respeitabilidade das *High Politics*.

Para isso, Angola tem viabilizado a construção de um protagonismo regional africano especialmente na Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC), em que, os recursos financeiros condicionados pelas exportações de petróleo, vem lhe conferindo maior margem de manobras na construção e manutenção de sua presença na União Africana, Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC), Conférence Internationale sur la Région des Grands Lacs (CIRLG)⁷¹, Comissão do Golfo da Guiné (CGG)⁷² e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)⁷³.

A atuação angolana em específico na SADC, Simão (2014) entende que não há divergência da sua candidatura na liderança regional não diverge aos atuais objetivos da África do Sul, enquanto atual líder regional, isto porque “no universo das RIs o que

⁷¹ As ações político - diplomáticos e militares combinados com outros parceiros da região majoritariamente conduzidos por Angola, na pacificação e resolução de conflitos nessa região, tem relançado o país de maneira mais propulsiva na mediação, construção da paz, assistência técnica militar (policimento) e humanitária, principalmente com a República Democrática do Congo desde a década dos anos (1990) e a República Centro Africana nos últimos anos, o empenho angolano para RDC ficou reservado mais em diante de onde abordaremos com especificidade e pontual sobre as relações de ambos os lados.

⁷² Segundo Simão (2014, p.71) “o Golfo da Guiné tem uma grande importância geoestratégica para a política externa de Angola. É só olharmos para a capacidade de influência que este país joga no seio da SADC, da CEEAC, adicionando mais o Golfo da Guiné, consegue ter ligações com quase todas as regiões de África. Essa estratégia, tem permitido o país alcançar uma posição de destaque no continente africano (...) Apesar de existir outras potências continentais, como a Nigéria e a África do Sul, Angola tem procurado ganhar o seu espaço e aliados de forma pacífica”.

⁷³ A comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP) tem Angola dentre os seus principais e mais importante parceiros africanos, em matérias de paz, segurança, e de caráter similar. A prova da atuação propulsiva angolana, nesse contexto, se deu no âmbito do processo da pacificação e reconciliação das crises que têm vindo a desestabilizar na Guiné-Bissau, no qual Angola prestou uma ação bem sucedida, pese embora não viesse a durar por muito tempo, processo esse que se deflagrou pela própria Guiné-Bissau, justificado por questões de ordem interna das quais não lhe conferia a ingerência em assuntos políticos daquele país. Angola é ainda, um dos parceiros estratégicos de São Tomé e Príncipe, com qual mantém linha de crédito, assistência técnica, cultural e humanitária, que desde o fim da guerra civil angolana em 2002, foram assinados vários acordos multisectoriais, ou seja, para esse país Angola é um parceiro de Alto nível, o mesmo se procede para Cabo Verde onde Angola marca presença por iniciativas do setor empresarial angolano destacando as telecomunicações, energia, e turismo , com isso, Angola tem se tornado a maior diáspora entre os PALOP (SANTOS, 2013; CHICOTI, 2016).

importa não é a liderança, mas sim a forma como ela é exercida” tal qual Angola tem colocado seus interesses com clareza⁷⁴, não as conduz de forma isolada, mas sim combinando-os aos demais membros como respeito aos princípios e normas que regem a SADC.

Com base no argumento do Chicoti (2016), de que a inserção angolana na África está mais voltada por mais pragmáticos do que afinidade ideológica, mais cooperação multilateral, Angola sinaliza pouca prioridade na construção de parcerias biilaterais consistentes no âmbito regional. Embora Trindade (2006) e Simão (2014) advertem-nos que “os países aderem às organizações por questões estratégicas nacionais e/ou regionais”, o caso de Angola, tem a SADC por fins militares e políticas e a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), como finalidade de isolar os grupos rebeldes que desenvolviam ações que desestabilizavam Angola e se instalavam nesses países como pontos de refúgio, e outro fator relevante a estes se coloca o reconhecimento angolano por maior número possível para sua candidatura na liderança regional.

Costreiras (2012) *apud* Simão (2014, p.67) constata que fragilidade a desta organização em não proceder a intervenções eficientes em diversos conflitos que assolam os países da região buscava-se a necessidade de uma liderança indispensável do qual Angola tem servido de interlocutor decisivo na estabilização da paz nesta região, o seu maior exemplo se destacou no apoio permanente a resolução dos conflitos na Região dos Grande Lagos Africanos com ênfase para RDC, Zimbábue, Guiné-Bissau, Líbia, Egito, Tunísia, e sua atenção na crise eleitoral da Costa do Marfim.

Com base a análise feita em torno do assunto, destaca-se a relevância da participação angolana em arranjos regionais, principalmente na SADC e no CEEAC, onde se protagoniza em termos de liderança dessas regiões, motivada por questões militares (defesa e segurança) e política (estabilidade e integração regional), ou seja, sua relevância não se restringe pelo protagonismo, mas sim, constata-se que até finais de (2014) Angola tinha o reconhecimento e aceitação da maioria dos países membros destas organizações regionais.

⁷⁴ Freire (2011) *apud* Simão (2014, p.72) destaca que “a luz do continente africano, a política externa angolana tem sido pautada pela promoção do desenvolvimento e estabilidade política no continente, com o intuito de consolidar uma arquitectura de paz africana (...)É com base nesta estratégia que Angola se tem afirmado a nível continental (...) a União Africana conta com pelo menos com seis potências capazes de estender a sua acção estabilizadora a todo continente, entre elas se destacam a África do Sul, Angola, Egito, a Líbia, a Nigéria e o Quénia”.

3.3- Considerações parciais do capítulo

O esforço foi de verificar em que medida se devem qualificar as relações estabelecidas entre Angola, Brasil, Rússia, EUA e China como sendo parceiras estratégicas e como estes impactam nas relações extra e intrarregionais de Angola.

A partir de duas seções, a primeira faz uma ampla revisão bibliográfica em torno do uso correto do termo “parceria estratégica” destaca quatro principais parceiros de Angola e qualifica suas relações no âmbito bilateral extrarregional.

O estudo ainda assegura que, o protagonismo abarcado na política externa angolana nos últimos anos, se deve pela necessidade de se afirmar internacionalmente responsável e respeitável e atender as demandas da sua agenda doméstica voltada para a reconstrução nacional e restauração, com o qual, diante do processo de diversificação de parcerias, privilegiou uns e chamou a todos na sua cena.

De fato, é com base nas parcerias bilaterais que Angola vem buscando respaldo/suprimento para manter sua agenda doméstica e seu protagonismo regional, suportado pelos recursos petrolíferos os quais passam a jogar um papel de extrema relevância no âmbito da política externa angolana.

A segunda seção analisa e destaca a inserção intrarregional angolana no contexto africano. Com base na análise em torno do assunto, o estudo constatou que Angola privilegia uma inserção regional mais voltada para questões multilaterais do que bilaterais, visto que muitos analistas e políticos angolanos consideram a região africana muito vulnerável em termos de segurança e na manutenção da agenda comercial e política. Mas diante desses esforços, Angola mantém uma cooperação bilateral restrita com a África do Sul, RDC, Namíbia e Zâmbia. Além desses no âmbito multilateral constata-se uma atuação mais acertiva no contexto da SADC e da CEEAC, e essas regiões, têm qualificado e conferido o atual protagonismo de Angola na África.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame e a análise em torno das características que permitem identificar Angola enquanto proeminente das relações internacionais nos contextos extra e intrarregional africano nos últimos 41 anos de sua independência (1975-2016), se qualificam exatamente na transformação da capacidade propositiva da sua política externa.

A pretensão de se avançar os entendimentos sobre a política externa angolana, a partir de uma nova perspectiva e com potencial de empoderamento e reconhecimento dos esforços de Angola para se inserir no cenário internacional, possui não apenas relevância científica, mas também social. Considerando que, após um longo período de isolamento acadêmico angolano, dadas as circunstâncias sistêmicas e domésticas conturbadas neste caso, esse estudo se soma a outros tantos desenvolvidos pela juventude angolana que anseia pelo desenvolvimento humano pautado na educação.

A análise mais específica na identificação de quais elementos nos permite avaliar a atual inserção internacional angolana, ao longo desse trabalho, constatamos uma relação permanente e explícita das Guerras Fria e Civil como elementos decisivos dos direcionamentos e práticas que moldaram as bases da atual política externa angolana e uma inserção internacional mais sólida.

Com a finalização desses conflitos, estavam os efeitos da globalização que a partir dos anos 1990, impulsionariam novas dinâmicas e oportunidades para Angola, uma delas se dá no âmbito da “diplomacia econômica” revelada pela diversificação de parcerias bilaterais extrarregionais e condicionada pelas exportações de recursos naturais – o petróleo e diamantes - a “diplomacia securitária” qualificada pela instauração de suas instituições de segurança domésticas “ as Forças Armadas Angolanas (FAA) e da polícia nacional e de outros serviços de inteligência, como também relevância do seu protagonismo intrarregional, na condução dos assuntos de defesa, paz e segurança em específico para Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC), de onde a presença de Angola se contava como decisiva na mediação dos conflitos através da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos Africanos e para Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEAAC).

O intuito de garantir o cumprimento dos objetivos desse trabalho e a necessidade de atender o nosso problema de pesquisa de como Angola formulou seus interesses estratégicos ao longo desses períodos e conjunturas, dos quais a maioria dos estudos

anteriores caracterizam Angola enquanto apenas principal receptor do que propositor de política externa e partindo do argumento central desse trabalho de que Angola desde de sua independência possui elementos específicos que o caracterizam enquanto proeminente das relações internacionais, esse trabalho se estruturou em três capítulos onde.

A contextualização do primeiro capítulo constata que, para compreender e analisar os estudos da política externa angolana é relevante examinar com profundidade suas dinâmicas geopolíticas e estratégicas, tal qual seus contextos político e histórico-social de que este esteve envolvida, do qual se destacam a influência dos elementos sistêmicos e domésticos revelados pelos conflitos (Guerras Fria e Civil), aos processos globalizantes no pós-guerras Fria e Civil (Crescimento econômico e estabilidade institucional).

No segundo capítulo, elaboramos e analisamos dois modelos que contemplam os possíveis direcionamentos externos de Angola nesses períodos dos 41 anos de sua independência. A intenção de se trabalhar apresentar esses modelos se justifica por nos permitir melhor compreensão e servir de elemento-chave na compreensão tanto da ação externa Angola, como também forma de organizar nosso raciocínio.

Em linhas gerais, o primeiro período que vai de (1975-1991) se caracteriza pelos “limites de autonomia”, isto é, os condicionamentos dos contextos Guerras Fria e Civil tornaram sua política externa mais isolada durante esse período, tendo se confinado apenas a defesa e manutenção da soberania e integridade territorial, ou seja, seus esforços ao protagonismo regional embora desejado, seus contextos sistêmicos e domésticos condionavam sua expansão e efetivação.

Ao contrário do primeiro, no segundo período durante os (1992-2016), a política externa angolana se caracterizou com um “pragmatismo propositivo” condicionado pelo fim das Guerras Fria e Civil e aos processos de globalização - com a inclusão de novos atores, temas e agendas – associados se destaca ainda o acelerado crescimento econômico condicionado pelas exportações do petróleo e outros elementos de base tais como os processos da reconstrução nacional e da restauração da imagem externa de Angola em todos os seus âmbitos.

Esse estudo por sua vez, constatou que, para responder aos objetivos vislumbrados em sua política externa, Angola privilegiou as parcerias bilaterais

estratégicas e aumentou sua presença em fóruns multilaterais⁷⁵, dos quais nesse estudo destaca o papel do Brasil Rússia, dos EUA e da China nesse período.

Finalmente, o terceiro capítulo buscou qualificar os processos e as dinâmicas das quatro (4) parcerias bilaterais de Angola destacados nesse estudo no âmbito extrarregional, tendo-se como respaldo com base na revisão teórica em torno do assunto que nos conferiu subsídios que nos permitiram melhor avaliação de quais parcerias bilaterais extrarregionais dentre as quatro que o estudo destaca continuava na condição de parceiros estratégicos de Angola.

O exame em torno do assunto constatou que os processos da tentativa da construção das parcerias bilaterais entre Angola e Brasil, registraram avanços durante (2004-2008), com algumas possíveis abrandamentos em seus fluxos comerciais e nas relações políticos e diplomáticos, mas que essa retomada se dá uma pequena ênfase político-diplomática entre (2011-2014) e que as relações mantidas atualmente se constituem menos consistentes se comparados aos momentos anteriores.

Essa relação também não se difere com relação aos EUA, que mesmo tendo-se oficialmente assinada a parceria estratégica entre ambos, sua relevância se consolida mais para Angola do que ao contrário, as tentativas no estabelecimento que se registram entre os avanços e recuos para ambos têm cada vez deixado a desejar, que tal parceria seja qualificada como sendo “estratégica”.

No entanto, esse estudo constatou que, a pouca atenção merecida nos últimos anos na manutenção consistente, das parcerias bilaterais entre Angola, Brasil e os EUA, nos permite qualificá-las como não mais sendo estratégicas, ou seja, estes tiveram uma relevância no âmbito da diversificação de parcerias e da reconstrução nacional de Angola, mas que os anos seguintes o deixaram em condição de abandono, desqualificando-os deste modo como parceiros estratégicos de Angola.

Ainda nessa seção, constatou-se que a relevância e a influência russa e chinesa nas atuais relações internacionais angolanas, tem se confinado como sendo dentre os poucos parceiros bilaterais das quais Angola pode contar como sendo estratégicos, condição essa que não invalida nem menospreza suas relações bilaterais com outros parceiros nas mesmas condições, mas sim, por enfatizar e se destacarem implicando e condicionando as relações internacionais de Angola tanto dentro como fora da região.

⁷⁵ Com destaque para SADC, CEAAC, UA, CPLP, OPEP e PALOP.

Nesse capítulo, também avaliamos o protagonismo angolano no âmbito intraregional africano, com isso, constatamos, que ao mesmo tempo que Angola, busca políticas de responsabilidade regional Africana, seus maiores parceiros se encontram fora dela, e que Angola se utiliza das parcerias bilaterais estratégicas extrarregionais, como condição indispensável na manutenção de suas agendas domésticas e externas.

Dessa forma, apresentamos as considerações dessa Dissertação, as quais se espera sejam contribuições à recente produção bibliográfica no assunto à luz dos contornos e especificidades de Angola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIDOO, Richard. **China and Angola: The True Dynamic Duo in Sino-Africa Relations.** Africa, Asia Pacific, News & Analysis. Jun 20, 2013.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Bases conceituais de uma política externa nacional.** Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI. Brasília. Nov. 2008.
- ALMEIDA, Eugênio da Costa. **Angola: potência regional em emergência.** Lisboa. Colibri. 2011.
- ALVES, Ana Cristina; ARKHANGELSKAYA, Alexandra e SHUBIN, Vladimir. **Russia and Angola: The Rebirth of a Strategic Partnership? OCCASIONAL PAPER NO 154 (2013).**
- AMBRÓSIO, Heitor Simão Afonso. **Desenvolvimento econômico, integração comercial e desigualdades regionais: Angola no contexto da África Austral.** 2014. 226 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2014.
- ANGOLA. Ministério das Relações Exteriores. Diplomacia Angolana no Período pós Independência. Disponível em:<<http://www.mirex.gov.ao/Institucionais/Historico.aspx>>. Acesso em: 23 de jul de 2015, revisitado aos 15 de set de 2016.
- _____. **Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017.** Disponível em: «www.governo.gov.ao/download.aspx?id=1264&tipo=publicacao» acesso aos 23 de nov. 2015.
- ANGOP. **Relações Bilaterais Angola e Rússia.** Agência Angola Press. Luanda. Acesso aos 24 de jul. 2015 e revisitado aos 29 de out. 2016.
- ATLAS DE ANGOLA. Ministério da Educação. Lobito. 2013.
- BANCO MUNDIAL. Relatório África e Regiões. 2013.
- BENDER, Gerald J. **The Role of Congress in the Development of a Responsible American Policy Toward Angola.** Disponível em: «<https://www.cambridge.org/core/journals/african-issues/article/the-role-of-congress-in-the-development-of-a-responsible-american-policy-toward-angola/13CE04A4F14CB1899971A65FA8F14B22>» Acesso em: 26. mar. 017.
- BRASIL. República de Angola. Disponível em: « <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4817-republica-de-angola>» acesso aos 12.dez.2016.
- CAMPOS, Indira; VINES, Alex. **Angola and China a Pragmatic Partnership.** Center for Strategic and International Studies. Whashington, DC. 2008.
- CARVALHO, António Luvualu de e Agualusa: frente a frente debate. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=Wtff9OV1MIY>>. Acesso em: 27 de dezembro de 2016.
- _____. Debate na RTP - João Soares e António Luvualo De Carvalho na íntegra

<https://www.youtube.com/watch?v=y00-wem-ams>

LRCA. Lei de Revisão Constitucional de Angola 1992. Disponível em: «<http://www.ucp.pt/site/resources/documents/IEP/LusoForum/Constituicao%20angola.pdf>» Acesso em: 29 de dez. 2015.

CASTELLANO DA SILVA, Igor. Explaining Co-operation and Conflict in Southern Africa: State-building, Foreign Policy and Regional Order. Contexto Internacional. vol. 38(2) May/Aug 2016.

CFB. Caminho de Ferro de Benguela (Angola). Benguela. 2016.

COSME, Nelson Manuel. **O sentido do reconhecimento da independência de Angola pelo Brasil.** In: Quarenta anos das relações Brasil-Angola: documentos e depoimentos / MOREIRA LIMA, Sérgio Eduardo, SANTOS, Luís Cláudio Villafaña G. (orgs). – Brasília: FUNAG. 2015.

_____. 6º Encontro da Comunidade Angolana em Brasília. Discurso de abertura solene proferido pelo Embaixador no 41º aniversário de Angola. Brasília. 2016.

CONSTITUIÇÃO DE ANGOLA. Constituição da República de Angola de 2010. Disponível em: «www.mirex.gov.ao/download.aspx?id=533&tipo=legislacao» acesso aos 17 de jan. 2017. In: Ministério das Relações de Angola. Luanda. 2010.

COX, Robert W. *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*. Millenium: Journal of International Studies. Vol 10, Nº2. 1981
CHICOTI, Georges Rebelo. A imagem externa de Angola: grande entrevista com o Ministro das Relações Exteriores Georges Rebelo Chicoti. Disponível em: «<https://www.youtube.com/watch?v=GnMn8aAX2Sg>» Acesso em: 15 de set. de 2016. In: Especial Zimbo. Luanda. 2016.

CHIVUKUVUKU, Abel. **Diagnóstico de Angola pelo Presidente da CASA-CE: Grande entrevista com.** Disponível em: «<https://www.youtube.com/watch?v=zS8vKmJm9XI>» acesso em 15 de jul. de 2016. In: Especial Zimbo. Luanda. 2016.

CHABAL, Patrick. **O contexto político e cultural da poesia de Agostinho Neto.** In: LANRANJEIRA, Pires; ROCHA, Ana, T. (Org). A noção do Ser. Luanda. FAN. 2014.
DOUGHERTY, James E. e PFALTZGRAFF Jr, Robert L. Relações Internacionais: as teorias em confronto. Lisboa. Gradiva: 2003.

ESCOSTEGUY, Pedro. **A nova arquitetura africana de paz e segurança: implicações para o multilateralismo e as relações do Brasil com a África.** Brasília. FUNAG. 2011.

FARIAS, Rogério de Souza. Parcerias estratégicas, marco conceitual. In: LESSA, Carlos Antônio e OLIVEIRA, Henrique Altemani (Org). Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências. Fino Traço. Belo Horizonte. 2013.

FERREIRA, Manuel Ennes. A Indústria em Tempo de Guerra: Angola (1975-1991) Cosmos e Instituto da Defesa Nacional. Lisboa. 1999.

FREIRE, Maria Raquel e VINHA, M. **Política Externa as relações internacionais em mudança.** Coimbra. 2011.

FERREIRA, Manuel Ennes. “*Realeconomie e realpolitik nos recursos naturais em Angola*”. Relações Internacionais. Lisboa. 2005.

FREIXO, Adriano de e FREITAS, Jacqueline Ventapane. **A imprensa brasileira e o reconhecimento da independência de Angola.** *World Tensions/Tensões Mundiais*, v. 7, n. 13, 2011.

GEDDES, Barbara. *Politician's dilemma- building estate capacity in Latin America.* University of Califórnia Press. 1996.

GINGA, Damião Fernandes Capitão. **Angola e a complementaridade do mar: o mar enquanto fator geoestratégico de segurança, defesa e de afirmação.** Tese de doutorado defendida na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa. 2014.

GOLDONI, Luiz Rogério Franco e CIRIBELLI, Sandro de Nazareth. **Relações do Brasil com África do sul e Angola: esforços para a manutenção da segurança no atlântico sul.** Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. v.5, n.9, jan. / jun. 2016 | p.202-221.

GRILLO, António Manuel de Matos. **A Geopolítica de Angola: Dinâmicas de Afirmação num Quadro Regional.** Curso de Estado Maior. Instituto de Estudos Superiores Militares. Lisboa. 2009.

HERMANN, C. F. *Changing course: when governments choose to redirect foreign policy.* International Studies Quarterly, (1990) v. 34, n. 1, p. 3-21.

HUDSON, Valerie. e VORE, Christopher. *Foreign Policy Analysis Yesterday, Today, and Tomorrow. Mershon International Studies Review,* 39(2), 209-238. 1995.

HUGON, Phellipe. **Geopolítica da África.** Rio de Janeiro: Editora FGV. 2009.

HUNTINGTON. Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial.** Tradução de M.H.C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva. 2010.

IMOGESTIN. Centralidades disponível em:
«<http://www.imogestin.co.ao/projects/projectos-servicos/>». Acesso aos 22. mar.017.

INE. **Recenseamento Geral da População e Habitação. Resultado Definitivo Angola.** Luanda. 2016.MAT. Ministério da Administração do Território de Angola. Luanda. 2016.

INVEST & EXPORT, Brasil Angola disponível
em: «<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/.../web/pdf/SUMAngolaNOV2016.pdf>» acesso aos 23. ago. 2016.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Angola: 2016 Article IV Consultation-Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for Angola*. In: Monetary International Fund. 2017.

JOSÉ, Joveta. **Política Externa de Angola de 1992 aos dias atuais**. 33º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu. 2009.

_____. **A política externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil**. Tese de Doutorado apresentado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2011.

JOVITA, João Baptista de. **O arranjo geopolítico da construção dos Estados nacionais africanos: a República Democrática do Congo, conflitos e crises humanitárias**. Monografia (Graduação em Relações Internacionais). Instituto de Economia-UFU. Uberlândia. 2015.

_____. **Quarenta anos da política externa angolana (1975-2015)**. Trabalho apresentado na VII Semana Acadêmica de Relações Internacionais da UFU. Uberlândia. 2015.

_____. **A política externa angolana na atualidade: uma análise dos sucessos e limitações na consolidação de uma agenda regional e global**. Trabalho apresentado no Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais-UERJ. Rio de Janeiro. Nov.2016.

KEOHANE, Robert. International institutions: two approaches. *International Studies Quarterly*. Vol. 32. No. 4. Dec. 1988.

KEYLOR, William R. *A world of Nations: the international History*. New York: Oxford University. Press, 4^a ed. 2009.

KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C. *From Strategy to Security: Foundations of Critical Security Studies*. In: KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C (Ed.). *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1997.

LACERDA, Antonio Corrêa de. **O papel da política externa**. Artigo publicado aos 22 de mar de 2007 pela Revista Terra Magazine. 2007.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios. 2015.

LCRPA. **Lei Constitucional da República Popular de Angola de 1975**. Disponível em: «<http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/01/LEI-CONSTITUCIONAL-de-1975.pdf>» acesso aos 17 de ago. 2015.

LESSA, Carlos Antônio e OLIVEIRA, Henrique Altemani (Org). **Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências**. Fino Traço. Belo Horizonte. 2013.

LIMA, Maria Regina Soares de. **Instituições Democráticas e Política Exterior**. Contexto Internacional, (2000) vol. 22, nº. 2.

. **Relações Internacionais e Políticas Públicas: A Contribuição da Análise de Política Externa**. MARQUES, Eduardo & FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (Orgs.). A Política Pública como Campo Interdisciplinar, 127-153. 2013.

MALQUIAS, Assis. *Angola's foreign policy since independence: the search for domestic security*. African Security Review. New York. Vol. 9 No 3, 2000.

_____. *Angola's Foreign Policy: Pragmatic Recalibrations*. Occasional Paper. Nº 84. 2011.

MAT. **Revista do Ministério da Administração do Território de Angola**. Luanda. 2015.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez. **Atores e agendas no campo da política externa brasileira de direitos humanos**. In: PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos Roberto Sanchez. (Orgs). Política Externa Brasileira: as práticas da política e a política das práticas. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1^a ed. 2011.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez, PINHEIRO, Letícia. **Política externa brasileira: os desafios da sua caracterização como política pública**. Contexto Internacional. (PUC) (2013). vol. 35. Nº 1-jun/jun.

MORAVCSIK, A. *Taking Preferences Seriously. A Liberal Theory of International Politics*. International Organization, (1997) vol. 51, nº. 4, pp. 513–553.

MOREIRA LIMA, Sérgio Eduardo. In: **Quarenta anos das relações Brasil-Angola: documentos e depoimentos**. MOREIRA LIMA, Sérgio Eduardo, SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. (orgs). – Brasília: FUNAG. 2015.

N'GANGA, João Paulo. **O pai do nacionalismo angolano: as memórias de Holden Roberto 1923-1974**. São Paulo. Editora Parma. 2008.

ODEBRECHT. Atuação no exterior – Angola. Disponível em:
[«http://www.odebrecht.com/pt-br/negocios/nossos-negocios/odebrecht-engenharia-construcao-infraestrutura »](http://www.odebrecht.com/pt-br/negocios/nossos-negocios/odebrecht-engenharia-construcao-infraestrutura) acesso aos 22 de mar. 017.

NETO, António Agostinho. **Discurso da proclamação de Independência de Angola**. Luanda. 1975.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política Externa Brasileira**. São Paulo. Saraiva. 2005.

PAUTASSO, Diego. **A Economia Política Internacional da China para Angola e os Caminhos da Transição Sistêmica**. *Século XXI* 1.1 (2011): 107-126.

PEARCE, Justin. **Angola's Georges Chicoti asserts foreign policy strength and business potential.** African Arguments. London. 2012.

PERES, Hugo Freitas. **O debate entre Neorrealismo e Neoliberalismo.** Revista Intersaberes. Curitiba, ano 4, n. 7, p. 69 - 88, jan/jun 2009.

PINHEIRO, Letícia. **Política externa brasileira, 1889-2002.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004.

PINHEIRO, Letícia. **Ao vencedor, as batatas! O reconhecimento da independência de Angola.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, (2007). n. 39, jan.-jun. p. 83-120.

PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos Roberto Sanchez. (Org). **Política Externa Brasileira: as práticas da política e a política das práticas.** Rio de Janeiro: Editora FGV. 1^a ed. 2011.

PINTINHO, Zeferino Cariço André. **Angola no processo das forças de defesa e segurança da Guiné-Bissau.** Luanda. Mayamba Editora. 2015.

PUTNAM, Robert D. *The prosperous community: social capital and public life in the American Prospect*, (1993) 4:13

_____. *Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games*. International Organization, (1998) vol. 43, no. 3, pp. 427–460.

_____. **Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis.** Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, 2010.

RACY, J. Carlos; ONUKI, Janina. Globalização: perspectivas teóricas das relações internacionais. Revista FAPP. 2001.

RAIMUNDO, António. **O estudo da política externa combinar teoria e contexto.** Relações Internacionais. 2012.

REDEANGOLA. **Angola adjudicou 30 obras a empresas chinesas por USD 1,8 mil milhões.** Disponível em: «<http://m.redeangola.info/angola-adjudicou-30-oberas-a-empresas-chinesas-por-usd-18-mil-milhoes/> »acesso aos 29. Out. 2016

REIS DIAS, Luis Henrique. **Responsabilidade, segurança e identidade: a política externa brasileira nos governos Lula e Dilma.** Relatório de pesquisa do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Valeria Lopes. **A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico.** OIKOS (Rio de Janeiro) 9.2 .2010.

ROQUE, Paula Cristina. **Angola's Crucial Foreign Policy Drive.** Stiftung Wissenschaft und Politik - SWP Comments 15. Belim. 2013.

ROY, Sumit. **China and India, “Rising Powers” and African development: Challenges and opportunities.** Occasional Paper. ISBN 978-91-7106-759-3. 2014.

RUSSELL, R. *Politica exterior y toma de decisiones en América Latina*. Buenos Aires. (1990).

SÁ, Tiago Moreira de. **Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola.** Lisboa. D. Quixote. 2011.

SAMAKUVA, Isaías **TPA: Grande entrevista com o Presidente da UNITA** Isaías Samakuva. Disponível em: «<https://www.youtube.com/watch?v=2Qb4MFilgeI>» acesso aos 19 de nov. 2016: In: Televisão Pública de Angola. Luanda.2016.

SANTOS, José Eduardo dos. SIC. **Presidente de Angola fala pela primeira vez a TV.** Disponível em: «<https://www.youtube.com/watch?v=jQYKdv5X1zg>» acesso aos 25 de dez. 2016. In: Sociedade Independente de Comunicação (SIC-PT). Luanda. 2013.

SAVITE, Adilson Chissapa. **Angola no novo contexto das relações internacionais (1961-1991).** Lobito: Escolar Editora. 2014.

SARIAVA, José Flavio Sombra. **CPLP: Relançamento e esquecimento.** Correio Braziliense. Brasília. 2002.

SEABRA, Pedro; GORJÃO, Paulo. *Intertwined Paths: Portugal and Rising Angola.* Occasional Paper. Nº 89. 2011.

SIQUEIRA, Cynthia D. **Burocracia pública e a tomada de decisão em política externa.** Meridiano 47, vol. 12, n. 128. 2011.

SILVA, Jorge Vieira da. **A verdadeira paz: desafio do Estado democrático.** São Paulo Perspec. São Paulo, v. 16, n. 2, p. 36-43, 2002.

SILVA, Márcia Maro da. **A independência de Angola.** FUNAG. 2007.

SIMÃO, Isaac Napoleão. **Modelo de inserção de Angola no sistema internacional.** Dissertação (Mestrado) -Universidade Évora. Évora. 2014.

SONANGOL. **O Conselho de Administração da Sonangol E.P. relatório 2016** disponível em:
«<http://www.sonangol.co.ao/Portugu%C3%AAs/Not%C3%ADcias/Paginas/Not%C3%ADciasHome.aspx?NewsID=313>». Acesso em 26. Maio 2017.

SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional.** vol.47, n. 2. Brasília. IBRI. 2004.

SPOSITO, Ítalo Beltrão. **Mudança de política externa: proposta de um modelo.** III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa "San Tiago Dantas" (UNESP, UNICAMP e PUC/SP). Nov. 2011.

_____. **Continuidade e mudança na política externa dos estados latino-americanos (1945-2008).** 2016. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

- TAYLOR, Ian. *China and Africa Engagement and compromise*. New York. 2006.
- WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley. 1979.
- _____. *The Spread of Nuclear Weapons: More may be Better*. The Adelphi Papers, Vol. 21, N. 171, pp. 383-428. (1981).
- _____. *The Origins of War in Neorealist Theory*. Journal of Interdisciplinary History. (1988) Vol. 18, n. 4, 615-628.
- WASSELING, H.L. **Dividir para dominar a partilha de África 1880-1914**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Revan, 2008.
- WENDT, Alexander. *Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics*. *International Organization* 46, 2, Spring 1992.
- _____. *Social theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press. 1999.
- WILHELMY, M. *Política Internacional: Enfoque y Realidades*. Buenos Aires. Gel. 1988.
- XAVIER. Nathaly Silva. **A política Externa Chinesa e a recepção dos países africanos: o contraste entre Zâmbia e Angola (1989-2009)**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política apresentado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2011.
- VAN-DÚNEM, Belarmino. **Geopolítica e geoestratégia angolana**. Palestra ministrada na Universidade Técnica de Angola. Luanda. 2010.
- VIERA DE SÁ, Rogerio de Almeida. **Angola's dollar shortage deepens**. African News. 2016.
- VIGEVANI, T., CEPALUNI, G. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. Contexto internacional, (2007). v. 29, n. 2, p. 273-335.